

50

1º
semestre
2026

INTERAÇÕES

sociedade e as novas modernidades



INTERAÇÕES

sociedade e as novas modernidades

50
—
1º
semestre
2026

3 PREFÁCIO/PREFACE

ARTIGOS/ARTICLES

- 9 Retração: Práticas Sustentáveis em Microempresas do Setor Hoteleiro Ibérico
Retraction: Green Practices in Micro-Enterprises of the Iberian Hospitality Sector
- 11 A Parentalidade como Ativo Social e Fator de Proteção: Sua Relação com o Bem-estar e o Stress
Parenthood as a Social Asset and Protective Factor: Impact on Well-being and Stress
Carla Fonte, Marina Rocha
- 32 Entre Aspirações e Possibilidades: Subjetividade, Trabalho e Mobilidade Social de Egressos(as) do Ensino Médio Integrado
Between Aspirations and Possibilities: Subjectivity, Work, and Social Mobility Among Graduates of Integrated Upper Secondary Education
Luciano Barfknecht, Renato Koch Colomby, Leonardo Tonon
- 60 Políticas Públicas de Reinserção de Jovens sujeitos a Medidas Tutelares Educativas: Uma Análise Crítica
Public Policies and the Social Reintegration of Young Offenders: A Critical Analysis of the Portuguese Educational Guardianship Law
Marta Carolina Oliveira Fonseca
- 81 “Eu me Vejo no Espelho do Outro”: Revisão Sistemática e Novos Caminhos a Percorrer Sobre a Inveja no Trabalho
“I See Myself in the Mirror of Others”: A Systematic Review and New Paths to Explore Regarding Envy at Work
Méroli Saccardo dos Santos, Michel Barboza Malheiros, Vanessa Piovesan Rossato, Roger da Silva Wegner, Vania de Fátima Barros Estivalet
- 109 Laços que Engajam: Contribuições das Relações de Amizade para o Engajamento no Trabalho
Bonds That Engage: Contributions of Workplace Friendship to Employee Engagement
João Victor Tavares Lemos, Bruno Chaves Correia-Lima, Luis Eduardo Brandão Paiva
- 141 Eros, Thanatos, e Ideal do Eu no Conto *Ligeia*, de Edgar Allan Poe
Eros, Thanatos, and the Ideal of the Ego in Edgar Allan Poe's short story "Ligeia"
José Martins, Henrique Testa Vicente, Carlos Farate

RECENSÕES/REVIEWS

- 170 David Spiegelhalter, *The Art of Uncertainty: How to Navigate Chance, Ignorance, Risk and Luck*. 2024, Pelican.
Luís Cunha

Prefácio

O presente número da *Interações. Sociedade e Novas Modernidades* reúne contributos que, a partir de enquadramentos teóricos e metodológicos diversos, percorrem domínios como a saúde mental, a educação, o trabalho, a justiça juvenil, as relações interpessoais e a análise literária de orientação psicanalítica. Os textos cruzam experiências individuais e trajetórias sociais com dinâmicas organizacionais, políticas públicas e processos simbólicos, recorrendo a abordagens quantitativas, qualitativas, documentais e de revisão sistemática. Desenvolvidos em contextos geográficos e institucionais distintos, com particular incidência em Portugal e no Brasil, os estudos colocam problemáticas contemporâneas em diálogo com debates das ciências sociais, humanas e da saúde.

O primeiro artigo, de Carla Fonte e Marina Rocha, aborda a parentalidade enquanto experiência do ciclo de vida adulto com efeitos diferenciados na saúde mental e no bem-estar. O estudo compara participantes com e sem filhos, considerando dimensões como bem-estar emocional, social e psicológico, bem como níveis de ansiedade, depressão e stress. A investigação recorre a uma abordagem quantitativa, com uma amostra de 473 participantes, distribuídos entre pais e não pais, e utiliza instrumentos de autorresposta orientados para a avaliação da sintomatologia psicológica e do continuum de saúde mental. Os resultados indicam diferenças entre os grupos, nomeadamente níveis mais elevados de bem-estar social e níveis mais baixos de stress entre os participantes que são pais. A análise considera ainda variáveis socio-demográficas, como habilitações académicas e situação profissional, permitindo observar a forma como a experiência parental se articula com condições individuais, relacionais e contextuais.

Entre aspirações, percursos formativos e condições sociais de partida, Luciano Barfknecht, Renato Koch Colomby e Leonardo Tonon analisam os processos de inserção profissional e mobilidade social de diplomados de cursos técnicos integrados ao ensino médio numa instituição federal brasileira. A investigação assenta numa abordagem qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas, posteriormente tratadas por análise de conteúdo. A partir das narrativas recolhidas, o artigo organiza a análise em torno de dimensões como trajetória e ingresso, desafios enfrentados, im-

pactos da formação técnica e perspectivas de futuro. O texto observa a relação entre escolarização, capital cultural, capital social e expectativas de mobilidade, considerando simultaneamente os condicionamentos familiares, económicos e territoriais que atravessam os percursos dos jovens. A formação técnica integrada é situada num campo de tensões entre continuidade dos estudos, entrada no mercado de trabalho, construção de autonomia e permanência de desigualdades sociais.

No domínio das políticas públicas e da justiça juvenil, Marta Carolina Oliveira Fonseca propõe uma análise crítica das respostas dirigidas à reinserção social de jovens sujeitos a Medidas Tutelares Educativas em Portugal. O artigo toma como referência a Lei Tutelar Educativa e articula contributos da sociologia contemporânea, das políticas públicas e do Serviço Social para discutir a forma como o modelo português responde às transformações sociais, tecnológicas e culturais que afetam os processos de socialização juvenil. A análise, de natureza teórico-documental, percorre a evolução histórica da intervenção com menores que praticam factos qualificados como crime, os princípios orientadores da legislação e dados relativos à aplicação das medidas. O texto considera ainda os desafios colocados à intervenção profissional, à articulação institucional e à adaptação das políticas tutelares educativas a realidades juvenis em mudança, observando a reinserção social como processo multidimensional de inclusão, responsabilização e participação comunitária.

O artigo seguinte, de Méroli Saccardo dos Santos, Michel Barboza Malheiros, Vanessa Piovesan Rossato, Roger da Silva Wegner e Vania de Fátima Barros Estivalet, centra-se na inveja no trabalho enquanto fenómeno emocional com implicações nas relações interpessoais, no comportamento organizacional e nas dinâmicas de desempenho. Através de uma revisão sistemática da literatura, o estudo procura mapear os itinerários de investigação, a estrutura conceptual e as linhas futuras associadas a esta temática. A análise incide sobre publicações internacionais entre 1995 e 2024, com recurso a procedimentos bibliométricos e análise temática, permitindo identificar agrupamentos relacionados com a gestão das emoções dos trabalhadores, a supervisão abusiva, a teoria do apego e os contextos de investigação. O artigo organiza ainda uma agenda de pesquisa em torno de proposições que observam a inveja no trabalho a partir de diferentes enquadramentos teóricos e dimensões organizacionais, situando o fenómeno no campo da gestão de pessoas e do comportamento organizacional.

João Victor Tavares Lemos, Bruno Chaves Correia-Lima e Luis Eduardo Brandão Paiva analisam as relações de amizade no trabalho e a sua articulação com o engajamento laboral. O estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas

semiestruturadas realizadas com colaboradores terceirizados de uma central de fiscalização de um banco público brasileiro, recorrendo à análise de conteúdo com apoio do software ATLAS.ti. A partir das experiências dos participantes, o artigo observa como a amizade no contexto laboral se constrói na convivência quotidiana e envolve elementos como confiança, reciprocidade, afinidade, comunicação e apoio socioemocional. A análise considera as dimensões de vigor, dedicação e absorção do engajamento, identificando formas pelas quais os vínculos interpessoais podem influenciar a energia mobilizada para o trabalho, a atribuição de significado às tarefas e os processos de concentração. O texto aborda também tensões associadas à dualidade de papéis, ao contágio emocional, às relações hierárquicas e à delimitação entre exigências pessoais e profissionais.

A secção de artigos termina com José Martins, Henrique Testa Vicente e Carlos Farate, que propõem uma leitura psicanalítica do conto *Ligeia*, de Edgar Allan Poe, tomando como eixo de análise os conceitos freudianos de Eros, Thanatos e Ideal do Eu. A investigação articula elementos do percurso existencial e literário de Poe, a estrutura narrativa do conto e categorias psicanalíticas selecionadas, com o objetivo de observar possíveis manifestações do funcionamento psíquico do narrador e da sua relação com a figura de Lady Ligeia. O artigo procede a uma análise de conteúdo psicanalítico da narrativa, centrada na perda, na repetição traumática, na idealização do objeto amado e na restituição fantasmática da figura feminina desaparecida. A leitura proposta considera a forma como a pulsão de morte, a sublimação narcísica e o desejo de superação da perda se organizam na economia simbólica do conto, situando *Ligeia* como espaço literário de elaboração imaginária da ausência, da memória e da imortalização do objeto perdido.

Encerra este número uma recensão crítica, da autoria de Luís Cunha, à obra *The Art of Uncertainty: How to Navigate Chance, Ignorance, Risk and Luck*, de David Spiegelhalter (Penguin Books, 2024), a qual releva o argumento de que a incerteza constitui uma relação entre sujeito, objeto, contexto e conhecimento, e não uma propriedade puramente subjetiva nem uma característica objetivamente mensurável do mundo.

Vasco Almeida

Maria João Barata

Preface

This issue of *Interações. Sociedade e Novas Modernidades* brings together articles that address, from different theoretical and methodological frameworks, themes situated in the fields of mental health, education, work, juvenile justice, interpersonal relations and literary analysis of a psychoanalytic orientation. The texts focus on individual experiences, social trajectories, organisational dynamics, public policies and symbolic processes, drawing on quantitative, qualitative, document-based and systematic-review approaches. The studies are developed in distinct geographical and institutional contexts, with particular emphasis on Portugal and Brazil, bringing contemporary issues into dialogue with debates in the social sciences, the humanities and health.

The first article in this issue, by Carla Fonte and Marina Rocha, addresses parenthood as an experience of the adult life cycle with differentiated effects on mental health and well-being. The study compares participants with and without children, considering dimensions such as emotional, social and psychological well-being, as well as levels of anxiety, depression and stress. The research adopts a quantitative approach, with a sample of 473 participants distributed between parents and non-parents, and uses self-report instruments designed to assess psychological symptomatology and the mental-health continuum. The results indicate differences between the groups, namely higher levels of social well-being and lower levels of stress among participants who are parents. The analysis also considers sociodemographic variables, such as educational qualifications and employment status, allowing the authors to observe how the experience of parenthood interacts with individual, relational and contextual conditions.

Situating their analysis among aspirations, educational pathways and social conditions of origin, Luciano Barfknecht, Renato Koch Colomby and Leonardo Tonon examine the processes of labour-market integration and social mobility of graduates from technical courses integrated into secondary education at a Brazilian federal institution. The research rests on a qualitative approach based on semi-structured interviews, subsequently processed through content analysis. Drawing on the narratives collected, the article organises its analysis around dimensions such as trajectory and entry, challenges faced, impacts of technical training and future prospects. The

text examines the relationship between schooling, cultural capital, social capital and expectations of mobility, while also considering the familial, economic and territorial constraints that run through these young people's paths. Integrated technical training is situated within a field of tensions between the continuation of studies, entry into the labour market, the construction of autonomy and the persistence of social inequalities.

In the field of public policy and juvenile justice, Marta Carolina Oliveira Fonseca offers a critical analysis of the responses aimed at the social reintegration of young people subject to Educational Guardianship Measures (*Medidas Tutelares Educativas*) in Portugal. The article takes the Educational Guardianship Law (*Lei Tutelar Educativa*) as its point of reference and combines contributions from contemporary sociology, public policy and Social Work to discuss how the Portuguese model responds to the social, technological and cultural transformations affecting the processes of youth socialisation. The analysis, of a theoretical-documentary nature, traces the historical evolution of intervention with minors who commit acts classified as crimes, the guiding principles of the legislation and data on the application of the measures. The text also considers the challenges posed to professional intervention, institutional coordination and the adaptation of educational guardianship policies to changing youth realities, viewing social reintegration as a multidimensional process of inclusion, accountability and community participation.

The next article, by Méroli Saccardo dos Santos, Michel Barboza Malheiros, Vanessa Piovesan Rossato, Roger da Silva Wegner and Vania de Fátima Barros Estivalet, focuses on envy at work as an emotional phenomenon with implications for interpersonal relations, organisational behaviour and performance dynamics. Through a systematic review of the literature, the study seeks to map the research itineraries, conceptual structure and future directions associated with this topic. The analysis covers international publications between 1995 and 2024, using bibliometric procedures and thematic analysis, and identifies clusters related to the management of employees' emotions, abusive supervision, attachment theory and research contexts. The article also sets out a research agenda built around propositions that examine envy at work from different theoretical frameworks and organisational dimensions, situating the phenomenon within the field of people management and organisational behaviour.

João Victor Tavares Lemos, Bruno Chaves Correia-Lima and Luis Eduardo Brandão Paiva examine workplace friendships and their connection with work en-

gement. The study adopts a qualitative approach based on semi-structured interviews conducted with outsourced employees at a monitoring centre of a Brazilian public bank, using content analysis supported by the software ATLAS.ti. Drawing on the participants' experiences, the article examines how workplace friendship is built through everyday interaction and involves elements such as trust, reciprocity, affinity, communication and socio-emotional support. The analysis considers the dimensions of vigour, dedication and absorption of engagement, identifying ways in which interpersonal bonds may influence the energy mobilised for work, the attribution of meaning to tasks and processes of concentration. The text also addresses tensions associated with the duality of roles, emotional contagion, hierarchical relations and the boundary between personal and professional demands.

The articles section closes with Henrique Testa Vicente, José Martins and Carlos Farate, who propose a psychoanalytic reading of Edgar Allan Poe's short story *Ligeia*, taking as their analytical axis the Freudian concepts of Eros, Thanatos and the Ego Ideal. The research brings together elements of Poe's existential and literary trajectory, the narrative structure of the tale and selected psychoanalytic categories, with the aim of examining possible manifestations of the narrator's psychic functioning and his relationship with the figure of Lady Ligeia. The article undertakes a psychoanalytic content analysis of the narrative, centred on loss, traumatic repetition, the idealisation of the loved object and the phantasmatic restitution of the vanished female figure. The proposed reading considers how the death drive, narcissistic sublimation and the desire to overcome loss are organised within the symbolic economy of the tale, situating *Ligeia* as a literary space for the imaginary elaboration of absence, memory and the immortalisation of the lost object.

This issue concludes with a critical review, authored by Luís Cunha, of *The Art of Uncertainty: How to Navigate Chance, Ignorance, Risk and Luck*, by David Spiegelhalter (Penguin Books, 2024), which highlights the argument that uncertainty is a relation between subject, object, context and knowledge, rather than a purely subjective property or an objectively measurable feature of the world.

Vasco Almeida
Maria João Barata

Retração: Green Practices in Micro-Enterprises of the Iberian Hospitality Sector

A Direção da revista *Interações* retrata o artigo:

Cunha, Maria. Green Practices in Micro-Enterprises of the Iberian Hospitality Sector. *Interações. Sociedade e as Novas Modernidades*, n.º 49, 2025, pp. 11-30. <https://doi.org/10.31211/interacoes.n49.2025.a1>

Após verificação editorial pós-publicação, foram identificadas incongruências relevantes em várias referências bibliográficas constantes do artigo, designadamente entre os elementos bibliográficos apresentados e os respetivos DOI e/ou registos bibliográficos associados. Tais incongruências comprometem a fiabilidade do aparelho bibliográfico do artigo e, por esse motivo, a Direção considerou não estarem reunidas as condições para manter a publicação no registo científico.

A autora foi contactada no âmbito do procedimento editorial e solicitou a retração do artigo.

A Direção

Retraction: Green Practices in Micro-Enterprises of the Iberian Hospitality Sector

The Editorial Board of the journal *Interações* retracts the article:

Cunha, Maria. Green Practices in Micro-Enterprises of the Iberian Hospitality Sector. *Interações. Sociedade e as Novas Modernidades*, n.º 49, 2025, pp. 11-30. <https://doi.org/10.31211/interacoes.n49.2025.a1>

Following post-publication editorial verification, significant inconsistencies were identified in several bibliographic references contained in the article, namely between the bibliographic elements presented and their respective DOIs and/or associated bibliographic records. Such inconsistencies compromise the reliability of the article's bibliographic apparatus and, for this reason, the Editorial Board considered that the conditions were not met to maintain the publication in the scientific record.

The author was contacted as part of the editorial procedure and requested the retraction of the article.

The Editorial Board

Retractación: Green Practices in Micro-Enterprises of the Iberian Hospitality Sector

La Dirección de la revista *Interações* retracta el artículo:

Cunha, Maria. Green Practices in Micro-Enterprises of the Iberian Hospitality Sector. *Interações. Sociedade e as Novas Modernidades*, n.º 49, 2025, pp. 11-30. <https://doi.org/10.31211/interacoes.n49.2025.a1>

Tras la verificación editorial posterior a la publicación, se identificaron incongruencias relevantes en varias referencias bibliográficas del artículo, concretamente entre los elementos bibliográficos presentados y sus respectivos DOI y/o registros bibliográficos asociados. Tales incongruencias comprometen la fiabilidad del aparato bibliográfico del artículo y, por ese motivo, la Dirección consideró que no se reunían las condiciones para mantener la publicación en el registro científico .

La autora fue contactada en el marco del procedimiento editorial y solicitó la retractación del artículo.

La Dirección

A Parentalidade como Ativo Social e Fator de Proteção: Sua Relação com o Bem-estar e o Stress

Carla Fonte

Universidade Fernando Pessoa - cfonte@ufp.edu.pt

Marina Rocha

Universidade Fernando Pessoa - 41460@ufp.edu.pt

Resumo

A parentalidade constitui uma experiência marcante e multifacetada no ciclo de vida adulto, com potenciais impactos tanto positivos como negativos na saúde mental. Este estudo teve como objetivo principal analisar os níveis de bem-estar, ansiedade, depressão e stress entre adultos que são pais e adultos que não são pais. Participaram 473 indivíduos com idades entre os 18 e os 74 anos, divididos em dois grupos: pais ($n = 250$) e não pais ($n = 223$). Foram utilizados dois instrumentos de autorresposta: a Escala de Ansiedade, Depressão e Stress (EADS-21) e a Escala do Continuum de Saúde Mental (MHC-SF). Os resultados revelaram que os pais apresentaram níveis significativamente mais elevados de bem-

estar social e níveis significativamente mais baixos de stress, comparativamente aos não pais. Verificaram-se ainda níveis mais elevados de bem-estar psicológico e menores níveis de depressão nos pais, embora sem significância estatística. As variáveis sociodemográficas, como habilitações académicas, apresentaram diferenças, destacando-se que os pais com ensino superior reportaram menor sintomatologia psicológica. Estes dados sublinham a importância de considerar o contexto da parentalidade nas políticas de promoção da saúde mental, evidenciando que esta experiência pode funcionar como fator de proteção, sobretudo ao nível social e emocional.

Palavras-chave: Parentalidade, saúde mental, bem-estar, ansiedade, depressão, Stress.

Parenthood as a Social Asset and Protective Factor: Impact on Well-being and Stress

Abstract

Parenthood constitutes a significant and multifaceted experience within the adult life cycle, carrying potential impacts—both positive and negative—on mental health. This study primarily aimed to analyze levels of well-being, anxiety, depression, and stress among parents

and non-parents. A total of 473 individuals, aged between 18 and 74 years, participated in the study, divided into two groups: parents ($n = 250$) and non-parents ($n = 223$). Two self-report instruments were utilized: the Depression, Anxiety and Stress Scale (DASS-21) and

A Parentalidade como Ativo Social e Fator de Proteção: Sua Relação com o Bem-estar e o Stress

the Mental Health Continuum-Short Form (MHC-SF). The results revealed that parents exhibited significantly higher levels of social well-being and significantly lower levels of stress compared to non-parents. Furthermore, a trend toward higher levels of psychological well-being and lower levels of depression was observed among parents, although without reaching statistical significance. Sociodemo-

graphic variables, such as educational attainment, showed differences, highlighting that parents with higher education reported lower psychological symptomatology. These data underscore the importance of considering the context of parenthood in mental health promotion policies, demonstrating that this experience can function as a protective factor, particularly at the social and emotional levels.

Keywords: Fatherhood, mental health, well-being, anxiety, depression, Stress.

INTRODUÇÃO

A parentalidade constitui uma das transições mais marcantes do ciclo de vida adulto, sendo amplamente reconhecida pela sua complexidade e pelo impacto multifacetado que exerce na saúde mental dos indivíduos. O exercício do papel parental exige uma constante adaptação a exigências emocionais, sociais e económicas, que podem influenciar significativamente os níveis de bem-estar. Diversos estudos têm demonstrado que a parentalidade pode estar associada a alterações nos níveis de ansiedade, depressão e stress, variando consoante fatores contextuais, individuais e relacionais (Nelson et al., 2014; Nomaguchi & Milkie, 2020). É, por isso, crucial aprofundar a compreensão sobre os efeitos da parentalidade na saúde mental, contribuindo para o desenvolvimento de intervenções mais ajustadas às necessidades nestas dimensões.

A saúde mental é reconhecida como um componente essencial do bem-estar global e do funcionamento adaptativo, influenciando a forma como os indivíduos pensam, sentem, se relacionam e enfrentam os desafios quotidianos (WHO, 2022). Não se limita à ausência de perturbações mentais, englobando também a presença de indicadores positivos de bem-estar emocional, psicológico e social (Keyes, 2002; Ryff, 1989). Neste quadro, experiências de vida como a parentalidade podem ter um efeito significativo, funcionando simultaneamente como fator de risco e de proteção para a saúde mental. A investigação tem evidenciado esses efeitos mediados por variáveis como o suporte social, a situação económica, o género e o ciclo de vida (Nelson

et al., 2014). Se, por um lado, os filhos podem constituir um elemento de propósito e resiliência, por outro, a sobrecarga parental e as dificuldades na conciliação entre as esferas pessoal, profissional e familiar podem contribuir para o aumento dos níveis de ansiedade, depressão e stress (Yu et al., 2019).

Impõe-se, portanto, a necessidade de investigar, de forma comparativa, os níveis de bem-estar e de sintomatologia psicopatológica entre adultos que exercem funções parentais e aqueles que não desempenham esse papel, considerando ainda o impacto moderador de variáveis sociodemográficas. O presente estudo propõe-se contribuir para um melhor entendimento da relação entre a parentalidade e a saúde mental, adotando uma abordagem quantitativa que recorre a instrumentos psicométricos validados para avaliar o bem-estar (emocional, social e psicológico), a ansiedade, a depressão e o stress. A análise destas diferenças visa produzir dados empíricos relevantes que sustentem práticas clínicas e políticas públicas promotoras do bem-estar de adultos em diferentes fases da vida, com ou sem filhos. Esta reflexão adquire especial relevância num contexto em que as configurações familiares se tornam cada vez mais diversificadas e as exigências colocadas aos cuidadores parentais, mais complexas (Mikolajczak et al., 2020)

Neste enquadramento, a presente investigação tem como objetivo geral: comparar os níveis de bem-estar, ansiedade, depressão e stress entre adultos que são pais e adultos que não o são. Especificamente, pretende-se: (a) analisar as diferenças nos níveis de saúde mental em termos do bem-estar entre os dois grupos; (b) analisar as diferenças nos níveis de saúde mental em termos de ansiedade, depressão e stress entre ambos os grupos; e (c) analisar as diferenças nos dois grupos em função das variáveis sociodemográficas (idade, género, habilitações literárias, situação profissional e número de filhos).

MÉTODO

Participantes

Este estudo recorreu a uma amostra de conveniência, composta por 473 indivíduos, com idades compreendidas entre os 18 e os 74 anos. Entre os participantes, 250 identificaram-se como pais e 223 como não pais. Os participantes pertencentes ao grupo de pais apresentam idades compreendidas entre os 24 e os 74 anos ($M = 48,7$; $DP = 9,4$). Relativamente à distribuição por género, verificou-se que 82,4% são do género feminino, sendo os restantes do género masculino (17,6%). No que respeita

A Parentalidade como Ativo Social e Fator de Proteção: Sua Relação com o Bem-estar e o Stress

às habilitações académicas, a maioria possui o ensino superior (75,2%), seguindo-se os participantes com habilitação até ao ensino secundário (24,8%). Quanto à situação profissional, a maioria encontra-se empregada (82%), seguida dos participantes desempregados ou reformados (14%) e, por fim, dos estudantes ou trabalhadores-estudantes (4%). Relativamente ao número de filhos, a maioria dos participantes tem dois ou mais filhos (60%), enquanto os restantes têm apenas um filho (40%).

No que respeita ao grupo de participantes que não têm filhos, as idades variam entre os 18 e os 60 anos ($M = 28,9$; $DP = 9,6$). Relativamente à distribuição por género, verificou-se que 75,8% é do género feminino, seguindo-se os do género masculino (24,4%). No que diz respeito às habilitações académicas, a maioria concluiu, no máximo, o ensino secundário (50,7%), sendo os restantes detentores de formação ao nível do ensino superior (49,3%). Quanto à situação profissional, a maioria dos participantes é composta por estudantes ou trabalhadores-estudantes (50,7%), seguidos por participantes empregados (42,2%) e, por fim, desempregados ou reformados (7,2%).

Concepção e procedimento

Este estudo integrou-se no projeto “STRENGTHPARENTS – O papel da parentalidade baseada nas forças no funcionamento positivo e na saúde mental”, submetido à apreciação da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa (processo CE-FCHS/PI-671/24) em conformidade com os princípios éticos da investigação científica. Todos os instrumentos utilizados foram autorizados para aplicação.

A recolha de dados foi realizada por via digital, através de um questionário auto-administrado disponibilizado na plataforma *Google Forms*. A participação foi voluntária, anónima e confidencial, tendo sido garantido que os dados seriam utilizados exclusivamente para fins de investigação científica.

A amostragem seguiu um procedimento não probabilístico, através da técnica de amostragem em cadeia (*snowball sampling*), com divulgação inicial nas redes da investigadora e da equipa responsável. Os primeiros participantes foram convidados a partilhar o questionário com outras pessoas que cumprissem os critérios definidos, promovendo uma expansão orgânica da amostra. Todos os participantes forneceram consentimento informado antes de iniciar o questionário. O tempo médio de resposta foi de aproximadamente 15 a 20 minutos. Os dados foram armazenados em ambiente seguro e analisados com o software IBM® SPSS®, versão 28.0. A confidencialidade dos dados foi assegurada em todas as fases da investigação. Os dados foram trata-

dos de forma anónima, armazenados em ambiente seguro e utilizados exclusivamente para fins científicos. Não foram recolhidas informações que permitissem a identificação dos participantes.

Instrumentos e medidas

Os instrumentos de recolha de dados utilizados foram:

- Questionário sócio-demográfico: idade, género, habilitações académicas; situação profissional; se tem filhos, e se sim qual o número.
- Escala do Continuum de Saúde Mental (MHC-SF) – versão portuguesa adaptada por Fonte et al. (2020), composta por 14 itens que avaliam bem-estar emocional (3 itens), social (5 itens) e psicológico (6 itens), numa escala de Likert de 6 pontos. A consistência interna com recurso ao Alfa de Cronbach indica valores para o bem-estar emocional de 0,90; para o bem-estar social de 0,85 e para o bem-estar psicológico de 0,89.
- Escala de Ansiedade, Depressão e Stress (EADS-21) – adaptada por Pais-Ribeiro et al. (2004), composta por 21 itens distribuídos por três subescalas (7 itens cada), avaliando sintomas de ansiedade, depressão e stress na última semana, numa escala de Likert de 4 pontos. A consistência interna foi inspecionada com recurso ao Alfa de Cronbach foram, respetivamente, de 0,85 para a depressão e de 0,74 para a de ansiedade e de 0,81 para o stress.

Análise de dados

As análises estatísticas foram concebidas para dar resposta aos objetivos específicos do estudo. Foram realizadas estatísticas descritivas para a caracterização da amostra (medidas de tendência central e frequências) e utilizados testes estatísticos inferenciais, paramétricos, adequados à natureza das variáveis e ao delineamento do estudo, de acordo com as orientações metodológicas propostas por Martins (2011). As análises foram conduzidas no software IBM® SPSS®, versão 28.0.0.0 (190) como o teste t de Student e a ANOVA unifatorial para comparar os níveis de bem-estar, ansiedade, depressão e stress entre dois grupos independentes: pais e não pais. A significância estatística foi avaliada através do valor p ($p < 0,05$ indicando significância estatística).

RESULTADOS

Diferenças nos níveis de saúde mental em termos do bem-estar entre os dois grupos (pais e não pais).

Com o objetivo de comparar os níveis de bem-estar emocional, bem-estar social e bem-estar psicológico entre indivíduos que são pais e indivíduos que não são pais, foram realizados testes *t* para amostras independentes, tendo como variável independente a parentalidade (“tem filhos?”) e como variáveis dependentes as três dimensões avaliadas pela escala MHC-SF. No que se refere ao bem-estar emocional, a comparação entre os dois grupos não revelou diferenças estatisticamente significativas ($t(471) = -1,42; p = 0,156$). A média dos pais ($M = 14,15; DP = 3,35$) foi ligeiramente superior à dos não pais ($M = 13,73; DP = 3,14$), mas esta diferença não foi significativa. Para uma compreensão mais pormenorizada, procedeu-se também à análise item a item dentro desta subescala. Verificou-se que os pais apresentaram pontuações médias ligeiramente mais elevadas nos itens “interessado na vida” (M pais = 5,04; M não pais = 4,86), evidenciando uma tendência não significativa ($t(471) = -1,70; p = 0,090$), e “satisfeito com a vida” (M pais = 4,64; M não pais = 4,40), sendo esta diferença estatisticamente significativa ($t(471) = -2,16; p = 0,031$). Já no item “feliz”, os valores médios foram semelhantes entre os dois grupos (M pais = 4,46; M não pais = 4,47; $p = 0,982$). Relativamente ao bem-estar social, os indivíduos pais apresentaram níveis significativamente mais elevados ($M = 19,09; DP = 5,59$) do que os indivíduos não pais ($M = 17,44; DP = 5,51$), com a diferença a revelar-se estatisticamente significativa ($t(471) = -3,23; p < 0,001$). A análise detalhada dos itens desta subescala mostrou que os pais relataram com maior frequência sentir que tinham “algo importante a contribuir para a sociedade” (M pais = 4,52; M não pais = 3,97; $p < 0,001$), percecionavam a sociedade como um lugar melhor (M pais = 3,51; M não pais = 3,07; $p < 0,001$), e consideravam que o funcionamento da sociedade fazia sentido para si (M pais = 3,42; M não pais = 3,00; $p < 0,001$). No que respeita ao bem-estar psicológico, os pais registaram pontuações superiores ($M = 28,51; DP = 6,29$) em comparação com os não pais ($M = 27,41; DP = 6,60$); contudo, esta diferença não atingiu significância estatística ($t(471) = -1,84; p = 0,066$). Ao nível dos itens desta subescala, verificou-se que os pais se sentiram significativamente mais capazes na gestão das suas responsabilidades diárias (M pais = 4,75; M não pais = 4,44; $t(471) = -2,66; p < 0,001$). Além disso, os participantes que são pais apresentaram uma média superior no item “a vida tem uma direção ou um sentido” (M pais = 4,89; M não pais = 4,50).

Esta diferença foi estatisticamente significativa ($p < 0,001$, indicando uma maior orientação pessoal entre os pais) (Ver Tabela 1). Em síntese, os resultados evidenciam diferenças estatisticamente significativas entre pais e não pais no bem-estar social, com os pais a revelarem níveis superiores.

Tabela 1

Diferenças no bem-estar emocional, bem-estar social, bem-estar psicológico e análise item a item da escala MHC-SF entre pais e não pais

	Pais (<i>n</i> =250) <i>Média (DP)</i>	Não Pais (<i>n</i> =223) <i>Média (DP)</i>	<i>t</i> (471)
Bem-estar emocional	14,15 (3,35)	13,73 (3,14)	- ,42
Sentiu-se feliz	4,46 (1,20)	4,47 (1,05)	0,02
Sentiu-se interessado na vida	5,04 (1,20)	4,86 (1,14)	- 1,69 *
Sentiu-se satisfeito com a vida	4,64 (1,20)	4,40 (1,26)	- 2,16 *
Bem-estar social	19,09 (5,59)	17,44 (5,51)	- 3,23 ***
Sentiu que a sociedade está se a tornar num lugar melhor	4,52 (1,25)	3,97 (1,41)	- 4,50 **
Sentiu que pertence a uma comunidade	4,10 (1,55)	4,11 (1,66)	0,08
Sentiu que as pessoas são em geral boas	3,51 (1,43)	3,07 (1,41)	- 3,36 ***
Sentiu que a sociedade funciona bem como um todo	3,54 (1,30)	3,29 (1,27)	- 2,10 *
Sentiu que tem algo importante a contribuir com a sociedade	3,42 (1,33)	3,00 (1,38)	- 3,39 **
Bem-estar psicológico	28,51 (6,29)	27,42 (6,60)	- 1,84
Sentiu que está se tornando uma pessoa melhor	4,60 (1,18)	4,41 (1,23)	- 1,76 *
Sentiu que pode lidar bem com os problemas da vida	4,75 (1,12)	4,44 (1,39)	- 2,66 **
Sentiu que tem boas qualidades	4,66 (1,25)	4,67 (1,23)	0,07
Sentiu que vive sua vida com um sentido ou propósito	4,84 (1,17)	4,68 (1,30)	- 1,47
Sentiu-se confiante em suas próprias opiniões	4,76 (1,19)	4,72 (1,33)	- 0,37
Sentiu que tem relações calorosas e confiáveis com os outros	4,89 (1,27)	4,50 (1,46)	- 3,07 ***

Nota. * $p < 0,05$; *** $p < 0,001$

Diferenças nos níveis de saúde mental em termos de ansiedade, depressão e stress entre os dois grupos (pais e não pais).

Com o objetivo de comparar os níveis de saúde mental em termos de ansiedade, depressão e stress entre os indivíduos pais e não pais, recorreu-se à escala EADS-21, que avalia estas três dimensões da saúde psicológica. Relativamente à ansiedade, os participantes que não são pais apresentaram uma média ligeiramente superior ($M = 4,04$; $DP = 3,89$) em comparação com os participantes que são pais ($M = 3,59$; $DP = 4,15$). No entanto, esta diferença não foi estatisticamente significativa ($t(382) = 1,08$; $p = 0,282$). Ainda no domínio da ansiedade, no item “tive dificuldades em me acalmar”, os participantes que não são pais apresentaram uma média superior ($M = 1,12$; $DP = 0,83$) face aos participantes que são pais ($M = 0,99$; $DP = 0,78$), sendo esta diferença marginalmente significativa ($t(382) = 1,66$; $p = 0,097$). No que diz respeito à depressão, os participantes que não são pais apresentaram uma média ligeiramente superior ($M = 4,92$; $DP = 4,53$) em comparação com os que são pais ($M = 4,07$; $DP = 4,47$). Embora a diferença entre os grupos se aproxime do limiar de significância estatística, não foi significativa ao nível convencional ($t(382) = 1,82$; $p = 0,069$).

Os participantes não pais apresentaram pontuações superiores em alguns itens da EADS-21. No item “senti-me desanimado/a e melancólico/a”, os não pais registaram uma média de $M = 1,14$ ($DP = 0,85$), enquanto os pais tiveram uma média de $M = 0,97$ ($DP = 0,91$). Esta diferença foi marginalmente significativa ($t(382) = 1,92$; $p = 0,056$). No item “senti que a vida não tinha sentido”, os não pais também apresentaram uma média mais elevada ($M = 0,51$) comparada aos pais ($M = 0,37$), com uma diferença marginalmente significativa ($t(382) = 1,76$; $p = 0,079$). Relativamente ao stress, os participantes que não são pais apresentaram níveis significativamente mais elevados ($M = 7,68$; $DP = 4,39$) do que os pais ($M = 6,57$; $DP = 4,61$). Esta diferença revelou-se estatisticamente significativa ($t(382) = 2,41$; $p = 0,017$), indicando uma maior presença de sintomatologia de stress entre os não pais. Os indivíduos não pais relataram níveis mais elevados em vários itens da escala. Apresentaram maior dificuldade em relaxar, com uma média de $M = 1,19$ ($DP = 0,85$), comparativamente aos pais, que tiveram uma média de $M = 0,98$ ($DP = 0,86$); esta diferença foi estatisticamente significativa ($t(382) = 2,47$; $p = 0,014$). Além disso, os não pais sentiram-se com mais frequência “agitados” ($M = 1,14$; $DP = 0,85$) do que os pais ($M = 0,86$; $DP = 0,83$), também com diferença significativa ($t(382) = 3,21$; $p < 0,001$). Finalmente, no item “sensíveis”, os não pais registaram uma média de $M = 1,45$ ($DP = 0,71$), supe-

rior à dos pais, que foi $M = 1,14$ ($DP = 0,75$), com esta diferença a ser altamente significativa ($t(382) = 4,08$; $p < 0,001$) (Ver Tabela 2). Em síntese, os resultados sugerem que os participantes sem filhos tendem a apresentar níveis ligeiramente mais elevados de sintomatologia associada ao stress.

Tabela 2

Diferenças na ansiedade, depressão, stress e análise item a item da escala EADS-21 entre pais e não pais

	Pais (<i>n</i> =214) Média (DP)	Não Pais (<i>n</i> =170) Média (DP)	t (382)
Ansiedade	3,58 (4,15)	4,04 (3,89)	1,08
Senti a minha boca seca	0,69 (0,80)	0,67 (0,80)	- 0,25
Senti dificuldades em respirar	0,43 (0,69)	0,48 (0,76)	0,70
Senti tremores (por ex., nas mãos)	0,38 (0,70)	0,47 (0,76)	1,23
Preocupei-me com situações em que entrar em pânico	0,51 (0,79)	0,57 (0,79)	0,70
Senti-me quase a entrar em pânico	0,43 (0,72)	0,49 (0,79)	0,70
Senti alterações no meu coração sem fazer exercício físico	0,63 (0,84)	0,75 (0,85)	1,34
Senti-me assustado sem ter tido uma boa razão para isso	0,51 (0,77)	0,60 (0,76)	1,15
Depressão	4,07 (4,47)	4,92 (4,53)	1,82
Não consegui sentir nenhum sentimento positivo	0,54 (0,74)	0,61 (0,72)	0,85
Tive dificuldade em tomar iniciativa para fazer coisas	0,70 (0,77)	0,88 (0,81)	2,29 *
Senti que não tinha nada a esperar do futuro	0,49 (0,82)	0,58 (0,81)	1,15
Senti-me desanimado e melancólico	0,97 (0,91)	1,14 (0,84)	1,92 *
Não fui capaz de ter entusiasmo por nada	0,58 (0,79)	0,65 (0,80)	0,83
Senti que não tinha muito valor como pessoa	0,43 (0,76)	0,55 (0,83)	1,45
Senti que a vida não tinha sentido	0,37 (0,74)	0,51 (0,78)	1,76
Stress	6,56 (4,61)	7,68 (4,39)	2,41 *
Tive dificuldades em me acalmar	0,99 (0,78)	1,12 (0,83)	1,66
Tive tendência a reagir em demasia em determinadas situações	0,91 (0,76)	1,01 (0,85)	1,28
Senti que estava a utilizar muita energia nervosa	0,90 (0,89)	0,96 (0,85)	0,69
Dei por mim a ficar agitado	0,86 (0,83)	1,14 (0,84)	3,22 ***
Senti dificuldade em me relaxar	0,98 (0,86)	1,19 (0,85)	2,47 *
Estive intolerante em relação a qualquer coisa que me impedisse	0,79 (0,82)	0,80 (0,83)	0,12
Senti que por vezes estava sensível	1,14 (0,75)	1,45 (0,71)	4,08 ***

Nota. * $p < 0,05$; *** $p < 0,001$

Diferenças nos dois grupos em função das variáveis sociodemográficas

Com o intuito de compreender as características dos participantes e possíveis fatores associados às diferenças observadas entre os dois grupos, foi realizada uma análise comparativa com base nas variáveis sociodemográficas.

Grupo de Pais

Analisando as correlações entre a idade e as variáveis de bem-estar e saúde mental, verificou-se uma correlação fraca, mas estatisticamente significativa, entre a idade e o bem-estar social ($r = 0,136$; $p = 0,032$), sugerindo que indivíduos mais velhos tendem a reportar níveis ligeiramente mais elevados de bem-estar social. Não foram observadas correlações significativas entre a idade e os domínios de bem-estar emocional ($r = 0,040$; $p = 0,527$) ou psicológico ($r = 0,013$; $p = 0,832$). Relativamente à sintomatologia psicológica, não se identificaram correlações estatisticamente significativas entre a idade e os níveis de depressão ($r = -0,066$; $p = 0,334$) ou ansiedade ($r = -0,069$; $p = 0,316$). Contudo, observou-se uma correlação negativa marginal entre a idade e o stress ($r = -0,130$, $p = 0,059$), indicando menores níveis de stress com o aumento da idade. No que respeita ao género, e com o intuito de analisar possíveis diferenças entre participantes do género masculino e feminino, foram realizados testes *t* para amostras independentes relativamente às variáveis de bem-estar, ansiedade, depressão e stress. Relativamente às dimensões do bem-estar, os resultados não evidenciam diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres. No bem-estar emocional, embora os participantes do género masculino apresentem uma média ligeiramente superior ($M = 14,39$; $DP = 3,27$) à do género feminino ($M = 14,10$; $DP = 3,37$), essa diferença não foi estatisticamente significativa, $t(248) = 0,51$, $p = 0,610$. O mesmo padrão foi observado no bem-estar social, com médias semelhantes entre homens ($M = 18,73$) e mulheres ($M = 19,17$), sem significância estatística, $t(248) = -0,48$, $p = 0,634$. Para o bem-estar psicológico, também não se registaram diferenças significativas ($t(248) = -0,04$, $p = 0,972$), apesar de uma ligeira média superior das mulheres ($M = 28,51$) face aos homens ($M = 28,48$). No que se refere às variáveis de sofrimento psicológico (ansiedade, depressão e stress), também não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre géneros. Relativamente à ansiedade, as médias foram muito semelhantes entre homens ($M = 3,50$; $DP = 2,86$) e mulheres ($M = 3,60$; $DP = 3,35$), não se registando diferenças significativas ($t(212) = -0,13$, $p = 0,896$). O mesmo se verificou quanto à depressão, os homens apresentaram uma média ligeiramente superior ($M = 4,84$; $DP = 5,18$) em compara-

ção com as mulheres ($M = 3,94$; $DP = 3,34$), mas essa diferença não foi estatisticamente significativa ($t(212) = 1,05$, $p = 0,293$). Por fim, também ao nível do stress, as médias dos homens ($M = 6,84$; $DP = 4,53$) e das mulheres ($M = 6,52$; $DP = 4,64$) foram bastante próximas, sem qualquer diferença estatisticamente relevante ($t(212) = 0,37$, $p = 0,712$). Em suma, apesar de pequenas variações nas médias entre participantes do género masculino e feminino nas diferentes dimensões de bem-estar e sofrimento psicológico, os resultados dos testes t não indicam diferenças estatisticamente significativas. Já em relação às habilitações académicas, foi realizada uma análise estatística para comparar os níveis de bem-estar e sintomatologia psicológica entre pais com habilitações até ao ensino secundário e aqueles com ensino superior. Relativamente ao bem-estar emocional, embora os participantes com ensino superior apresentem uma média ligeiramente mais elevada ($M = 14,32$; $DP = 3,07$) do que os participantes com escolaridade até ao secundário ($M = 13,64$; $DP = 4,07$), a diferença não foi estatisticamente significativa, $t(248) = -1,38$, $p = 0,170$. No que respeita ao bem-estar social, os pais com ensino superior apresentaram uma média superior ($M = 19,48$; $DP = 5,23$) em comparação com o grupo com escolaridade até ao secundário ($M = 17,92$; $DP = 6,47$), sendo a diferença marginalmente significativa, $t(248) = -1,91$, $p = 0,057$. Quanto ao bem-estar psicológico, os resultados indicaram uma média mais elevada no grupo com ensino superior ($M = 28,95$; $DP = 5,93$) face ao grupo com escolaridade até ao secundário ($M = 27,16$; $DP = 7,73$), sendo esta diferença também marginalmente significativa, $t(248) = -1,96$, $p = 0,052$. No que se refere à sintomatologia ansiosa, observaram-se igualmente diferenças estatisticamente significativas, com os pais com escolaridade até ao secundário a apresentarem níveis superiores ($M = 5,07$; $DP = 4,83$) relativamente ao grupo com ensino superior ($M = 3,07$; $DP = 3,78$), $t(212) = 3,14$, $p = 0,002$. Em relação à depressão, os pais com escolaridade até ao secundário apresentaram níveis significativamente mais elevados ($M = 5,29$; $DP = 4,90$) em comparação com os que têm ensino superior ($M = 3,65$; $DP = 4,25$), $t(212) = 2,36$, $p = 0,019$. Por fim, os níveis de stress foram mais elevados no grupo com menor escolaridade ($M = 7,78$; $DP = 5,02$) face ao grupo com ensino superior ($M = 6,14$; $DP = 4,39$), sendo esta diferença estatisticamente significativa, $t(212) = 2,29$, $p = 0,023$. No que respeita à situação profissional do grupo de pais, foi realizada uma ANOVA para verificar se existiam diferenças estatisticamente significativas nas variáveis de bem-estar (emocional, social e psicológico) e sintomatologia psicológica (ansiedade, depressão e stress) de acordo com a situação profissional dos pais. Os resultados indicaram que não houve diferenças estatisticamente

A Parentalidade como Ativo Social e Fator de Proteção: Sua Relação com o Bem-estar e o Stress

significativas entre os grupos em nenhuma das variáveis analisadas: bem-estar emocional, $F(2, 247) = 0,41, p = 0,663$; bem-estar social, $F(2, 247) = 0,75, p = 0,474$; bem-estar psicológico, $F(2, 247) = 0,48, p = 0,621$; ansiedade, $F(2, 211) = 0,45, p = 0,641$; depressão, $F(2, 211) = 1,59, p = 0,207$; e stress, $F(2, 211) = 1,08, p = 0,342$. Ainda assim, as médias descritivas sugerem que os pais desempregados e reformados apresentaram níveis ligeiramente mais elevados de sintomatologia depressiva ($M = 7,50; DP = 5,68$) e de stress ($M = 9,67; DP = 5,37$), em comparação com os trabalhadores por conta de outrem ($M = 6,70; DP = 5,34$ e $M = 8,08; DP = 4,91$, respetivamente). Por outro lado, os estudantes e trabalhadores estudantes registaram níveis médios superiores de bem-estar social ($M = 19,50; DP = 5,57$) e psicológico ($M = 19,00; DP = 3,16$), relativamente aos restantes grupos. No entanto, estas diferenças não alcançaram significância estatística e devem ser interpretadas com cautela, sobretudo devido à reduzida dimensão amostral do grupo de estudantes e trabalhadores estudantes ($n = 4$). No que se refere ao número de filhos, foi realizado um teste t de amostras independentes para verificar se existiam diferenças estatisticamente significativas nas variáveis de bem-estar (emocional, social e psicológico) e sintomatologia psicológica (ansiedade, depressão e stress) entre os pais com apenas um filho e aqueles com dois ou mais filhos. Os resultados não revelaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos nas variáveis de bem-estar: bem-estar emocional, $t(248) = -0,20, p = 0,842$; bem-estar social, $t(248) = -1,18, p = 0,238$; bem-estar psicológico, $t(248) = -0,77, p = 0,439$. O mesmo se verificou nas variáveis de ansiedade, $t(212) = 0,97, p = 0,332$, e stress, $t(212) = 1,30, p = 0,194$. No entanto, observaram-se diferenças estatisticamente significativas na variável depressão, $t(212) = 2,31, p = 0,021$, com os pais de apenas um filho a apresentarem níveis médios mais elevados de sintomatologia depressiva ($M = 4,96; DP = 5,06$) do que os pais com dois ou mais filhos ($M = 3,52; DP = 3,99$).

Grupo de Não Pais

No grupo de participantes que não têm filhos, os resultados da análise de correlação de *Pearson* revelaram ausência de associações estatisticamente significativas entre a idade e as variáveis de bem-estar (emocional, social e psicológico), bem como com os sintomas de depressão, stress e ansiedade. Todas as correlações apresentaram magnitudes muito fracas ($r < 0,10$) e valores de significância superiores a 0,05. Em relação ao género, observaram-se algumas diferenças relevantes nas variáveis de bem-estar e sintomatologia psicológica. Relativamente ao bem-estar emocional, os

homens apresentaram uma média ligeiramente superior ($M = 14,20$; $DP = 3,01$) face às mulheres ($M = 13,57$; $DP = 3,17$), no entanto, esta diferença não foi estatisticamente significativa ($t(221) = 1,28$, $p = 0,200$). No bem-estar social, as mulheres revelaram médias mais elevadas ($M = 17,73$; $DP = 5,43$) do que os homens ($M = 16,54$; $DP = 5,72$), mas também sem alcançar significância estatística ($t(221) = -1,38$, $p = 0,168$). Quanto ao bem-estar psicológico, embora as mulheres tenham registado uma média ligeiramente superior ($M = 27,53$; $DP = 6,63$) face aos homens ($M = 27,06$; $DP = 6,59$), a diferença não foi estatisticamente significativa ($t(221) = -0,46$, $p = 0,645$). Por outro lado, nas dimensões de ansiedade, depressão e stress, observam-se diferenças mais marcantes. No que diz respeito à ansiedade, a diferença de médias entre mulheres ($M = 4,34$; $DP = 4,01$) e homens ($M = 2,72$; $DP = 3,04$) revelou-se estatisticamente significativa ($t(168) = -2,15$, $p = 0,033$), indicando maior prevalência de sintomas ansiosos entre as participantes do género feminino. Quanto à depressão, as mulheres reportaram níveis mais elevados de depressão ($M = 5,21$; $DP = 4,68$) do que os homens ($M = 3,66$; $DP = 4,15$), mas esta diferença também não foi significativa ($t(168) = -1,76$, $p = 0,080$). A diferença mais acentuada foi observada nos níveis de stress, onde as mulheres apresentaram uma média de $8,15$ ($DP = 4,36$), significativamente superior à dos homens ($M = 5,66$; $DP = 4,03$), sendo esta diferença estatisticamente significativa ($t(168) = -2,96$; $p = 0,004$). Estes resultados sugerem que, embora não se verifiquem diferenças significativas entre géneros nas dimensões de bem-estar, as participantes do género feminino demonstram níveis significativamente mais elevados de ansiedade e stress em comparação com os do género masculino. Relativamente às habilitações académicas do grupo de participantes não pais, também foram analisadas diferenças nas variáveis de bem-estar e sintomatologia psicológica em função das habilitações académicas. No que diz respeito ao bem-estar emocional, os indivíduos com ensino secundário apresentaram uma média ligeiramente superior ($M = 13,99$; $DP = 2,80$) em relação aos que concluíram o ensino superior ($M = 13,45$; $DP = 3,45$), contudo, esta diferença não foi estatisticamente significativa ($t(221) = 1,28$; $p = 0,203$). O bem-estar social apresentou médias mais elevadas no grupo com ensino superior ($M = 18,11$; $DP = 5,63$) face ao ensino secundário ($M = 16,79$; $DP = 5,53$), sendo esta diferença marginalmente significativa ($t(221) = -1,80$; $p = 0,073$). No bem-estar psicológico, ambos os grupos apresentaram médias semelhantes ($M = 27,27$ para até o ensino secundário e $M = 27,56$ para o ensino superior), sem diferenças estatisticamente significativas ($t(221) = -0,33$; $p = 0,744$). Em relação à sintomatologia negativa, os valores de ansiedade foram mais

A Parentalidade como Ativo Social e Fator de Proteção: Sua Relação com o Bem-estar e o Stress

elevados no grupo com até o ensino secundário ($M = 4,26$; $DP = 4,09$), em comparação com os participantes com ensino superior ($M = 3,74$; $DP = 3,79$), embora esta diferença não tenha sido estatisticamente significativa ($t(168) = 0,90$; $p = 0,369$). Já os participantes com ensino secundário demonstraram níveis ligeiramente mais elevados de depressão ($M = 4,90$; $DP = 3,90$) e stress ($M = 7,77$; $DP = 4,33$), comparativamente aos do ensino superior ($M = 4,83$ e $M = 7,59$, respetivamente), mas estas diferenças também não atingiram significância estatística (depressão: $t(168) = 0,22$; $p = 0,824$; stress: $t(168) = 0,25$; $p = 0,801$).

Analisando o grupo de participantes não pais, observaram-se algumas diferenças estatisticamente significativas nas variáveis de bem-estar e sintomatologia psicológica consoante a situação profissional. A ANOVA revelou diferenças significativas no bem-estar psicológico ($F(2, 220) = 3,50$; $p = 0,032$) e na depressão ($F(2, 167) = 3,66$; $p = 0,028$), e marginais na ansiedade ($F(2, 167) = 2,89$; $p = 0,058$) e no bem-estar emocional ($F(2, 220) = 3,01$; $p = 0,051$). As comparações múltiplas de Bonferroni mostraram que participantes desempregados e reformados apresentaram níveis significativamente mais baixos de bem-estar psicológico do que estudantes e trabalhadores estudantes (diferença média = $-4,56$; $p = ,028$), e níveis significativamente mais elevados de sintomatologia depressiva em comparação com empregados (diferença média = $3,72$; $p = 0,026$) e estudantes/trabalhadores estudantes (diferença média = $3,49$; $p = 0,034$). A diferença na ansiedade entre desempregados/reformados e empregados aproximou-se da significância estatística ($p = 0,052$), sugerindo níveis potencialmente mais elevados nos primeiros.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os resultados obtidos no presente estudo contribuem para o debate científico sobre os efeitos da parentalidade na saúde mental. Em consonância com a literatura, verificou-se que a parentalidade não se traduz, de forma linear, num aumento do sofrimento psicológico, podendo assumir, em determinados contextos, um papel protetor para o bem-estar.

No que respeita ao bem-estar, constatou-se que os pais apresentam níveis significativamente mais elevados de bem-estar social, comparativamente com os não pais. Esta dimensão, segundo a conceção de Keyes (2002), compreende o sentimento de

integração na comunidade, utilidade social e pertença. Os pais reportaram, com maior frequência, sentir que tinham “algo importante a contribuir para a sociedade”, o que poderá refletir o reconhecimento social e simbólico do papel parental, bem como a percepção de continuidade geracional. Tal como defendem Nelson et al. (2014) e Umberson et al. (2010), a parentalidade pode reforçar o sentido de propósito e a identidade social dos adultos, especialmente quando apoiada por contextos familiares e comunitários favoráveis. Ainda que não se tenham verificado diferenças estatisticamente significativas nas dimensões do bem-estar emocional e psicológico, observou-se uma tendência favorável aos pais, nomeadamente no que toca à satisfação com a vida e à percepção de sentido e direção. Este padrão encontra eco nos resultados de Musick et al. (2016), que destacam os momentos passados com os filhos como os mais emocionalmente gratificantes do quotidiano adulto, reforçando o papel afetivo e simbólico da parentalidade no bem-estar. Esta tendência é também consistente com os modelos de Ryff (1989), Umberson et al. (2010) e Yu e colaboradores (2019), que sublinham a relevância de dimensões como o propósito de vida e o crescimento pessoal no bem-estar psicológico. A parentalidade, enquanto experiência simbólica e afetiva, pode contribuir para uma maior estruturação da identidade e das rotinas, funcionando como uma fonte de autorrealização e estabilidade emocional.

No domínio da psicopatologia, os dados revelam que os não pais reportaram níveis significativamente mais elevados de stress. Esta diferença reforça a ideia de que o exercício parental pode mobilizar mecanismos de *coping* mais eficazes, tais como o suporte social percebido, o sentimento de utilidade e pertença familiar (Umberson et al., 2010; Yu et al., 2019). Embora as diferenças nos níveis de ansiedade e depressão entre pais e não pais não tenham alcançado significância estatística, a tendência foi igualmente favorável aos pais, podendo indicar um efeito protetor latente da parentalidade, sobretudo quando esta ocorre em contextos de suporte emocional e institucional (Nelson et al., 2014; Ashton-James et al., 2013).

Analisando as variáveis sociodemográficas, observou-se que, entre os pais, o aumento da idade se associa a maiores níveis de bem-estar social e a uma ligeira diminuição dos níveis de stress. Este resultado poderá refletir um maior ajustamento à função parental ao longo do tempo (Umberson et al., 2010), bem como a interiorização mais sólida do papel de cuidador no ciclo de vida. Do ponto de vista da perspetiva bioecológica de Bronfenbrenner (1979), este efeito pode ser interpretado

A Parentalidade como Ativo Social e Fator de Proteção: Sua Relação com o Bem-estar e o Stress

como resultado da interação entre características individuais (experiência, maturidade) e sistemas de apoio mais estáveis (familiares, profissionais e comunitários).

Entre os não pais, não se observaram correlações significativas com a idade, o que poderá sugerir que, na ausência da vivência parental, o envelhecimento não é, por si só, um fator diferenciador no bem-estar psicológico. Este dado poderá refletir a importância da parentalidade como uma estrutura organizadora da identidade adulta em fases mais avançadas do ciclo de vida, especialmente quando está presente o sentimento de continuidade e legado.

Contudo, importa reconhecer que, para alguns adultos, a não parentalidade pode estar associada a níveis mais elevados de autonomia, liberdade e autorrealização pessoal. Tal como sublinhado por Nelson et al. (2014), a ausência de filhos pode permitir o investimento em outras esferas significativas da vida, promovendo igualmente bem-estar psicológico em contextos favoráveis. Esta perspetiva reforça a ideia de que o impacto da parentalidade, ou da sua ausência, é fortemente mediado por escolhas individuais, valores culturais e redes de suporte.

As diferenças de género mostraram-se mais expressivas no grupo dos não pais, onde as mulheres apresentaram níveis significativamente mais elevados de ansiedade e stress. Estes resultados ecoam desigualdades de género persistentes, inclusive fora do exercício parental. Tal como apontam Craig & Mullan (2010), mesmo em contextos de dupla carreira, as mulheres tendem a acumular maiores responsabilidades emocionais e domésticas, o que aumenta a vulnerabilidade ao sofrimento psicológico. A literatura sublinha que as mulheres tendem a experienciar e expressar o sofrimento psicológico de forma distinta, estando mais vulneráveis à interiorização de emoções negativas (Nolen-Hoeksema, 2012), o que pode justificar os níveis superiores de ansiedade e stress observados.

No grupo dos pais, embora não se tenham registado diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres, observou-se que os homens reportaram ligeiramente mais bem-estar emocional, mas também mais sintomas depressivos. Esta ambivalência poderá refletir o impacto de modelos de masculinidade que favorecem a contenção emocional e dificultam a procura de apoio psicológico, aspetos já discutidos por Umberson et al. (2010) e Rominov et al. (2016) no contexto das relações familiares e da saúde mental dos pais.

No que toca às habilitações académicas, os dados evidenciam que, entre os pais, aqueles com ensino superior reportaram significativamente menos sintomas de ansiedade, depressão e stress. Este resultado está alinhado com estudos que associam a

escolaridade à literacia em saúde mental, ao acesso a recursos de suporte e a melhores condições socioeconómicas (Ashton-James et al., 2013; WHO, 2005). Entre os não pais, embora as diferenças não tenham sido estatisticamente significativas, observou-se uma tendência semelhante, o que reforça a importância da literacia em saúde mental e dos recursos culturais na promoção da saúde psicológica.

Relativamente à situação profissional, ainda que não tenham sido observadas diferenças estatisticamente significativas, estar empregado associou-se a melhores indicadores de saúde mental em ambos os grupos. Este dado está em consonância com a literatura que destaca o papel estruturante da ocupação na organização do quotidiano e no bem-estar emocional (Umberson et al., 2010; WHO, 2005). Destacase, em particular, o grupo dos estudantes/trabalhadores-estudantes, que apresentou níveis mais elevados de bem-estar social e psicológico, refletindo a importância de contextos ocupacionais e educativos promoção da saúde mental, nomeadamente ao nível do bem-estar social e psicológico (Keyes, 2002).

No que respeita ao número de filhos, os resultados indicam que pais com apenas um filho apresentaram níveis significativamente mais elevados de ansiedade e stress, em comparação com os que têm dois ou mais filhos. Este resultado, contraintuitivo, poderá dever-se a uma maior concentração de expectativas parentais sobre um único filho, à ausência de partilha de responsabilidades familiares ou à vivência de maior solidão parental. Tal como defendem Marin et al. (2012), a experiência parental exige não apenas disponibilidade emocional, mas também competências específicas e redes de suporte adequadas, cuja ausência pode acentuar o sentimento de ineficácia e sobrecarga. Em contextos onde a parentalidade é altamente valorizada e idealizada, a ausência de rede de apoio ou a limitação de interações familiares pode intensificar a perceção de carga emocional. Tal como referem Umberson et al. (2010), nas dinâmicas familiares e de género, e Ashton-James e colaboradores (2013), no contexto das políticas de apoio à parentalidade, o suporte social e os contextos relacionais estáveis assumem um papel mediador essencial na experiência de cuidar.

Por fim, importa sublinhar que os resultados deste estudo reforçam a ideia de que a parentalidade deve ser entendida como uma experiência complexa, relacional e profundamente contextual. Quando exercida em contextos favoráveis, com suporte social, segurança económica e reconhecimento simbólico, pode constituir uma fonte de crescimento, bem-estar e resiliência emocional. Estas conclusões alinham-se com os pressupostos da parentalidade positiva tal como conceptualizada por Rodrigo et al. (2015), ao reconhecer o impacto transformador do cuidado quando este é exerci-

do com empatia, suporte e reconhecimento. Importa, contudo, reconhecer que a parentalidade comporta também desafios emocionais significativos, e que o seu impacto no bem-estar não é uniforme, mas depende fortemente de variáveis contextuais e individuais (Nelson et al., 2014).

Assim, mais do que um fator de risco ou proteção em si mesma, a parentalidade revela-se uma condição mediada por variáveis interpessoais, culturais e estruturais, cujo impacto na saúde mental depende das redes ecológicas que sustentam os cuidadores. Compreender esta realidade é essencial para promover políticas públicas e intervenções clínicas mais ajustadas à diversidade das vivências familiares.

CONCLUSÕES

O presente estudo contribui para uma compreensão mais ampla da parentalidade como experiência com impacto significativo na saúde mental adulta. Sustentada numa metodologia quantitativa rigorosa e em instrumentos psicometricamente validados, a investigação revela que os indivíduos pais tendem a apresentar maior bem-estar social e níveis mais baixos de stress em comparação com os não pais. Apesar de algumas variáveis não apresentarem diferenças estatisticamente significativas, os dados apontam para uma tendência: os pais relatam maior sentido de propósito, melhor gestão das responsabilidades diárias e percepção mais positiva do seu papel social. Estes resultados contrariam concepções tradicionais que associam a parentalidade ao burnout, evidenciando o seu potencial enquanto fator protetor, sobretudo quando acompanhada por suporte relacional e estabilidade socioeconómica. No entanto, os efeitos da parentalidade são modulados por fatores como o nível de escolaridade, o que sublinha a importância de políticas públicas que promovam equidade no acesso a recursos e apoio parental. Os resultados ganham especial relevância num cenário contemporâneo de crescente complexidade familiar, no qual coexistem múltiplos modelos parentais, Reconhecer esta diversidade é essencial para o desenvolvimento de práticas e políticas inclusivas, ajustadas às especificidades de cada contexto. Em termos práticos, destaca-se o valor dos resultados para a intervenção psicológica e em saúde. A associação entre parentalidade e bem-estar social sugere a existência de fatores relacionais com efeitos protetores na saúde mental, justificando abordagens clínicas que integrem os recursos dos pais e promovam vínculos sociais.

A articulação entre serviços de saúde e redes de apoio comunitário revela-se fundamental nesse processo. Reconhecem-se, contudo, limitações: o desenho transversal, a amostra de conveniência, a sobrerrepresentação feminina e o uso exclusivo de autorrelatos. Tais fatores limitam a generalização dos resultados, embora a consistência metodológica ofereça robustez interna. Investigações futuras deverão privilegiar amostras probabilísticas, delineamentos longitudinais e metodologias mistas, bem como uma abordagem interseccional que considere variáveis como classe social, etnicidade, orientação sexual e condições laborais. Paralelamente, abordagens qualitativas podem enriquecer a compreensão das experiências subjetivas da parentalidade, revelando dimensões invisibilizadas nos métodos quantitativos. Entrevistas ou narrativas pessoais oferecem pistas relevantes para a construção de intervenções mais eficazes e personalizadas. Os resultados obtidos neste estudo evidenciam que o impacto da parentalidade na saúde mental não é homogêneo, sendo mediado por variáveis como o gênero, o nível de escolaridade, a situação profissional e o número de filhos. Verificou-se, por exemplo, que os pais com ensino superior reportaram níveis inferiores de sintomatologia psicológica, enquanto os pais com apenas um filho apresentaram níveis mais elevados de depressão, o que sugere que fatores estruturais e relacionais desempenham um papel determinante no bem-estar parental. Adicionalmente, as disparidades de gênero observadas no grupo dos não pais, com as mulheres a apresentarem níveis mais elevados de ansiedade e stress, refletem a persistência de desigualdades emocionais e sociais que transcendem a experiência da parentalidade. Este conjunto de evidências reforça a necessidade de políticas públicas sensíveis ao gênero, à equidade educativa e ao apoio familiar, reconhecendo a parentalidade como uma experiência multifacetada e profundamente contextual. Em síntese, este estudo valoriza uma perspectiva integradora e positiva da parentalidade, sublinhando a necessidade de reconhecer pais e mães como sujeitos cujas trajetórias emocionais merecem apoio e valorização. A parentalidade, mais do que um desafio, pode ser um percurso de crescimento pessoal e integração social, o que reforça a pertinência desta investigação.

REFERÊNCIAS

- Ashton-James, C. E., Kushlev, K., & Dunn, E. W. (2013). Parents reap what they sow: Child-centrism and parental well-being. *Social Psychological and Personality Science*, 4(6), 635–642. <https://doi.org/10.1177/1948550613479804>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Harvard University Press.
- Craig, L., & Mullan, K. (2010). Parenthood, gender and work–family time in the United States, Australia, Italy, France and Denmark. *Journal of Marriage and Family*, 72(5), 1344–1361. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00769.x>
- Fonte, C., Silva, I., Vilhena, E., & Keyes, C. L. M. (2020). The Portuguese adaptation of the Mental Health Continuum–Short Form for adult population. *Community Mental Health Journal*, 56(2), 368–375. <https://doi.org/10.1007/s10597-019-00484-8>
- Keyes, C. L. M. (2002). The mental health continuum: From languishing to flourishing in life. *Journal of Health and Social Behavior*, 43(2), 207–222. <https://doi.org/10.2307/3090197>
- Marin, A. H., Piccinini, C. A., Gonçalves, T. R., & Tudge, J. R. H. (2012). Práticas educativas parentais, problemas de comportamento e competência social de crianças em idade pré-escolar. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 17(1), 5–13. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000100002>
- Martins, A. (2011). *Estatística aplicada à investigação em psicologia*. Universidade Aberta.
- Mikolajczak, M., Gross, J. J., Stinglhamber, F., Norberg, A. L., & Roskam, I. (2020). Is parental burnout distinct from job burnout and depressive symptomatology? *Clinical Psychological Science*, 8(4), 673–689. <https://doi.org/10.1177/2167702620917447>
- Musick, K., Meier, A., & Flood, S. (2016). How parents fare: Mothers’ and fathers’ subjective well-being in time with children. *American Sociological Review*, 81(5), 1069–1095. <https://doi.org/10.1177/0003122416663917>
- Nelson, S. K., Kushlev, K., & Lyubomirsky, S. (2014). The pains and pleasures of parenting: When, why, and how is parenthood associated with more or less well-being? *Psychological Bulletin*, 140(3), 846–895. <https://doi.org/10.1037/a0035444>

- Nolen-Hoeksema, S. (2012). Emotion regulation and psychopathology: The role of gender. *Annual Review of Clinical Psychology*, 8, 161–187. <https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-032511-143109>
- Nomaguchi, K. M., & Milkie, M. A. (2020). Parenthood and well-being: A decade in review. *Journal of Marriage and Family*, 82(1), 198–223. <https://doi.org/10.1111/jomf.12646>
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2024). Código deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses (Regulamento n.º 898/2024). *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157.
- Pais-Ribeiro, J., Honrado, A., & Leal, I. (2004). Contribuição para o estudo da adaptação portuguesa das escalas de ansiedade, depressão e stress (DASS). *Psicologia, Saúde & Doenças*, 5(2), 229–239.
- Rodrigo, M. J., Almeida, A., Spiel, C., & Koops, W. (2015). *Positive parenting: An action plan*. Council of Europe Publishing.
- Rominov, H., Giallo, R., & Whelan, T. A. (2016). Fathers' postnatal distress, parenting self-efficacy, and infant outcomes. *Psychology of Men & Masculinity*, 17(1), 16–29. <https://doi.org/10.1037/men0000001>
- Ryff, C. D. (1989). Happiness is everything, or is it? *Journal of Personality and Social Psychology*, 57(6), 1069–1081. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.57.6.1069>
- Umberson, D., Pudrovska, T., & Reczek, C. (2010). Parenthood, childlessness, and well-being: A life-course perspective. *Journal of Marriage and Family*, 72(3), 612–629. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00721.x>
- World Health Organization. (2022). *World mental health report: Transforming mental health for all*. World Health Organization.
- Yu, Q., Zhang, J., Zhang, L., Zhang, Q., Guo, Y., Jin, S., & Chen, J. (2019). Who gains more? The relationship between parenthood and well-being. *Evolutionary Psychology*, 17(3), Article 1474704919860467. <https://doi.org/10.1177/1474704919860467>

Entre Aspirações e Possibilidades: Subjetividade, Trabalho e Mobilidade Social de Egressos(as) do Ensino Médio Integrado

Luciano Barfknecht

Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas - lucianobarfknecht@hotmail.com

Renato Koch Colomby

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - renato.colomby@ufrgs.br

Leonardo Tonon

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - leonardotonon@utfpr.edu.br

Resumo

Este estudo objetivou problematizar como se dão as condições objetivas e subjetivas que interferem nos processos de inserção profissional e mobilidade social de jovens egressos(as) de cursos técnicos integrados ao ensino médio de uma instituição de ensino federal brasileira. Para tanto, utilizou-se de abordagem qualitativa, em que entrevistas foram realizadas com egressos(as), e o material da transcrição foi submetido à análise de conteúdo. Sustentado na codificação das unidades de registro e contexto, chegou-se a quatro categorias de análise: i) trajetória e ingresso; ii) desafios enfrentados; iii) impactos da formação no curso técnico; e iv) conquistas e perspectivas de futuro. Os resultados da pesquisa permitiram visualizar

que a formação técnica integrada produziu efeitos importantes nas trajetórias analisadas, sobretudo no que se refere à ampliação dos capitais cultural e social dos(as) egressos(as), à continuidade dos estudos e à construção de novas perspectivas de futuro. Ao mesmo tempo, os dados evidenciam que tais trajetórias permanecem atravessadas por condicionantes sociais, econômicos e familiares que tensionam os processos de inserção profissional e mobilidade social. Nesse sentido, os relatos sugerem que a escolaridade dos pais, por exemplo, constitui elemento relevante nas experiências analisadas, influenciando as possibilidades de ascensão acadêmica e econômica ao longo da vida adulta.

Palavras-chave: Trabalho, trajetória formativa, educação, análise de conteúdo.

Between Aspirations and Possibilities: Subjectivity, Work, and Social Mobility Among Graduates of Integrated Upper Secondary Education

Abstract

This study aimed to problematize how objective and subjective conditions interfere in the processes of professional insertion and social mobility of young graduates of integrated technical secondary education programs at a federal educational institution located in Brazil. To this end, a qualitative approach was adopted, in which interviews were conducted with graduates, and the transcribed material was submitted to content analysis. Based on the coding of recording and context units, four categories of analysis were identified: (1) Trajectory and entry; (2) Challenges faced; (3) Impacts of technical education; and (4) Achievements and future prospects. The results of the study made it possible to identify

that integrated technical education produced important effects on the trajectories analyzed, especially with regard to the expansion of the graduates' cultural and social capital, the continuity of their studies, and the construction of new future perspectives. At the same time, the data reveal that such trajectories remain crossed by social, economic, and family-related constraints that tension the processes of professional insertion and social mobility. In this sense, the narratives suggest that parents' educational background, for example, constitutes a relevant element in the experiences analyzed, influencing the possibilities of academic and economic advancement throughout adult life.

Keywords: Work, educational trajectory, education, content analysis.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país cuja dinâmica do mercado de trabalho molda um cenário de elevadas taxas de desemprego e precarização das relações de trabalho que atingem, de forma mais drástica, os jovens (Santos, 2012). Fatores como renda familiar, escolaridade dos pais e tamanho da família são influenciadores na decisão dos jovens pelo trabalho. Pais com menor escolaridade possuem a tendência de priorizar o trabalho em detrimento dos estudos, bem como quanto mais membros a família possui, mais renda complementar é necessária. Além disso, o trabalho pode abrir as portas ao consumo, ao lazer e à emancipação econômica, ao mesmo tempo em que pode propi-

ciar autonomia e crescimento pessoal e profissional a esses jovens (Corrêa & Lima, 2015).

A inserção profissional, processo de transição de um indivíduo entre sua formação escolar/acadêmica e sua entrada no mercado de trabalho, nem sempre acontece como o desejado. Muitas vezes, esse processo é longo, caracterizado por empregos temporários e desempregos (Volkmer Martins et al., 2019).

Outro processo que está intimamente relacionado à inserção profissional é a mobilidade social, que, para Andrade et al. (2020), é o fluxo dos indivíduos entre classes sociais. Entretanto, a mobilidade pode ir além do fator econômico, isto é, do ganho financeiro. O desenvolvimento de um sujeito ao longo do tempo pode ser compreendido também pelo ganho de outros tipos de capitais, como o social, o cultural e o simbólico (Bourdieu, 2009).

Estudos apontam que a educação é uma ferramenta importante para a ascensão do indivíduo. Embora não seja uma garantia absoluta de crescimento (Carvalho & Reis, 2024), a preparação acadêmica aproxima a pessoa dessa evolução. Para Giddens (1975), “é importante assinalar que a educação é um determinante da diferenciação, assim como da homogeneização, de chances de mobilidade” (p. 205). Dessa forma, estudos sobre inserção e mobilidade precisam considerar aspectos educacionais, e, uma vez que envolvem estudar sujeitos, invariavelmente envolvem também levar em conta sua subjetividade.

Nesse ínterim, entende-se a subjetividade como aquilo que é próprio ao sujeito, sendo, este, originado do latim *subjectum* e do grego *hypostasis/hypokeimenohypokeimenon* (Meissner, 1999). Ambas as etimologias remetem a uma substantivação que ampara os aspectos observáveis da existência humana. Assim, é entendida como uma categoria analítica que ajuda a compreender a sociedade pela união entre o individual e o coletivo. Não há separação entre o sujeito psíquico – história individual e desejo inconsciente – e o sujeito social – história e transformações sociais (Nardi, 2006).

As instituições de ensino, em geral, podem ser compreendidas como dispositivos, no sentido foucaultiano, na medida em que articulam saberes (como currículo e avaliação) e relações de poder (expressas por mecanismos de seleção, hierarquização e produção de prestígio), ao mesmo tempo em que incidem sobre dimensões amplas da subjetividade, tais como autoimagem, aspirações e práticas de disciplina. Para Foucault (2000), dispositivo é compreendido como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposi-

ções filosóficas, morais, filantrópicas” (p. 244). O autor acrescenta, ainda, que o dispositivo é a rede estabelecida entre esses elementos.

Dito isto, o presente artigo muniu-se desses conceitos e voltou-se a um grupo de egressos(as) de dois cursos técnicos integrados ao ensino médio, de uma instituição pública, federal, situada no Paraná (Brasil), com o objetivo de problematizar como se dão as condições objetivas e subjetivas que interferem nos processos de inserção profissional e mobilidade social desses(as) egressos(as).

Para tal, serviu-se de abordagem qualitativa em que foi realizada análise de conteúdo (Bardin, 1977; Minayo, 2014) oriunda de entrevistas semiestruturadas. Justificam este artigo os fatos de que: i) mesmo havendo no Brasil um salto de ingressantes no ensino superior (de 3 milhões de matrículas, em 2001, para mais de 8 milhões, em 2015), ainda se observam níveis consideráveis de desigualdade, uma vez que “a escolaridade deixa de ser elemento determinante para a conquista de postos de trabalho, como fora em décadas anteriores” (Volkmer Martins et al., 2019, p. 565); ii) importa compreender as possíveis formas com as quais uma formação em curso técnico integrado contribui para o desenvolvimento do(a) estudante, em aspectos objetivos (salário, por exemplo), e subjetivos (como capital cultural e social).

Embora os relatos e trajetórias analisados evidenciem a ampliação de horizontes acadêmicos, culturais e profissionais, também revelam permanências importantes das desigualdades sociais que atravessam os processos de inserção profissional e mobilidade social. O acesso ao ensino superior, às experiências de pesquisa, às bolsas acadêmicas ou a determinados espaços institucionais não elimina automaticamente tensões relacionadas ao trabalho, à renda, à permanência estudantil e às incertezas quanto ao futuro profissional. Nesse sentido, as experiências narradas situam-se em uma zona de tensão entre aspirações produzidas pela escolarização e possibilidades concretas de sua realização.

A partir dessa problemática, o artigo encontra-se estruturado em quatro seções principais. Inicialmente, apresenta-se a discussão teórica acerca da inserção profissional, mobilidade social e subjetividade. Na sequência, são descritos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Posteriormente, desenvolve-se a apresentação e análise dos resultados construídos a partir das entrevistas realizadas com os(as) egressos(as). Por último, são apresentadas as considerações finais do estudo, suas limitações e possibilidades para futuras investigações.

INSERÇÃO PROFISSIONAL E MOBILIDADE SOCIAL

A expressão inserção profissional surgiu na França nos anos 70. Antes, usava-se a expressão entrada na vida ativa para descrever o processo de passagem da formação para o trabalho. As discussões sobre essa transição são relativamente recentes: datam dos anos 60, em um momento em que se mostravam acentuadas as dificuldades que os jovens enfrentavam quando terminavam sua formação escolar e ingressavam no mercado de trabalho, levando, na França, ao crescimento do interesse pelo estudo sobre isso (Volkmer Martins et al., 2019).

Volkmer Martins (2016) observa o fenômeno da inserção como qualificante e não qualificante. No primeiro caso, o indivíduo apresenta contrato de trabalho durável, com tempo integral ou parcial por escolha. Possui maior grau de autonomia profissional e um sistema claro de progressão de carreira, ao passo que usufrui de políticas de qualificação profissional intra-empresa/instituição. Tem inserção profissional não qualificante aquele que, ao contrário, possui contrato de curta duração, muitas vezes com tempo parcial involuntário, por tarefa, sob chamada e de modo ocasional, conta com menor grau de autonomia profissional e não possui um sistema de progressão de carreira; quando possui, é um sistema pouco claro. Além disso, políticas de qualificação intra-empresa/instituição são ausentes, devendo o próprio trabalhador se responsabilizar pela sua qualificação.

Dentro da inserção profissional há, ainda, um fenômeno chamado de sobre-educação. São sobre-educados os indivíduos que “desempenham funções que exigem abaixo de seu nível de escolaridade de acordo com informações da Classificação Brasileira de Ocupações” (Carvalho & Reis, 2024, p. 5). O nível da demanda por trabalho qualificado não tem ido ao encontro do crescimento da oferta de mão de obra mais educada. Como consequência, houve, nos últimos 10 anos, no país, um acelerado crescimento de trabalhadores sobre-educados, dispendo de uma formação superior ao exigido para o exercício de seus cargos. Os resultados, segundo Carvalho e Reis (2024), são: insatisfação dos trabalhadores com seus empregos e elevação das taxas de rotatividade, isto é, de pessoas que passam por determinadas vagas sem um vínculo duradouro.

A origem da mobilidade social enquanto campo de pesquisa também é recente: os estudos nasceram durante o século XIX e ficaram fixos nas sociedades industriais ocidentais (Volkmer Martins et al., 2019). Pastore e Valle Silva (2000) defendem que os primeiros trabalhos sobre mobilidade social com base empírica representacional

surgiram somente após a Segunda Guerra Mundial, a partir da elaboração de técnicas de coleta e análise de dados.

Novas técnicas de análise surgiram por meio da investigação de trajetórias. Volkmer Martins et al. (2019) esclarecem que as “características adquiridas, como a educação, deveriam predominar sobre as características atribuídas – como a origem social, a etnia, a região de nascimento e a família” (p. 568).

Ainda assim, não se pode dissociar o impacto da família, tanto na inserção profissional dos indivíduos, quanto na mobilidade social. Andrade et al. (2020) sinalizam que “as diferenças entre gerações e a trajetória familiar constituem fatores fundamentais na compreensão da transição dos jovens para a vida adulta e da mobilidade de classe muitas vezes envolvida nesse processo” (p. 2). Giddens (1975) corrobora com essa afirmação ao dizer que são inequívocos os estudos sobre mobilidade social que demonstram que a família de origem influencia as chances de mobilidade ocupacional.

Para Sheldon e Moore (1969), os membros de uma família arranjam entre si os trabalhos e as rendas por meio de critérios pessoais: “as crianças sozinhas não decidem se vão trabalhar. A mulher sozinha não escolhe entre um trabalho em tempo integral e um trabalho em tempo parcial” (p. 98). Tudo vai depender do arranjo familiar e das necessidades de renda e mesmo psicológicas dessa família. E todas essas nuances poderão encaminhar a inserção profissional dos jovens de tal família para este ou aquele trajeto e, conseqüentemente, influenciar para (não) mobilidade social.

Há dois tipos de mobilidade social: horizontal e vertical. A primeira é aquela na qual um indivíduo muda de emprego, porém não tem alterado seus proventos. A segunda reflete uma alteração na sua posição socioeconômica. Está envolvido, além do simbólico e do social, o poder aquisitivo. A mobilidade vertical pode ser classificada de duas formas: ascendente e descendente. A mobilidade ascendente ocorre quando uma pessoa se desloca para uma posição superior na pirâmide socioeconômica (Rezende, 2020). A mobilidade social pode ser dividida, ainda, de outras duas formas: intrageracional, ocorrida entre indivíduos de uma mesma geração, e intergeracional, ocorrida entre indivíduos de gerações diferentes.

A ampliação das concepções acerca do termo capital, conforme abordado na introdução, deveu-se às limitações impostas pela utilização do termo capital econômico, que prevalecia “para explicar plenamente a ligação entre nível socioeconômico e bons resultados educacionais, o que o fez considerar que outras formas de capital

[...] contribuem diretamente e interagem com o capital econômico para fortalecer esta relação” (Pies, 2011, p. 23).

Ademais, é interessante observar como a instituição de ensino referida, tal qual as demais, pode ser lida como um dispositivo de produção de subjetividades, ao encadear saberes e relações de poder. Os(as) estudantes aprendem não apenas conteúdos formais, mas também modos de falar, de se comportar e de se perceberem como universitários(as), por exemplo, passando a desejar determinados futuros socialmente valorizados. Tais processos podem ser compreendidos como formas de governo das condutas ou, ainda, de governo dos corpos, configurando um modo específico e historicamente situado de produção de subjetividades, conforme problematizado por Foucault (1999, 2008, 2010, 2013).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se serviu de levantamento de campo (Gil, 2010), em que entrevistas semiestruturadas foram realizadas a uma amostra, sendo um recorte qualitativo de uma dissertação com abordagem mais ampla, em que houve também análises quantitativas previamente realizadas oriundas de dados coletados por meio de questionário.

O universo de pesquisa foi constituído por 469 estudantes que se formaram (até dezembro de 2024) nos cursos técnicos em Alimentos e em Serviços Jurídicos, integrados ao ensino médio, de uma instituição de ensino federal localizada na região Sudoeste do Estado do Paraná, no Brasil. O número da amostra que respondeu ao questionário foi de 222 participantes, selecionados por método probabilístico (Lakatos & Marconi, 2003). Já os que participaram das entrevistas foram 6 egressos(as), amostragem obtida por meio de método não probabilístico, ou seja, “não fazendo uso de uma forma aleatória de seleção” (Lakatos & Marconi, 2003, p. 224). Esses(as) egressos(as) foram selecionados(as) a partir de seu interesse e disponibilidade em participar da entrevista, indicados em um campo no questionário previamente aplicado, em número suficiente até que se atingisse a saturação teórica. A saturação foi considerada alcançada quando as entrevistas passaram a apresentar recorrência de informações, sem acréscimo de novos elementos relevantes às categorias analíticas em construção.

As entrevistas aconteceram entre outubro e novembro de 2025 de forma remota. A plataforma utilizada foi o *Google Meet*, da qual também se fez uso da ferramenta de gravação. As entrevistas ocorreram em horários diversos, definidos pelos(as) participantes de acordo com sua disponibilidade, acusada em contatos via e-mail, e, em média, tiveram duração de 22 minutos cada. O procedimento foi padronizado: após cumprimentar e agradecer cada egresso(a), o pesquisador inquiriu sobre a possibilidade de gravar a conversa, com o objetivo de garantir uma transcrição fiel. Tendo a espontânea concordância, era iniciada a gravação, seguida da apresentação sobre a pesquisa e sobre os pesquisadores, e das perguntas roteirizadas. Por vezes, foram necessárias questões extras para esclarecer determinados pontos abordados pelos(as) egressos(as).

Os dados foram tratados por meio de análise de conteúdo, o que Minayo (2014) diz ser o mais comumente utilizado para o tratamento de dados de uma pesquisa qualitativa. Para a autora (2014), a análise de conteúdo “diz respeito a técnicas de pesquisa que permitem tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos” (p. 303).

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (p. 31). Pode ser entendida como um tratamento analítico das informações contidas nas mensagens. Funciona a partir de uma sistematização objetiva da descrição do conteúdo das mensagens analisadas. Dessa forma, permite ao pesquisador organizar e categorizar os discursos sobre os quais lança seu olhar.

Findadas as entrevistas, realizou-se a identificação de padrões e regularidades em unidades de sentido, como palavras, frases e ideias, tendo a análise de conteúdo sido concretizada a partir de três passos:

1) Pré-análise – constituiu-se como a fase de organização inicial do material empírico e de aproximação exploratória com o *corpus*. Conforme Bardin (1977), essa etapa corresponde a um momento de imersão no conjunto dos dados, no qual se realiza a chamada leitura flutuante. Tal leitura consiste em um contato livre e abrangente com as entrevistas transcritas, permitindo ao pesquisador apreender impressões iniciais, identificar ideias recorrentes e delinear possíveis direções analíticas. Nesta fase, procedeu-se com a organização do *corpus*, envolvendo a seleção dos documentos a serem analisados (gravações em áudio e vídeo), a conferência das transcrições e a padronização do formato textual. Também foram retomados os obje-

tivos da pesquisa e as questões norteadoras, estabelecendo-se um plano preliminar de codificação.

2) Exploração do material – nessa fase, o *corpus* foi submetido a um exame minucioso, com a identificação de unidades de sentido recorrentes (palavras, expressões, enunciados ou ideias) que apresentavam relevância em relação aos objetivos da investigação. A codificação ocorreu por meio da atribuição de rótulos ou códigos às unidades identificadas, agrupando conteúdos semanticamente próximos. A partir desse procedimento, foram construídas categorias analíticas, que emergiram tanto do referencial teórico quanto do próprio material empírico, configurando um movimento dialético entre teoria e dados. Conforme Minayo (2014), essa etapa exige sistematização, coerência interna e clareza nos critérios de categorização, de modo a assegurar a validade das inferências produzidas. Assim, as categorias foram definidas com base na repetição, relevância temática e articulação com os objetivos da pesquisa. Além disso, procedeu-se com a constante revisão das categorias, realizando-se ajustes, fusões ou desmembramentos quando necessário.

3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação – envolveu o tratamento dos resultados obtidos por meio da codificação, consistindo na análise interpretativa das categorias construídas. Nesse momento, buscou-se ultrapassar a descrição do conteúdo manifesto, avançando em direção à compreensão dos significados subjacentes às falas dos entrevistados. As categorias foram articuladas entre si e confrontadas com o referencial teórico adotado, permitindo estabelecer relações, identificar convergências e divergências e produzir inferências fundamentadas. Dessa forma, a análise de conteúdo possibilitou a construção de interpretações consistentes e teoricamente fundamentadas (Bardin, 1977; Minayo, 2014).

À medida que o processo de codificação e categorização avançava, observou-se que os depoimentos reiteravam padrões já identificados, não emergindo novos códigos significativos ou dimensões interpretativas distintas. Nesse ínterim, Minayo (2014) assinala que a saturação se caracteriza pela estabilidade das informações obtidas, momento em que novas entrevistas deixam de acrescentar conteúdos substantivos ao quadro analítico. Assim, a interrupção da coleta de dados não se fundamentou em um número previamente estipulado de participantes, mas no acompanhamento sistemático da análise, realizado de forma concomitante à coleta. Esse procedimento conferiu rigor metodológico ao estudo, assegurando profundidade interpretativa e coerência interna às categorias construídas.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os estudantes que cursam um técnico integrado no Brasil cumprem com componentes curriculares da base curricular comum do ensino médio, bem como do currículo técnico, específico para cada curso. Segundo Piano (2023), o objetivo do ensino médio integrado “é o de fazer a integração da formação geral, humana, com a formação profissional, de modo a garantir a formação integral para os sujeitos” (p. 10). Desse modo, mais do que preparar os estudantes para o mercado de trabalho, pretende torná-los também aptos a perceberem sua posição e seu papel junto à sociedade. O currículo integrado, nesse ínterim, almeja a superação da fragmentação do conhecimento, fazendo emergir o conceito de totalidade e, desse modo, favorecendo uma formação integral dos(as) estudantes, em suas múltiplas dimensões (Moll & Garcia, 2024).

Ao se romper a barreira da sequência disciplinar cartesianamente organizada, recorre-se à interdisciplinaridade para a materialização do currículo escolar. Com isso, conforme apontam Moll e Garcia (2024), rompe-se com “a hierarquia entre as áreas de conhecimento e as disciplinas, borrando as fronteiras e, ao mesmo tempo, construindo e mantendo uma totalidade orgânica entre o conhecimento e a vida” (p. 65). Assim, reconhece-se que o conhecimento não se dá meramente a partir da soma de disciplinas, mas sim por meio da relação das partes com a totalidade.

Considerando-se que este estudo se refere a um grupo específico de egressos(as) de dois cursos de ensino médio integrados de uma única unidade de uma instituição de ensino e, portanto, pertencente a um contexto delimitado, não há um atrevimento em se tentar generalizar as experiências dos(as) egressos(as) aqui analisadas de modo a estendê-las a todos(as) egressos(as) de ensino médio do país, por exemplo. Porém, como Nardi (2006), reconhece-se que “toda história individual se refere necessariamente a uma história mais geral e que falar de um passado próprio remete sempre a uma história de interação com a comunidade e com a sociedade a qual se pertence” (p. 19).

Mesmo que não se possa considerar a análise de trajetórias de vida como um método de generalização para lançar um olhar sobre fenômenos sociais e interpretá-los, pode-se, sim, considerá-las ferramentas de análise que permitem a compreensão acerca de como as transformações sociais impactam e modificam a vida dos indivíduos (Nardi, 2006).

Entre Aspirações e Possibilidades: Subjetividade, Trabalho e Mobilidade Social de Egressos(as) do Ensino Médio Integrado

Os nomes atribuídos aos(às) egressos(as) entrevistados(as) são fictícios, sorteados por meio de gerador online aleatório. Sua caracterização pode ser observada na tabela abaixo:

Tabela 1

Perfis dos(as) egressos(as) entrevistados(as)

Egresso(a), Idade	Trabalho atual	Curso técnico integrado em que se formou	Conclusão do curso técnico	Curso de graduação realizado ou em andamento
Andréia, 27	Bolsista	Serviços Jurídicos	2015	Letras
Alexandre, 25	Gerente de relacionamentos	Alimentos	2017	Administração
Sandra, 22	Auxiliar de escritório	Serviços Jurídicos	2018	Ciências Contábeis
Débora, 20	Bolsista	Alimentos	2022	Ciências Sociais
Paulo, 19	Auxiliar administrativo	Serviços Jurídicos	2023	Sistemas de Informação
Cláudio, 19	Bolsista	Alimentos	2024	Ciências Sociais

A análise se baseou no conteúdo dos materiais, de modo que, amparado na codificação das unidades de registro e contexto, processo que envolveu aproximações e distanciamentos, inclusões e exclusões (explicada na seção sobre os procedimentos metodológicos), chegou-se a quatro categorias de análise: 1) Trajetória e ingresso; 2) Desafios enfrentados; 3) Impactos da formação no curso técnico; e 4) Conquistas e perspectivas de futuro, todas exploradas com mais profundidade a seguir.

TRAJETÓRIA E INGRESSO

Ainda na introdução foi elencado o potencial de o fenômeno trabalho em meio às juventudes ser visto como uma oportunidade de aprendizado para os(as) jovens, bem como porta de acesso a uma independência concretizada na busca pelo consumo, lazer e emancipação econômica, e a uma conseqüente autonomia e crescimento profissional e pessoal (Corrêa & Lima, 2015). Esse fator surgiu na fala¹ do egresso Alexandre, 25 anos, gerente de relacionamentos em um banco, quando ele elucida por qual razão principal deixou de estudar e trabalhar mais próximo da sua residência de origem para estudar no curso Técnico em Alimentos, oferecido a quase 20 km de distância da casa de seus pais:

Eu acredito que sim, [que se tivesse feito o ensino médio em uma outra escola] minha vida teria sido diferente, porque eu vejo pelos meus colegas e amigos lá da [local de origem do egresso]. Eles se formaram na escola pública normal e seguiram no mesmo ritmo dos pais deles. [Lá na comunidade] você forma e já ingressa na empresa que tem lá.

No mesmo trecho de sua fala, Alexandre, egresso de 2017, também aponta na prática da comunidade local o que Corrêa e Lima (2015) exemplificam como fatores influenciadores na decisão dos(as) jovens em trabalhar cedo: renda familiar, escolaridade dos pais e tamanho da família. Observa-se claramente que, na comunidade de onde ele vem, a tendência é que o trabalho seja priorizado em detrimento dos estudos, muito provavelmente por um desses três fatores, quando não pela união de todos. Complementarmente, Alexandre segue:

Depois que eu saí do ensino médio abriram-se muitas portas para mim. Logo no final do último ano do curso, que era só meio período [de aulas], eu estudava pela manhã e já trabalhava como menor aprendiz na [empresa citada anteriormente]. Mas eu já não me via lá dentro. Isso já foi uma conquista porque eu não segui o rumo que a maioria do pessoal que vive lá segue. [...] Eu tive que me esforçar para me “desgrudar” do meu pai, digamos assim.

¹ Note-se que, por vezes, durante os discursos, foi necessário suprimir, por meio de palavras e expressões entre colchetes, nomes e outras informações que não se pretendia divulgar. O recurso também foi utilizado para reforçar ideias subentendidas na velocidade da comunicação oral.

No fim deste excerto, o egresso faz menção à saída da casa dos pais e à dificuldade que é realizá-la. Ele revela o quanto pode ser desafiador se tornar independente, seja devido às instabilidades do mercado de trabalho, que colaboram para que a saída da casa dos pais aconteça cada vez mais tarde (Camarano et al., 2003), seja pela quebra de padrões culturais que se perpetuam em determinadas localidades, muitas vezes atrasando ou mesmo impedindo a mobilidade social dos(as) jovens.

No quesito mobilidade, a escolaridade dos pais como elemento crucial para a ascensão acadêmica e econômica dos(as) filhos(as) depois de adultos(as), conforme apontam Ferreira e Veloso (2003) e Reis e Ramos (2011), está marcada na entrevista com Andréia, 27 anos, bolsista, egressa da primeira turma do Técnico em Serviços Jurídicos (formada em 2015), quando, de início, ela contou brevemente sua história:

Os meus pais são professores. Meu pai estudou Filosofia, minha mãe, Pedagogia, e os dois se tornaram professores. A minha vida sempre foi bastante cheia de livros. Eu sempre fui uma criança interessada nisso e eu acho que veio muito dos meus pais.

É possível notar que, com mais escolarização, seus pais propiciaram um ambiente domiciliar mais favorável à absorção de conhecimentos, bem como ao aumento da efetividade do aprendizado de Andréia (Reis & Ramos, 2011).

A egressa do Técnico em Serviços Jurídicos de 2018, Sandra, 22 anos, auxiliar de escritório, também foi influenciada pelo pai, mas, desta vez, para sair do colégio estadual onde estava e se inscrever em um curso técnico integrado na esfera federal. Divertindo-se, ela conta: “*eu iniciei no ensino médio [integrado] porque o meu pai fez a minha inscrição. Eu não sabia que eu ia fazer a prova. Ele só chegou e falou: ‘Você vai fazer a prova’*”.

Paulo, 19 anos, auxiliar administrativo, também egresso do Técnico em Serviços Jurídicos, turma de 2023, conta que, de modo semelhante, foi influenciado pela família e amigos: “*quando eu tava no sétimo ano já vinham me perguntando: ‘você vai estudar lá?’ Eu pensei por muito tempo, até o nono ano*”. Questionado sobre quem vinha lhe perguntando se estudaria na referida instituição, ele respondeu: “*a maior parte foi a família, madrinha, tios e também teve alguns amigos de fora que perguntavam se eu ia ingressar no curso*”.

Em meio a um cenário pandêmico e a mudanças na forma de ingresso e de assistir às aulas, Paulo optou por ingressar no Técnico em Serviços Jurídicos, mesmo que sua

família, inicialmente, o apoiasse a ingressar no Técnico em Alimentos devido ao seu anseio de posteriormente cursar Agronomia (graduação que verticaliza com esse curso técnico). “*Só que daí acabou surgindo a oportunidade de fazer o Técnico em Serviços Jurídicos por conta do Direito, que hoje é um curso bem forte [na instituição]*”, confessa ele, que, no fim, não foi para nem um nem outro, e sim para Sistemas de Informação.

“*Agora que a gente tá no ensino superior, as coisas são um pouco diferentes do ensino médio. São mais pesadas, assim*”. Essas palavras, de Sandra, referem-se às dificuldades de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, contexto muito comum dentre os jovens brasileiros, conforme aponta Santos (2013), de modo que “as desigualdades do mundo adulto transitam também pela população juvenil” (Moraes, 2019, p. 19). Isso diminui o tempo em que poderiam, tais jovens, dedicar-se, por exemplo, à execução ou participação em projetos nos quais ingressassem.

DESAFIOS ENFRENTADOS

Na análise estatística que compõe a dissertação que originou este artigo e que versa sobre elementos sócio-históricos da inserção profissional dos(as) pesquisados(as), apareceu uma ampla divergência entre aqueles(as) que reconhecem os auxílios e as bolsas como fundamentais para terem se formado no ensino médio integrado e aqueles(as) que não observam um impacto direto desses auxílios e bolsas na sua trajetória escolar. A abrangência dos programas e a comunicação institucional foram mencionadas como possíveis causas da dispersão dos resultados. Ambos os elementos aparecem no discurso de Cláudio, 19 anos, bolsista, egresso do Técnico em Alimentos, turma de 2024:

Eu nunca tinha ouvido falar do [instituição], sendo que eu sou de [uma cidade vizinha]. Eu nunca tinha ouvido falar até ver um amigo meu entrar. Então, eu acho que [a instituição] ainda não tá circulando tanto [quanto deveria], por ser algo federal.

No fragmento acima, Cláudio expõe a problemática da comunicação institucional do estabelecimento de ensino. Ele conta que já tinha concluído o 1º ano do ensino médio em um colégio cívico-militar da sua cidade quando um amigo de infância, que

ingressou na referida instituição federal, convidou-o a estudar lá e o convenceu a se inscrever. Contudo, para isso, Cláudio precisou repetir todo o 1º ano por conta das disciplinas concernentes à área técnica do ensino médio integrado. Apesar de não demonstrar arrependimento, ele poderia estar mais adiantado em sua formação, caso tivesse conhecido as possibilidades de ingresso no ensino médio integrado no momento correto. Sendo assim, embora a provável falha comunicacional tenha sido relatada no que diz respeito ao ingresso na instituição, tal lacuna pode ser estendida e atribuída também ao desconhecimento das políticas de bolsas.

Eu acredito que o acesso a bolsas e auxílios não é tão amplo [na instituição]. Essa conclusão eu só fui tirar quando eu entrei na UFFS. Eu cheguei na UFFS e no primeiro mês já consegui uma bolsa. E ainda tava num processo de auxílio socio-econômico. Então, aqui, definitivamente, você tem mais acesso a uma renda só pelo fato de estar estudando. Eu ganhei o benefício do PACE por dois anos [durante o ensino médio], mas eu pagava um transporte mais caro do que o auxílio que eu ganhava.

O problema da abrangência das políticas foi abordado no excerto acima. Cláudio informou que seu transporte era caro porque precisava contratar um ônibus particular para se deslocar todos os dias de sua cidade. E, mesmo que tenha recebido o PACE (Programa de Assistência Complementar ao Estudante), que visa à “concessão de benefício financeiro direto ao estudante, destinado ao custeio parcial de despesas relacionadas à alimentação, moradia, transporte e aquisição de material didático” (Instituto Federal do Paraná [IFPR], 2026, Seção 2), por dois anos, não conseguia cobrir a despesa mensal. Se sua família não tivesse condições financeiras mínimas de completar o valor de transporte, sem contar a alimentação e material escolar, conforme ele mesmo declarou, provavelmente não teria conseguido concluir o curso.

Débora, 20 anos, que se formou no Técnico em Alimentos no ano de 2022, também é bolsista na universidade em que estuda. Diferentemente de Cláudio, porém, sempre conseguiu boas bolsas durante o ensino médio:

Uma parte da questão de acessar [as bolsas] é que tem análise do currículo, né, e normalmente você tá “zerado” ali, no primeiro ano da graduação. O que não foi o meu caso, porque eu já tinha feito o PIBIC Júnior, já tinha feito projeto de ensino

[durante o ensino médio]. Então eu tinha algo para constar, o que é difícil no primeiro ano de graduação.

Esses relatos permitem relativizar a leitura das políticas de permanência. Mesmo que os auxílios estudantis tenham sido importantes para alguns participantes, sua existência não eliminou integralmente os obstáculos materiais. Em determinadas situações, como no caso de Cláudio, o valor recebido mostrou-se insuficiente para cobrir despesas básicas de deslocamento, evidenciando que a permanência escolar continua parcialmente dependente dos recursos familiares. Tal constatação sugere que a instituição amplia oportunidades, mas não neutraliza completamente desigualdades prévias.

Sandra, por sua vez, conta que seu maior desafio durante o ensino médio foi seu aspecto emocional:

Foi um período muito difícil para mim, emocionalmente. Então, eu tinha várias crises de ansiedade e precisava direto estar com o psicólogo. Eu não me sentia capaz, parecia que eu não ia conseguir e, como eu era um ano mais nova do que todo mundo, né, às vezes eu acabava ficando perdida.

Quando a egressa menciona ser um ano mais nova, foi porque, no passado, durante o ensino fundamental, a escola lhe concedeu um avanço de turma por lhe considerar apta a estar em um grupo mais à frente, ou seja, ela pulou uma série. Embora isso possa ter lhe trazido certos benefícios, também pode ter lhe rendido problemas ao enfrentar situações para as quais talvez não estivesse preparada.

Outro ponto desafiador que apareceu na fala de vários dos entrevistados foi a carga horária, que exigia bastante tempo dedicado aos estudos. Paulo admite: *“tínhamos alguns dias que eram o dia todo [de aula] e alguns que eram meio período. Como era uma grande quantidade de matérias, às vezes acabava acumulando trabalhos e algumas coisas a gente não conseguia entregar de maneira perfeita”*.

Apesar disso, Sandra, que também sofreu com acúmulo de trabalhos e avaliações, hoje vê que tamanha carga horária foi mais benéfica do que maléfica para si:

Foi cansativo estudar o dia inteiro, porque você não tinha tempo para descansar. Mas, de forma geral, acredito que o ensino médio integrado tenha sido de grande

Entre Aspirações e Possibilidades: Subjetividade, Trabalho e Mobilidade Social de Egressos(as) do Ensino Médio Integrado

proveito. Apesar dos pesares, ele foi muito essencial para quem eu sou e para minha carreira profissional.

A alimentação para esses estudantes, que passam alguns dias da semana em período integral na instituição, mesmo que atualmente não seja mais um grande desafio graças à conquista do restaurante estudantil, inaugurado em 25 de novembro de 2025 (IFPR, 2025) – depois das entrevistas para esta pesquisa –, já foi um aspecto atribuído, como desabafa Débora:

Eu ainda acho meio absurdo a cantina, assim... ali é tão isolado, né, que acaba sendo meio que a única opção. Ou então você precisa trazer marmitta de casa. Acho que isso é uma dificuldade para permanência mesmo, você não ter ali um valor menor, né? Aqui [onde estudo agora] a gente tem o RU e ele dá as três refeições [do dia].

Débora, por ser oriunda de outro município, como Cláudio, também enfrentou dificuldades com o transporte: “*como só um [ônibus] ia [da minha cidade], ele [o motorista] conseguia cobrar muito caro também. Além disso, não era muito confiável. Às vezes, dava um problema num dia e ficava difícil de ir*”.

Mesmo para quem era da cidade em que está localizada a instituição, o transporte podia ser um dificultador de permanência e êxito, uma vez que o local fica a uma distância razoável do centro da cidade. Sandra lembra como era quando ela estudava no técnico integrado: “*na minha época ainda não tinha o Tarifa Zero, né? Era tudo pago. Até o ônibus tinha que pagar, então, era mais complicado*”. Ela complementa, informando que o pai, além de tê-la incentivado a estudar, não a deixando desistir, auxiliou-a pagando o transporte escolar: “*eu recebia o PACE e pagava um pouco do transporte. O valor [do auxílio] não dava inteiro, mas o pai pagava*”. Em 2023 foi implantado, na cidade da instituição de ensino, o programa *Tarifa Zero*, que passou a fornecer aos municípios o transporte público coletivo de forma gratuita (Prefeitura Municipal de Palmas, 2024), inclusive com uma linha de ônibus até a instituição, facilitando o deslocamento dos(as) jovens em maior vulnerabilidade econômica.

IMPACTOS DA FORMAÇÃO NO CURSO TÉCNICO

Um aspecto que ficou bem evidente no discurso da egressa Débora foi a contribuição da instituição, por meio do técnico integrado, ao seu capital cultural objetivado (bens culturais) e institucionalizado (materializado por meio dos diplomas) (Bourdieu, 2007). Quando perguntada sobre o quê ela destacaria como pontos positivos ao longo da sua formação no ensino médio, ela respondeu o seguinte:

Eu acho que teve uma base muito forte em todas as áreas. Percebo isso até com o povo com quem eu tenho contato na graduação, sabe? Tipo assim, a gente tava na [disciplina de] Didática lendo o conto “Amor”, da Clarice Lispector, e quase ninguém tinha lido. E daí eu pensei assim: foi uma base tão forte, de ler Machado de Assis, Clarice, nas aulas de português [do ensino médio], que eu já tava muito familiarizada.

A egressa deixa claro como o contato antecipado que teve com determinadas obras literárias a colocaram em posição de vantagem frente a seus colegas atuais do ensino superior, sendo um exemplo de mobilidade ascendente nesse tipo de capital. Sua fala sugere um processo de ampliação do capital cultural que, potencialmente, poderá favorecer futuras conversões em outros tipos de capital, como econômico e simbólico (Bourdieu, 2007). Não obstante, a ampliação do capital cultural não deve ser compreendida como garantia de mobilidade socioeconômica. Embora o repertório cultural adquirido possa favorecer trajetórias acadêmicas posteriores, sua conversão em vantagens ocupacionais concretas depende de condições estruturais mais amplas, como a dinâmica do mercado de trabalho.

Outro exemplo disso e que também cursa Ciências Sociais na atualidade é o do egresso Cláudio. Quando questionado sobre o quê destacaria como pontos positivos durante sua formação no ensino técnico integrado, ele mencionou ter sido condicionado a várias coisas boas, no âmbito das relações pessoais e da bagagem cultural, tendo, assim, mobilidade em dois tipos de capital descritos por Bourdieu (2007): social e cultural. Cláudio revelou, no início da entrevista, que ainda no primeiro ano do curso percebeu que o Técnico em Alimentos não era exatamente o que ele queria, em virtude da presença de diversas disciplinas do ramo das exatas, mas que as pessoas com quem tinha contato o fizeram persistir e concluir o curso: “no 2º ano foi quando eu descobri que era apaixonado por Sociologia. Só que mesmo não sendo um

curso da minha simpatia [o Técnico em Alimentos], as pessoas, meus colegas ali me deram uma amplitude cultural muito grande, sabe?”

Outra passagem da entrevista de Cláudio indica que ele atribui à instituição um papel importante em seu processo de formação pessoal:

As amizades que eu fiz lá dentro, toda a experiência de descobrir o que eu realmente gostava, sabe? Uma transformação pessoal. O [instituição] catapultou isso. Não consigo imaginar nenhuma realidade em que eu não passasse por ela, porque o [instituição] me moldou como pessoa. Foi lá que conheci os professores que me nortearam para o que eu queria fazer.

Através desse relato, é possível observar uma importante característica do ensino médio integrado, a característica pela qual essa modalidade de ensino se apresenta “como travessia para a educação omnilateral, tecnológica e/ou politécnica” (Ciavatta & Frigotto, 2024, p. 281). Para Frigotto (2012), a educação deve abranger dimensões corpóreas, intelectuais, culturais, psicossociais, afetivas, estéticas e lúdicas, dimensões muitas das quais se nota a presença em meio às narrativas.

Ainda nessa perspectiva, o impacto cultural e social do estabelecimento pode ser acompanhado na fala de Andréia, quando ela comenta acreditar que, de fato, sua vida teria sido diferente se tivesse cursado o ensino médio em outra instituição de ensino:

Eu acho que o meu amadurecimento foi moldado essencialmente nesse período do ensino médio e essencialmente por conta do [instituição], por conta de tudo ao que eu tive acesso. Foi a primeira vez que eu tive acesso, por exemplo, a programas de iniciação científica.

O diálogo com Cláudio foi elucidativo também quanto a uma outra questão: o fato de o status da instituição de ensino ser relevante e ser balizador das preferências dos(as) estudantes. A atratividade do ensino médio integrado da esfera federal, por exemplo, desencadeada pela presença de, dentre outros elementos, professores de ensino superior, ficou bem marcada no discurso dele:

Tenho que elogiar essa característica do ensino médio no [instituição], de dar essa oportunidade da gente ter aula com professores universitários. Porque, geralmente, nas escolas de ensino médio, os professores só dão aula pro ensino médio. Isso

gera uma noção já muito boa para quem quer cursar uma faculdade depois. A gente não tem só a visão do ensino médio, a gente tem também um pouco de como vai funcionar o ensino superior.

Em outro segmento da entrevista, ele destacou, similarmente, o formato de seminários cotidianamente adotado pelos professores, algo que, para ele, apesar de ter sido desafiador no início, foi muito benéfico, pois se trata de um modelo de avaliação inspirado no ensino superior e que coloca o(a) estudante como protagonista do próprio conhecimento.

A influência dos professores ficou profundamente registrada no discurso de Cláudio e, não somente dele. Em quase todas as participações ficaram evidentes elogios aos professores da instituição, tanto pela competência quanto pela capacidade de escutar e apoiar.

No que tange à temática da inserção profissional, Sandra comenta que, apesar de não considerar que a formação no curso Técnico em Serviços Jurídicos tenha sido crucial para obter seu emprego atual, em um escritório de contabilidade, mas sim o fato de estar finalizando um bacharelado em Ciências Contábeis, ela admite que cotidianamente faz uso do que aprendeu no ensino médio integrado: *“alguns conhecimentos que eu adquiri no técnico se fazem presentes durante a atuação no meu trabalho, como as legislações, o entendimento das normas. Acho que [o técnico] foi bem importante pro meu amadurecimento profissional”*.

Paulo, por outro lado, reconhece que a formação técnica foi primordial para a obtenção do emprego atual, como auxiliar administrativo na seção de compras e contratos de uma instituição de ensino, ao propiciar conhecimentos fundamentais para o exercício do cargo. Sobre isso, ele complementa: *“os meus superiores, quando eu entrei, falaram: ‘a gente analisou teu currículo e a gente viu que tu tinha o técnico. Esse foi um dos pontos que fez a gente te trazer pra cá’”*.

CONQUISTAS E PERSPECTIVAS DE FUTURO

Ficou explícito que ter acessado o ensino superior é motivo de orgulho para a maioria dos(as) egressos(as). Débora revela: *“a entrada na universidade foi um ponto muito grande e que já marcou um projeto que eu tenho para a minha vida”*. Alexandre comenta que ter se formado em Administração foi uma conquista muito importante

que teve, “*pois fui reconhecido como o primeiro colocado em geral no curso*”. Sobre suas conquistas, Cláudio proclama: “*depois de ter conseguido publicar um livro com 18 anos (essa é minha maior conquista), a outra foi, depois de ter entrado numa instituição federal, no ensino médio, ter entrado em um curso superior também numa federal*”. Andréia, por sua vez, relata:

A primeira [conquista] eu diria que foi passar no vestibular. Eu tentei vários vestibulares, na época, e eu fico muito feliz de contar que eu passei em todos. Então, pude escolher para onde ir. Não tentei um curso considerado difícil. Foi Letras, mas era o que eu realmente queria.

Andréia já deixou não apenas a graduação em Letras para trás, como também o mestrado. Encontra-se, atualmente, no doutorado, onde é bolsista e de onde vê cada vez mais perto a possibilidade de materializar o desejo de ser professora universitária concursada.

Cláudio, recém-ingressado na universidade, na licenciatura em Ciências Sociais, comenta o impacto dessa conquista em seu núcleo familiar, ao relatar que ninguém acima da sua geração chegou a cursar o ensino superior, que seus primos e ele foram os primeiros a terem atingido esse nível de ensino. Vislumbra a si mesmo, no futuro, como um cientista social, ou, como ele próprio crê ser o mais provável, dentro da sala de aula, como professor, “*seguindo os passos dos professores*” que lhe influenciaram.

Alexandre, por sua vez, já bacharel em Administração e especialista em Controladoria e Gestão Empresarial, almeja a oportunidade de, em um futuro não tão distante, entrar no mestrado e no doutorado, na área de finanças. Seu foco, no momento, é permanecer no mercado financeiro, no cooperativismo, em cargos cada vez mais elevados – o que não está longe, haja vista que recentemente se tornou gerente de relacionamentos em uma cidade vizinha de seu local de origem.

Débora, que no momento está quase concluindo Ciências Sociais e apresenta uma incapacidade de se ausentar de eventos científicos, não somente por ser bolsista universitária, mas também por ter adquirido gosto pelo ramo, “*gostaria muito de entrar como professora em um [instituição em que cursou o ensino médio]*”, tendo escolhido uma licenciatura por enxergar nela maiores chances de posteriormente dar um retorno à sociedade, por meio de uma educação pautada na conexão com o social, sua filosofia de vida.

Sandra e Paulo, por seu turno, vibram por suas inserções no mundo do trabalho. Ela concedeu a entrevista a uma semana da apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso no bacharelado em Ciências Contábeis. Pretende, para o futuro, especializar-se em contabilidade fiscal, conquistar a casa própria e a estabilidade financeira. Ele se mostra contente com o fato de ter conseguido um emprego onde consegue aplicar o conhecimento que adquiriu durante o ensino médio integrado. Apesar desse entusiasmo, não pretende ficar imóvel: assim que concluir Sistemas de Informação, vai em busca de um cargo na área da formação dentro da organização em que se encontra atualmente.

A partir das narrativas dos(as) egressos(as) e das análises, observa-se que o trabalho é descrito como um espaço de realização pessoal, inserção profissional, ascensão e mobilidade social. Ademais, evidencia-se a instituição de ensino como um dispositivo de produção de subjetividades. À luz de Deleuze e Guattari (2011), a instituição pode ser compreendida como uma máquina social que articula a conexão entre jovens, saberes, expectativas, normas, currículos, disciplinas, avaliações e múltiplas possibilidades de existência.

Nas falas dos(as) egressos(as), observam-se deslocamentos nos desejos e nos projetos de vida, bem como processos de distinção em relação às comunidades de origem e às aspirações anteriormente constituídas. Os(as) jovens passam a se perceber como mais intelectualizados(as) e, em muitos casos, a desejar a continuidade dos estudos no ensino superior. Tais movimentos configuram traços significativos da produção da subjetividade em sua dimensão intensiva e processual, ultrapassando uma compreensão restrita à mera aquisição de capitais. E apesar de as trajetórias analisadas revelarem conquistas expressivas, sobretudo no acesso ao ensino superior e na ampliação das expectativas profissionais, é importante observar que tais resultados não permitem inferir a superação definitiva das desigualdades sociais. Parte significativa dessas conquistas ainda se encontra em fase de construção, dependendo da conclusão da formação universitária, da obtenção de empregos qualificados e da estabilidade das condições econômicas futuras.

Ademais, importa esclarecer que os referenciais teóricos mobilizados neste artigo operam em níveis analíticos complementares. A mobilidade social e a inserção profissional constituem o eixo principal de análise; os capitais bourdieusianos são utilizados para operacionalizar seus efeitos; a perspectiva foucaultiana contribui para compreender os processos de subjetivação produzidos pela instituição; e Deleuze e

Guattari, empregados nas considerações finais, permitem interpretar os deslocamentos dos desejos e projetos de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo era compreender as condições objetivas e subjetivas que interferem nos processos de inserção profissional e mobilidade social de egressos(as) que se formaram em dois cursos técnicos integrados ao ensino médio de uma instituição federal brasileira. Evidenciou-se, por meio dos discursos, que tal formação enriquece o capital cultural dos(as) estudantes, principalmente, e, com isso, tem o potencial de também enriquecer outros capitais, conforme Bourdieu (2007) e Pies (2011).

Por meio das entrevistas aprofundadamente exploradas neste artigo e dos dados quantitativos tratados na dissertação *Trajetórias de inserção profissional e mobilidade social de egressos(as) do ensino médio integrado do IFPR - Campus Palmas*, foi possível avançar na compreensão acerca de aspectos objetivos, ou seja, mensuráveis, observáveis e institucionalmente reconhecidos como: i) a formação e as credenciais (gênero, idade, curso concluído e o porquê da escolha pelo ensino médio integrado, continuidade dos estudos por meio do ensino superior, dentre outros); ii) a inserção no mundo do trabalho (situação ocupacional, se compatível ou não com a formação, a estabilidade do vínculo empregatício, dentre outros); iii) as condições materiais de trabalho (renda, jornada e condições de trabalho, acesso a direitos trabalhistas e possibilidades de progressão na carreira); e iv) a origem social e os recursos estruturais (escolaridade e ocupação da família, renda familiar, acesso a redes sociais e profissionais, capital econômico e capital cultural, dentre outros).

Foi possível avançar também sobre aspectos subjetivos, caracterizados por experiências vividas, percepções, expectativas, sentidos e avaliações que os(as) próprios(as) egressos(as) constroem sobre suas trajetórias. Cita-se, por exemplo, aqueles concernentes: 1) às expectativas e aspirações (projetos de vida e profissionais, expectativas em relação ao curso e ao trabalho, ideias de sucesso, estabilidade e ascensão social, dentre outros); 2) aos sentidos atribuídos ao trabalho (trabalho como fonte de identidade e reconhecimento e trabalho como meio de autonomia e emancipação); 3) à percepção de mobilidade social (sentimento de ascensão, comparação com a trajetória dos pais ou da comunidade de origem, avaliação subjetiva das

oportunidades reais disponíveis; e 4) aos processos identitários (construção da identidade profissional, sentimento de pertencimento ou não a determinados espaços sociais e profissionais, autoconfiança, autoestima e sensação de competência).

De maneira geral, os relatos sugerem trajetórias marcadas pela ampliação de capitais culturais e sociais, bem como por processos percebidos pelos(as) próprios(as) egressos(as) como mobilidade ascendente. Contudo, tais movimentos não devem ser interpretados como efeitos automáticos da formação técnica integrada, uma vez que permanecem condicionados por fatores como origem social, escolaridade familiar, recursos econômicos e características do mercado de trabalho contemporâneo, de modo que, o cenário positivo constatado neste artigo não torna inexistentes as desigualdades, verificadas em tantos outros estudos, como os de Volkmer Martins (2016) e Moraes (2019).

Enquanto alguns almejam cargos de maior prestígio social, outros se realizam plenamente ao ocupar espaços nos quais possam exercer atividades condizentes com sua formação e nos quais experienciam bem-estar; enquanto alguns investem na verticalização da educação e preservam a construção profissional inicial, mantendo-se vinculados às áreas do ensino médio integrado, outros constroem trajetórias profissionais díspares; enquanto alguns celebram a inserção no mercado de trabalho e outros o ingresso na universidade, as manifestações do subjetivo revelam subjetividades múltiplas, de caráter amplo e processual, objetivadas em distintos fatores presentes nas falas dos(as) egressos(as).

E esses sujeitos se movem, não unicamente de modo geográfico, de um ponto A para um ponto B. Afinal, cada indivíduo é “máquina desejanter”. Por trás de cada unidade básica do desejo produtivo, sempre há algo sendo materializado a partir de interligações diversas, de conexões fluidas que interagem com as “máquinas sociais” (Deleuze & Guattari, 2011), isto é, com a família, com a universidade, com a cidade, com as escolas, com os hospitais, com a internet, com a televisão, e com outros territórios tantos. Ambas as máquinas produzem e interagem. Os(as) egressos(as) dos cursos técnicos precisam das universidades, mas as universidades também precisam deles. Eles(as) precisam de uma organização na qual trabalhar, mas essa organização também precisa deles(as), em outras palavras. Para Foucault (1994), o sujeito se constitui ativamente por meio das práticas de si, que não são invenções próprias, mas esquemas oferecidos ou impostos pela cultura e sociedade. Essa apropriação revela a relação entre saber, poder e jogos de verdade.

A subjetividade é assim, surgida a partir do outro, de fluxos, de constância. Ela não nasce com o sujeito, mas se forma historicamente, uma vez que a sociedade oferece normas, valores, discursos e práticas. É proveniente também do crer. E o crer aqui aludido não está ligado à religião e à motivação, mas sim ao desejo, de modo que crer em algo é acreditar que se deseja isso ou aquilo, que se precisa disso ou daquilo. E os(as) egressos(as) aqui estudados(as) desejam. São máquinas desejantes, afinal. Como não desejariam? Isso faz deles(as) o que são, até porque, segundo Deleuze (1953), “em resumo, crer e inventar, eis o que faz o sujeito como sujeito” (p. 76).

Por fim, importa reconhecer, contudo, algumas limitações deste estudo. As análises desenvolvidas decorrem de um conjunto reduzido de entrevistas realizadas com egressos(as) de uma única instituição federal de ensino, situada em um contexto territorial específico, o que não permite generalizações sobre o conjunto das experiências de estudantes do ensino médio integrado brasileiro. Além disso, as trajetórias analisadas encontram-se ainda em curso, atravessadas por transformações acadêmicas, profissionais e pessoais que podem assumir novos contornos ao longo do tempo. Assim, as interpretações aqui construídas possuem caráter situado e analítico, buscando compreender sentidos, percepções e processos vivenciados pelos(as) participantes, mais do que estabelecer relações causais universais acerca da inserção profissional e da mobilidade social.

Nesse sentido, futuros estudos poderão aprofundar a compreensão sobre os efeitos da formação técnica integrada em diferentes contextos sociais e territoriais, acompanhando longitudinalmente trajetórias juvenis e investigando como marcadores como classe social, gênero, território e condições familiares atravessam os processos de inserção profissional, permanência acadêmica e mobilidade social. Também se mostra relevante ampliar investigações acerca das relações entre formação profissional, produção de subjetividades e construção de projetos de vida entre jovens trabalhadores(as).

REFERÊNCIAS

- Andrade, A. G. M., Wissmann, A. M., Moraes, J. P., & Junior, J. J. (2020). Egressos do curso de Pedagogia no Brasil: uma análise da inserção profissional e da mobilidade social a partir de marcadores sociais de diferença. *XXIII SemeAd*, São Paulo, 1–17.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Martins Fontes.

- Bourdieu, P. (2007). Os três estados do capital cultural. In M. A. Nogueira & A. Cautani (Orgs.), *Escritos de educação* (pp. XX–XX). Vozes.
- Bourdieu, P. (2009). *O poder simbólico* (pp. 71–79). Bertrand.
- Camarano, A. A., Pazinato, M. T., Kanso, S., & Vianna, C. (2003). A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? In *Mercado de trabalho: conjuntura e análise* (pp. 53–66). IPEA.
- Carvalho, S. S., & Reis, M. C. (2024). *A evolução da sobre-educação no Brasil e o papel do ciclo econômico entre 2012 e 2023*. IPEA. <https://doi.org/10.38116/td3025-port>
- Ciavatta, M., & Frigotto, G. (2024). Omnilateralidade. In L. S. Ferreira, A. S. Castaman, S. Siqueira, & M. J. Andrighetto (Orgs.), *Glossário sobre trabalho pedagógico na educação profissional e tecnológica* (pp. 279–281). CRV.
- Corrêa, C. R., & Lima, J. E. (2015). Determinantes da participação e dos rendimentos dos jovens no mercado de trabalho: o caso da Região Metropolitana de Recife. *Cadernos Metrópole*, 17(34), 541–553. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3412>
- Deleuze, G. (2012). *Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume* (L. B. L. Orlandi, Trad.). Editora 34. (Trabalho original publicado em 1953)
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2011). *O anti-Édipo*. Editora 34.
- Ferreira, S. G., & Veloso, F. A. (2003). Mobilidade intergeracional de educação no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 33(3), 481–513. <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/80>
- Foucault, M. (1994). L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In *Dits et écrits* (Vol. 4, pp. 708–729). Gallimard.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir* (20ª ed.). Vozes.
- Foucault, M. (2000). Sobre a história da sexualidade. In *Microfísica do poder*. Graal.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France* (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes.
- Foucault, M. (2010). *O governo de si e dos outros: cursos no Collège de France (1982–1983)* (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes.
- Foucault, M. (2013). *Microfísica do poder* (26ª ed.). Graal.

- Frigotto, G. (2012). Educação omnilateral. In R. S. Caldart, I. B. Pereira, P. Alentejano, & G. Frigotto (Orgs.), *Dicionário da educação do campo* (pp. 267–274). Expressão Popular.
- Giddens, A. (1975). *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Zahar.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5ª ed.). Atlas.
- Instituto Federal do Paraná. (2025, 25 de novembro). *Primeiro Restaurante Estudantil do IFPR é inaugurado em Palmas*. Notícias sobre Ensino. <https://ifpr.edu.br/palmas/primeiro-restaurante-estudantil-do-ifpr-e-inaugurado-em-palmas/>
- Instituto Federal do Paraná. (2026, 26 de janeiro). *Programa de Assistência Complementar ao Estudante – PACE, Edição 2026* (Edital nº 3, de 26 de janeiro de 2026). https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=4199565&id_orgao_publicacao=0
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5ª ed.). Atlas.
- Meissner, W. W. (1999). The self-as-subject in psychoanalysis. *Psychoanalysis and Contemporary Thought*, 22(2), 55–202.
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (14ª ed.). Hucitec.
- Moll, J., & Garcia, S. R. O. (2024). Currículo integrado e integração curricular. In L. S. Ferreira, A. S. Castaman, S. Siqueira, & M. J. Andrighetto (Orgs.), *Glossário sobre trabalho pedagógico na educação profissional e tecnológica* (pp. 64–66). CRV.
- Moraes, J. P. (2019). *Inserção profissional e mobilidade social dos egressos dos cursos de Administração no Brasil* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Nardi, H. C. (2006). *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Editora da UFRGS.
- Pastore, J., & Valle Silva, N. (2000). *Mobilidade social no Brasil*. Makron Books.
- Piano, C. (2023). *Integração curricular no ensino médio técnico: concepções, pressupostos e possibilidades* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Fronteira Sul].
- Pies, N. G. (2011). *Capital cultural e educação em Bourdieu* [Dissertação de mestrado, Universidade de Passo Fundo].

- Prefeitura Municipal de Palmas. (2024, 15 de fevereiro). *Plano de mobilidade urbana de Palmas-PR: plano de transporte coletivo* [Minuta de edital]. <https://pmp.pr.gov.br/mobilidade/assets/MinutaDeEdital.pdf>
- Reis, M. C., & Ramos, L. (2011). Escolaridade dos pais, desempenho no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos. *Revista Brasileira de Economia*, 65(2), 177–205. <https://doi.org/10.1590/S0034-71402011000200004>
- Rezende, M. O. (2020, 9 de setembro). *Mobilidade social*. Brasil Escola. <https://brasil-escola.uol.com.br/sociologia/mobilidade-social.htm>
- Santos, G. P. G. (2012). A(s) juventude(s) e a construção das políticas públicas no Brasil: avanços e perspectivas. In *XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil* (pp. 1–19). Universidade Federal do Piauí.
- Santos, G. P. G. (2013). Juventudes, trabalho e educação: uma agenda pública recente e necessária. Por quê? In J. Macambira & F. R. B. Andrade (Orgs.), *Trabalho e formação profissional: juventudes em transição* (pp. 37–55). IDT/UECE.
- Sheldon, E., & Moore, W. (1969). *Indicators of social change: Concepts and measurements*. Russell Sage Foundation. <https://www.jstor.org/stable/10.7758/9781610446914>
- Volkmer Martins, B. (2016). *Expansão e diversificação do ensino superior no Brasil: a mobilidade social e a inserção profissional dos jovens estudantes e egressos de cursos superiores tecnológicos na região metropolitana de Porto Alegre-RS* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Volkmer Martins, B., Scherdien, C., & Rocha-de-Oliveira, S. (2019). Estrutura de classe e mobilidade social no processo de inserção profissional de jovens no Brasil: reflexões e agenda de pesquisa. *Cadernos EBAPE.BR*, 17(3), 564–576. <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/73103>

Políticas Públicas de Reinserção de Jovens Sujeitos a Medidas Tutelares Educativas: Uma Análise Crítica

Marta Carolina Oliveira Fonseca

ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa - martacarolinafonseca.as@gmail.com

Resumo

O presente artigo propõe uma análise crítica das políticas públicas direcionadas à reinserção social de jovens sujeitos a Medidas Tutelares Educativas em Portugal, com especial enfoque na Lei Tutelar Educativa. Partindo de um enquadramento teórico que articula contributos da sociologia contemporânea, das políticas públicas e do Serviço Social, procura compreender-se de que forma o atual modelo de justiça juvenil responde aos desafios colocados pelas transformações sociais contemporâneas. O artigo aborda a evolução histórica das políticas destinadas à intervenção com menores que praticam factos qualificados como crime, analisa os princípios orientadores e as medidas previstas na Lei, e apresenta uma leitura crítica de alguns dados estatísticos relativos à sua apli-

cação. Paralelamente, discute-se o impacto das mudanças sociais, tecnológicas e culturais nos processos de socialização juvenil e nos percursos de reinserção social. A análise evidencia que, embora o enquadramento jurídico português privilegie uma lógica educativa e de responsabilização, persistem desafios relacionados com a aplicação das medidas, a articulação entre políticas públicas e a adaptação da intervenção profissional às novas realidades sociais. Conclui-se pela importância de reforçar abordagens preventivas, comunitárias e interdisciplinares, bem como pela necessidade de continuar a refletir criticamente sobre o papel do Serviço Social na implementação e desenvolvimento destas políticas.

Palavras-chave: Justiça juvenil, medidas tutelares educativas, reinserção social, serviço social.

Public Policies and the Social Reintegration of Young Offenders: A Critical Analysis of the Portuguese Educational Guardianship Law

Summary

This article proposes a critical analysis of public policies aimed at the social reintegration of young people subject to Educational Measures for Juvenile Offenders in Portugal. Based on a theoretical framework that com-

bines contributions from contemporary sociology, public policy studies and social work, the article seeks to understand how the current juvenile justice model responds to the challenges posed by ongoing social transfor-

mations. The paper reviews the historical evolution of policies addressing minors who commit acts legally classified as crimes, examines the guiding principles and measures established by the Portuguese Law, and provides a critical reading of statistical data related to its implementation. Additionally, the article discusses the impact of social, technological and cultural changes on youth socialization processes and social reintegration trajectories. The analysis highlights that, although the Portuguese legal framework emphasizes an edu-

cational and responsibility-oriented approach, significant challenges remain regarding the implementation of measures, the articulation between public policies, and the adaptation of professional practices to emerging social realities. The study concludes by emphasizing the importance of strengthening preventive, community-based and interdisciplinary approaches, as well as the need for continued critical reflection on the role of Social Work in the development and implementation of these policies.

Keywords: Juvenile justice, educational measures for juvenile offenders, social reintegration, social work.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual vive hoje uma acelerada mudança a nível estrutural, caracterizada pelo rápido desenvolvimento tecnológico, e cujas implicações vão muito além do mero uso das tecnologias. Estas incluem implicações ao nível da vida social e quotidiana, ao nível das relações interpessoais, mas também ao nível das políticas públicas. Autores como Eisenstadt, Bauman e Castells, como veremos adiante, abordam estas questões, reforçando as transformações ao nível da comunicação, das relações comunitárias (e do seu enfraquecimento), e da individualização, tanto ao nível social como político. Estas transformações têm ainda influência no contexto criminal, tanto no surgimento de novas formas de crime, como nos públicos afetados (vítimas ou pessoas que praticam estes atos). Como não poderia deixar de ser, as gerações mais jovens são, por todos os motivos, das mais influenciadas por estas transformações. Conjugando todos estes fatores, é imperativo que as políticas públicas direcionadas para a prática de crime por parte de pessoas consideradas inimputáveis pela sua idade, se consigam adaptar a todas as novas circunstâncias.

Tendo em conta o papel do Serviço Social na construção e implementação das políticas públicas, no trabalho e análise das realidades sociais, e em especial, com

populações vulneráveis, revela-se pertinente uma análise crítica sobre as políticas públicas destinadas à reinscrição social de jovens sujeitos a Medidas Tutelares Educativas no atual contexto societal, refletindo sobre a sua adequação e eficácia tendo em conta as novas realidades. É, por isso, nosso objetivo com este trabalho analisar criticamente a Lei Tutelar Educativa enquanto política pública de reinscrição juvenil no contexto de mudanças sociais, incentivando à reflexão sobre temáticas tão sensíveis e singulares.

O presente artigo assenta numa análise qualitativa de natureza teórico-documental. Foram analisados diplomas legais, em particular a Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99), bem como literatura científica nas áreas do Serviço Social, sociologia e políticas públicas. A análise procurou articular enquadramento teórico com a leitura crítica de dados estatísticos disponibilizados pela Direção-Geral de Reinscrição e Serviços Prisionais. Está dividido em seis pontos principais, sendo estes um enquadramento teórico-concetual inicial, uma contextualização histórica das políticas públicas destinadas à intervenção com menores com comportamentos configurados como crime, uma análise crítica sobre a atual Lei Tutelar Educativa, assim como uma leitura crítica dos dados e impactos desta lei, os desafios contemporâneos à Reinscrição Social de jovens alvo de medidas tutelares educativas, e uma discussão sobre as implicações para as Políticas Públicas e para o Serviço Social, tanto enquanto disciplina científica como enquanto profissão. Por fim, segue-se uma discussão dos resultados e reflexões elaboradas ao longo do trabalho.

O artigo procura, assim, contribuir para o debate académico sobre justiça juvenil em Portugal, propondo uma leitura crítica da Lei Tutelar Educativa à luz das transformações sociais contemporâneas e do papel do Serviço Social na implementação destas políticas, introduzindo futuros trabalhos académicos a realizar sobre este tema.

Este artigo defende que, embora a Lei Tutelar Educativa constitua um quadro jurídico orientado para a educação e a reinscrição social dos jovens autores de factos qualificados como crime, a sua adequação às transformações sociais contemporâneas revela limitações significativas. A crescente digitalização das relações sociais, a emergência de novas formas de exclusão e delinquência juvenil e a complexificação dos percursos de socialização exigem modelos de intervenção mais flexíveis, preventivos e centrados na inclusão social. Neste sentido, argumenta-se que a eficácia da LTE depende não apenas do seu enquadramento normativo, mas também da capacidade

das políticas públicas e dos profissionais em adaptarem as respostas socioeducativas às realidades juvenis contemporâneas.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL

1.1. Justiça Juvenil e Políticas Públicas

O Estado, enquanto comunidade de cidadãos politicamente organizada, representado por diversos órgãos de soberania, encerra em si diversos tipos de funções, prioridades não exclusivas entre si, que procuram o equilíbrio orçamental sem descuidar o bem-estar social.

Entende-se que as políticas tutelares educativas se podem enquadrar simultaneamente em duas tipologias destas funções. Por um lado, nas funções do Estado de direito democrático, no que diz respeito ao campo da justiça, e por outro, nas funções sociais, no que concerne às questões da educação e inclusão. São ainda funções do Estado as funções de soberania e segurança, e as funções de desenvolvimento, que abrangem outros tipos de políticas para além daquelas abordadas neste trabalho.

A política é entendida formalmente como “declaração formal que articula regras e regulamentos que refletem valores, crenças, dados, tradições, discussões, debates e compromissos do corpo político, desempenhando múltiplas funções, desde a criação do quadro amplo em que um programa ou serviço evolui até detalhar os serviços disponíveis” (Colby, 2013 *cit in* Casquilho-Martins, 2021). As políticas tutelares educativas enquadram-se nesta definição, refletindo valores, crenças e compromissos ligados ao combate à criminalidade, delinquência e à reinserção juvenil. Assim, por um dos focos destas políticas serem, precisamente, os conflitos sociais criados pela delinquência e criminalidade juvenil, e pelo facto de o Estado ter tomado a posição de regular nestas matérias, as políticas tutelares educativas podem ser vistas como políticas públicas, na sua total definição.

A intervenção do Estado na justiça juvenil encontra fundamento nos princípios do Estado de Direito Democrático e na responsabilidade pública de proteção da infância e juventude. Contudo, a legitimidade desta intervenção não deve ser entendida como absoluta ou imune à crítica. Pelo contrário, importa discutir permanentemente os seus fundamentos jurídicos, os seus limites, os mecanismos de controlo democrático e as tensões existentes entre proteção, educação e controlo social. As políticas tutelares educativas, para além de se enquadrarem nas funções de um Estado de Direito de acordo com a sua conceção original, enquadram-se ainda na

definição-base do que são políticas públicas. Para além disto, o princípio da separação de poderes, inerente a qualquer Estado de Direito, define os três “poderes” do Estado: legislativo, executivo e judiciário. Estes são poderes exclusivos dos Estados, sendo que as políticas tutelares educativas se enquadram também no poder judiciário. Desta forma, reforça-se a legitimidade do Estado, e principalmente enquanto Estado de Direito e Estado de Bem-Estar Social (conceitos distintos, mas ambos aplicáveis no nosso contexto nacional), para legislar e executar políticas como as tutelares educativas.

No âmbito das políticas tutelares educativas, verificamos o importante papel do Estado na sua execução. Para tal contribui o princípio da separação de poderes, as atribuições do campo da justiça que justificam esta relevância, e o facto desta execução não ser delegada noutras entidades, como acontece, por exemplo, na área do envelhecimento.

Não é de descurar, ainda assim, o papel relevante da Sociedade, em especial das redes de sociabilidade dos jovens (sejam redes familiares, de amizade, ou outras comunitárias), bem como do Mercado (no que respeita ao contexto socioeconómico dos jovens e das suas famílias) na efetivação destas políticas e no cumprimento dos seus objetivos. A influência do Estado, da sociedade e do mercado nos percursos de delinquência juvenil não se manifesta de forma autónoma, mas através de processos interdependentes. O Estado define os enquadramentos legais e institucionais da intervenção, determinando os recursos disponíveis e os modelos de resposta adotados. A sociedade, através das redes familiares, escolares e comunitárias, constitui um espaço privilegiado de socialização, integração ou, em determinados contextos, de reprodução de situações de exclusão. Por sua vez, o mercado influencia diretamente as oportunidades de acesso à educação, formação e emprego, condicionando as perspetivas de futuro dos jovens. Neste sentido, a delinquência juvenil não pode ser interpretada exclusivamente como resultado de escolhas individuais, mas também como expressão de desigualdades estruturais, fragilidades relacionais e limitações no acesso a oportunidades de participação social plena.

O papel da Sociedade pode ainda ser relevante quando falamos da intervenção de organizações comunitárias na prevenção de comportamentos delinquentes, mas também na área da reinserção, aquando da integração plena do jovem na sua comunidade.

Ainda assim, dos três elementos em debate, e sem desmerecer o papel de todos, o Estado é aquele que maior relevo adquire, dada a natureza das políticas, seja na sua conceção, ou na sua implementação e execução.

Como veremos adiante, as políticas públicas na área da justiça juvenil não têm uma função punitiva, ao contrário das leis criminais comuns, mas antes uma função predominantemente educativa, focando a responsabilização dos jovens pelos seus próprios atos, e a reinserção social plena nas suas comunidades de origem. Tendo em conta o já mencionado importante papel da sociedade neste processo, pode concluir-se que o peso das comunidades de origem é de capital importância para um processo de reinserção bem-sucedido, assim como para evitar a reincidência futura.

1.2. Reinserção Social: conceito, limites e críticas

Neste artigo, a reinserção social é entendida não como um processo de restituição a uma condição anterior de plena integração social, mas como um processo dinâmico de construção ou reconstrução de condições de inclusão, cidadania, participação social e autonomia. Tal perspetiva reconhece que muitos jovens sujeitos a medidas tutelares educativas apresentam trajetórias marcadas por processos prévios de exclusão social, precariedade económica, fragilidade relacional e vulnerabilidade institucional. Para este trabalho, optamos pela visão de Costa (et al., 2008), embora outras possam complementar esta teoria. Um exemplo poderá ser a perspetiva de Amartya Sen (2009), que se centra no conceito de pobreza, mas cuja teoria poderá ser adaptada. Segundo o autor, a exclusão social centra-se em duas competências essenciais: a habilitação (ou seja, a possibilidade de acesso), e a capacidade (a forma como a pessoa faz escolhas que lhe permitem integrar-se). Para Costa (et al., 2008), a exclusão ou inclusão centra-se em vários domínios, entre eles os laços sociais (ou redes de sociabilidade, como as relações familiares, laborais, de amizade, entre outras), o domínio económico, o domínio institucional (a relação estabelecida com as diversas instituições, no âmbito do exercício de uma cidadania plena), o domínio territorial (considerando as características do território onde se habita), e por último, o domínio simbólico (relacionado com as referências identitárias). Embora estes autores analisem o conceito de exclusão social relacionando-o com o de pobreza, não podemos deixar de considerar a sua pertinência para analisar a reinserção social no caso de jovens infratores. A articulação entre ambas as perspetivas permite compreender a reinserção social enquanto processo multidimensional, que exige simultaneamente

o desenvolvimento de capacidades individuais e a criação de condições estruturais de inclusão.

Considerando a multidimensionalidade da inserção social, revela-se de capital importância um trabalho, também, multidimensional, que se centre nos vários domínios da vida do indivíduo, com vista à sua reinscrição, durante o cumprimento da medida tutelar educativa. Entendemos, então, que um dos limites do trabalho do serviço social reinscrição social de jovens, será a sua complexidade, mas também o facto de muitos dos fatores que para ela contribuem não dependerem de forma direta dos/as profissionais. Este deverá ser um trabalho conjunto, entre os profissionais, os/as jovens, as suas famílias e relações de referência, e as instituições e outros profissionais que com eles interagem, tal como refere Costa (et al., 2008), ao defender uma atuação integrada, capaz de responder aos múltiplos desafios presentes. Revela-se ainda fundamental uma adequada compreensão das realidades destes/as jovens, adaptando a estas a intervenção a realizar e os modelos de atuação a realizar.

Em suma, é neste contexto que se revela essencial o estudo sobre os atuais desafios para a reinscrição social, tendo em conta a atual mudança de paradigma societal. Considera-se simplista e desajustada a intervenção que seja similar ao longo das últimas décadas, quando os/as jovens de hoje não vivem realidades semelhantes aos/as jovens de décadas passadas. Tal não poderá, assim, levar a uma plena reinscrição social, uma vez que o que define os seus vários domínios sofreu enormes transformações.

1.3. Serviço Social e Justiça Juvenil

A intervenção do Serviço Social no contexto da justiça juvenil, em especial com medidas de internamento, passa por garantir que os/as jovens adquirem competências que não fora inicialmente desenvolvidas no seu meio natural de vida, e que o devem ser durante o cumprimento da medida, através de programas e métodos pedagógicos compostos pelas práticas e atividades socioeducativas inseridas na rotina da instituição (Digneffe, 1995 citado in Storino, 2016). O Serviço Social trabalha, então, com instrumentos e medidas próprios, como o Projeto de Intervenção Educativa (PIE) e o Projeto Educativo Pessoal (PEP) (Storino, 2016), sendo que o PIE tem por objetivo a responsabilização do/a jovens para a mudança de comportamento, e o PEP é elaborado tendo em conta a singularidade do/a jovem intervencionado, com uma grande influência do neoliberalismo e dos seus valores individualistas (Storino, 2016).

Ao nível de modelos de intervenção, estes poderão ser múltiplos e variando consoante a situação. No âmbito do Serviço Social, os modelos de intervenção constituem a tradução operativa das teorias, orientando a ação profissional em contextos concretos de intervenção. Estes modelos não se limitam a aplicar mecanicamente quadros teóricos, mas articulam princípios éticos, fundamentos epistemológicos e estratégias de ação ajustadas às especificidades dos sujeitos e dos contextos. No domínio da reinserção social de jovens sujeitos a medidas tutelares educativas, os modelos de intervenção assumem particular relevância, uma vez que exigem uma leitura integrada das trajetórias individuais, das dinâmicas familiares e comunitárias e das condicionantes estruturais que influenciam os processos de exclusão e inclusão social. É neste enquadramento que se torna pertinente analisar as principais teorias do Serviço Social enquanto suporte aos modelos de intervenção utilizados nestes contextos.

Começemos pelas Teorias Clássicas, com influência das ciências sociais, das quais destacamos o funcionalismo. Deste deriva, como já vimos, a Teoria Sistémica, que ganha um especial relevo dada a atuação profissional ao nível dos sistemas primários e secundários que envolvem o/a jovem. Esta é uma prática voltada para a estabilidade, que pretende a correção e manutenção da ordem estabelecida através do suporte dos jovens e das suas famílias, e que tem um elevado relevo neste contexto.

As Teorias Críticas são também essenciais para compreender a intervenção do Serviço Social nestes contextos. Destas teorias surge o *empowerment*, que pode aqui ser definido como o processo através do qual os jovens mantêm a capacidade de participar e partilhar o controlo e a influência sobre situações e decisões com impacto direto nas suas vidas. Este processo exige o desenvolvimento de competências, aquisição de conhecimento e fortalecimento do poder pessoal, com o objetivo de retomar o controlo da própria vida e daquelas que os rodeiam (Parsons, 1991). Destacam-se também aqui com elevada importância neste campo as teorias interpretativistas, que procuram compreender experiências de pessoas e situações, construindo novos significados (Oliveira, 2016, pp.30)

Payne (2006, citado in Oliveira, 2016) apresenta três visões do Serviço Social, que vale a pena analisar neste contexto. A visão Reflexivo-Terapêutica, procura o bem-estar dos indivíduos, grupos ou comunidades, promovendo e facilitando o seu crescimento e realização pessoal; a visão Socialista-Coletivista, ou transformacional, diz-nos que a sociedade se deve alterar a favor dos mais desfavorecidos, e é função do Serviço Social esta articulação; por fim, a visão Individualista-Reformista, ou de

ordem social, tem o seu foco principal na assistência. Para esta análise, defende-se que a melhor se adequa ao caso em apreço é a visão Reflexivo-Terapêutica.

Já Washington (et al., 2021) destacam a importância do modelo ecológico, que tem em consideração a relação entre o indivíduo e a sociedade, assim como as situações de opressão vividas, em detrimento do modelo *médico*, definido como tendo uma intervenção individualista e segregadora. Tal não invalida, em determinadas situações, que se recorra ao Serviço Social de Casos, modelo estruturado por Mary Richmond, dada a importância que este modelo atribui à relação entre o indivíduo e a sociedade.

Tendo em conta as elevadas taxas de doença ou distúrbio mental nos jovens com comportamentos delinquentes, têm surgido novos modelos de intervenção, normalmente multidisciplinares, tais como a Intervenção Focada no Trauma e na Regulação das Emoções (TARGET) (Young, et al., 2017). Este modelo de intervenção, para além de psicoterapia, envolve também o treino de competências para a inserção no mercado de trabalho, e outras atividades que permitam ao/à jovem desenvolver autoconfiança e prevenção de comportamentos criminais no futuro. Especificamente com este objetivo, surge o Programa Especializado para o acompanhamento Vocacional e Emprego (CRAFT), com um maior foco nestas áreas (Young, et al., 2017).

Dada a importância atribuída, no contexto desta reflexão, importa ainda fazer referência às considerações de Andrade (2021) face à necessidade de um novo olhar sobre a atuação profissional tendo em conta as aceleradas mudanças no contexto societário, que trazem consigo um novo paradigma. Este novo olhar, segundo a autora, deve implicar uma desconstrução de ideias feitas e reconstrução de novas articulações, introduzindo novos instrumentos e tecnologia de intervenção. Importa, então, refletir sobre os modos de atuação atuais, e perceber a necessidade de reestruturação face às novas realidades, e isto inclui, também as teorias subjacentes à atuação que aqui apresentámos.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DAS MEDIDAS TUTELARES EDUCATIVAS EM PORTUGAL

A proteção da infância no que diz respeito à proteção e educação em situações de delinquência juvenil à margem do Código Penal vê as suas primeiras referências no nosso país com a implementação da República e a criação da Lei de Proteção à Infância (Tomé, 2021). Foram, nesta época, criados os primeiros tribunais de menores e as

primeiras estruturas institucionais de suporte a esta nova legislação. Surgia a intenção de separação dos menores “perigosos” dos menores “em perigo”, nascendo assim as bases para o sistema tutelar educativo. A aplicação desta lei teve continuidade durante o Estado Novo, fortemente marcada pelos valores regentes do regime ditatorial, mas que ainda assim procura uma intervenção diversificada para os/as menores com comportamentos considerados delinquentes (em que se incluem aqueles configurados como crime (Tomé, 2021).

A revisão da legislação de 1967 traz novas configurações e terminologias, que vigoram até 1978. Ao longo destas décadas, o objetivo destas políticas é unívoco (apesar dos valores que as diferenciam): a educação dos/as jovens, a prevenção de comportamentos delinquentes e criminais, e a certeza da persistência de uma infância e juventude desviante num mesmo percurso na idade adulta – daí ser fundamental uma intervenção o mais precoce possível.

A Revolução de 1974, e conseqüente Constituição marcam uma nova era na proteção aos jovens com comportamentos considerados como crime. Surge, agora, o Instituto da Reinserção Social, e uma presença cada vez mais forte do Serviço Social no campo da justiça (Tomé, 2021). Os anos 90, com o impulso dos fundos europeus e a ratificação de diplomas internacionais, trouxeram uma nova dinâmica à implementação e criação de políticas nesta área, aproximando do regime que hoje temos, não só na área tutelar educativa, mas em toda a proteção à infância e juventude.

No trabalho desenvolvido por Tomé (2021) acerca desta área, podemos verificar que a evolução das políticas foi saindo gradualmente do campo penal para o campo da proteção social, sem nunca se desvincular totalmente. A criação do conceito de inimputabilidade para os jovens permitiu uma maior intervenção da área social e da educação, não só no que diz respeito à prevenção de comportamentos perigosos, mas acima de tudo no foco da reinserção social destes jovens e na preocupação com a sua vida adulta. A intervenção estatal também foi cada vez mais evidente e relevante, contribuindo para isso uma mudança na perspetiva de como é encarada a infância e a juventude, e na responsabilização do Estado pela garantia de uma infância saudável e segura.

Por fim, é de referir que o atual modelo de políticas tutelares educativas se enquadra no modelo mediterrânico de proteção social, uma vez que, apesar de ser o Estado a assumir o papel principal, não é descurada a importância da família, característica dos países que se enquadram neste modelo, e em contrapartida com o que acontece em países de modelos neoliberais ou modelos nórdicos. Atualmente, estas políticas

evoluíram de um campo punitivo para um campo pedagógico e de responsabilização, refletindo o caminho feito nas restantes políticas sociais, e em especial, as de proteção da infância.

3. A LEI TUTELAR EDUCATIVA: ANÁLISE CRÍTICA

A Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99 de 14 de setembro) regula a intervenção do Estado perante jovens entre os 12 e os 16 anos que cometeram factos legalmente qualificados como crime pela legislação penal. Dada a sua inimputabilidade legal, o objetivo desta Lei não é a punição dos jovens, mas antes a sua educação e a promoção da sua integração social.

Esta lei tem como princípios orientadores (1) a educação para o cumprimento das normas sociais e legais, (2) a proporcionalidade e adequação (ao facto praticado, às necessidades educativas e ao contexto do/a jovem), (3) a responsabilização do/a jovem, através do reconhecimento do impacto do seu comportamento, e (4) o primado do superior interesse do/a jovem.

As medidas tutelares educativas podem ser variadas, dependendo do tipo de facto cometido. A mais leve das medidas é a admoestação, seguindo-se a imposição de regras de conduta, a prestação de serviços à comunidade, a integração em programas formativos, o acompanhamento educativo, e a residência em centro educativo (em regime aberto, semiaberto ou fechado, nos casos mais graves ou de reincidência).

Quanto aos atores envolvidos, estes podem ser estatais ou comunitários, destacando-se o Tribunal de Família e Menores (que decide e acompanha as medidas), o Ministério Público (que promove o processo), a Direção-Geral de Reinserção Social (que executa medidas mais complexas, como o acompanhamento ou a integração em centros educativos), as CPCJ (que podem intervir paralelamente em situações de proteção), e a comunidade escolar, saúde, IPSS, ou outras organizações comunitárias (participam na implementação de medidas, e acima de tudo, são essenciais na prevenção).

Andrade (2021) diz-nos que esta é uma política que se centra na responsabilização da “prática por menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, de facto qualificado pela lei como crime dá lugar à aplicação de medida tutelar educativa” (art. 1.º). Segundo a autora, esta lei objetiva a inserção, de forma digna e responsável, dos jovens, sem descurar a responsabilização dos mesmos pelos atos cometidos. Neste

trabalho, a autora reforça ainda o papel dos meios digitais e dos media na disseminação de comportamentos desviantes e de desinformação, factos a ter em conta no processo de reinserção. A Lei estabelece o enquadramento legal da delinquência juvenil, promovendo a responsabilização educativa do jovem pela prática de factos qualificados como crime pela lei penal. Ao prever a privação da liberdade através da medida de internamento, a Lei visa a educação para o direito e a reintegração do jovem na sociedade, assegurando a sua realização com dignidade e sentido de responsabilidade.

Embora a Lei Tutelar Educativa se apresente formalmente como um modelo orientado para a educação e responsabilização do jovem, diversos autores têm assinalado a coexistência de funções educativas e mecanismos de controlo social. A aplicação de medidas restritivas da liberdade, particularmente o internamento em centro educativo, evidencia esta tensão. Ainda que juridicamente não constitua uma pena criminal, o internamento implica privação da liberdade e produção de efeitos disciplinares semelhantes aos observados noutros contextos institucionais de controlo. Neste sentido, importa reconhecer que a justiça juvenil contemporânea se desenvolve numa zona de tensão permanente entre proteção, educação, responsabilização e controlo social.

Em suma, a Lei Tutelar Educativa cria um quadro jurídico progressista, centrado na educação e na reintegração, com um catálogo variado de medidas que devem ser aplicadas tendo em conta o princípio da proporcionalidade, e o superior interesse do jovem, e tendo por base os princípios basilares dos Direitos Humanos. Porém, a sua eficácia está condicionada à capacidade de execução, seja ao nível dos recursos, da articulação interinstitucional, da formação técnica e dos sistemas de avaliação. Para uma adequada implementação, para além da necessidade de recursos ajustados, é essencial que a intervenção dos/as profissionais seja pautada por princípios éticos e técnicos de excelência, já que, segundo Lipsky (1980), esta é essencial para a implementação das políticas públicas. Face às atuais mudanças societárias, é ainda fundamental a adaptação da intervenção aos novos contextos de delinquência, mas também às novas formas de socialização e de integração social, distintas das últimas décadas. É assim inegável que, para uma plena eficácia, a aplicação desta lei deve ser adaptada às múltiplas e novas realidades, sendo a medida de internamento o último recurso, com vista à plena reinserção social do jovem e à não reincidência criminal no futuro. Acresce ainda que a Lei Tutelar Educativa foi concebida num contexto social distinto do atual, anterior à expansão massiva das tecnologias digitais e às

novas dinâmicas de socialização juvenil, o que levanta questões quanto à sua capacidade de responder plenamente às formas contemporâneas de delinquência e exclusão social. Neste sentido, torna-se pertinente refletir sobre a necessidade de reforçar mecanismos de avaliação das medidas aplicadas, promover maior investimento em respostas preventivas e comunitárias e assegurar que a intervenção mantém, de forma efetiva, o seu carácter educativo e de promoção da autonomia dos jovens.

4. LEITURA CRÍTICA DE DADOS E IMPACTOS SOCIAIS

As estatísticas mensais relativas aos Centros Educativos, enquanto uma das respostas possíveis a comportamentos juvenis enquadrados como crime pela lei penal, disponibilizadas pela DGRSP demonstram um dado importante, a considerar na análise destas políticas: o facto de todos os centros educativos terem uma taxa de ocupação superior a 50%, e a maioria perto dos 100%. Apesar do foco na educação, e não na punição, a medida de internamento em centro educativo deve sempre ter em conta os seus benefícios e prejuízos para o objetivo final da medida: a reinserção plena. Estas medidas, dependendo do regime em que são executadas, podem implicar uma quebra nas redes de sociabilidade e na socialização dos jovens, do seu contacto com as suas comunidades de origem, e, por último, as questões simbólicas e de perceção de si mesmos, da sociedade, e destes em relação à sociedade e vice-versa. Ao verificar as elevadas taxas de ocupação destes equipamentos, poderemos questionar se os riscos destas medidas privativas de liberdade estão, de facto, a ser considerados, e se estes são menores do que os benefícios. Outro dado relevante a considerar é que, em outubro de 2025 tinha havido um crescimento de 9,72% no número de internamentos face ao período homólogo de 2024, o que sustenta esta reflexão.

Pode ser ainda pertinente refletir sobre os papéis sociais de género e a prática de comportamentos configurados como crime (ou, como consequência, a aplicação de medidas de internamento). Segundo estes dados estatísticos, 86,08% dos jovens em centros educativos são do sexo masculino. Tal parece dever-se ao facto de a rapazes e raparigas serem atribuídos diferentes papéis sociais de género, e diferentes expectativas face ao que concerne a cada um. As raparigas são, mesmo que inconscientemente, mais responsabilizadas pelas suas condutas, sendo esperado que tenham comportamentos mais “recatados”, o que não acontece nos rapazes, sendo por vezes até encorajado certos comportamentos de risco como prova da sua masculinidade -

isto pode explicar a enorme discrepância entre gêneros nas medidas de internamento.

De realçar que, quanto às medidas tutelares educativas de uma forma global, a medida mais aplicada, em 2024, era o Acompanhamento Educativo, seguido da Realização de Tarefas a Favor da Comunidade. Tais medidas têm em linha de conta com os objetivos educativos da Lei Tutelar Educativa, refletindo, ainda assim, o esforço para que o internamento não seja a medida mais aplicada. Também nas restantes medidas tutelares se refletem as tendências de género das medidas de internamento, com o sexo masculino a ter uma maior representatividade em todas as medidas.

Andrade (2021) apresenta ainda um conjunto de dados estatísticos, que analisam não só esta Lei, como a sua articulação com outras políticas públicas ligadas à habitação e educação. É possível verificar uma diminuição do número de internamentos em centro educativo entre 2010 e 2020, assim como do número de crimes registados (de 3880 em 2010, passamos para 1044 em 2020, ocorrendo uma variação de -73,1%).

Em suma, apesar da diminuição global dos internamentos e da criminalidade juvenil, os dados relativos à ocupação dos centros educativos e à predominância masculina nas medidas mais restritivas sugerem a persistência de desigualdades estruturais e a necessidade de uma avaliação contínua dos efeitos destas medidas no bem-estar e nos percursos de vida dos jovens.

5. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À REINserÇÃO SOCIAL

Para melhor analisar e enquadrar o presente trabalho, que molda a presente análise às políticas tutelares educativas, importa compreender em que medida é que este contexto social atual se distingue do passado, e por que razão acarreta novos desafios.

Analisaremos primeiro Castells, que nos diz que, atualmente, vivemos num tempo de rápida transformação social (Castells, 1996), que originará uma nova forma de sociedade, a que ele chama de sociedade em rede. Esta transformação é impulsionada pelo rápido desenvolvimento das tecnologias da informação, em interação com a cultura, economia e relações de poder. O autor afirma ainda que até as atividades criminosas sofrerão alterações, pela informação globalizada e incitamento a atividades ilegais. As mudanças sociais são igualmente relevantes, impulsionadas pelas transformações nas tecnologias de informação. Todas estas mudanças fizeram com que, atualmente, presenciemos um momento de “esquizofrenia estrutural”, dado

que as normas sociais anteriores são, agora, postas em causa, levando à fragmentação social.

Já Bauman (2000) considera que vivemos uma época nobre da história da humanidade, comparando a quebra de padrões antigos com a passagem do estado sólido para líquido de qualquer material. Esta passagem permitirá a construção de novos padrões sociais, valores, e no fundo, tudo o que é necessário para a construção de um novo paradigma – ao quebrar os “moldes antigos”, poderemos, então, construir novos, mais adequados à realidade atual. Esta liquidação dos padrões sociais deve-se, essencialmente, a novos padrões de comunicação (tal como referido por Castells), e de políticas individualistas, menos voltadas para o coletivo.

As teorias de Bauman e Castells convergem em vários aspetos, apesar das nomenclaturas diferentes para a mudança de paradigma – se no primeiro temos a sociedade líquida, no segundo encontramos a sociedade de redes, dependendo da valoração que cada um dos autores atribui a cada elemento-chave desta mudança.

Podemos concordar é que, em ambos os casos, existe uma mudança de valores, de formas de agir, de políticas – de paradigma societal. Com esta mudança, vêm novos riscos, anteriormente desconsiderados, na reinscrição de jovens sujeitos a medidas tutelares educativas. Se, por um lado, temos novas formas de crime (como referido por Castells), por outro temos novas exigências para a inclusão social e novas formas de pertença identitária, numa sociedade cada vez mais individualista, mas, ainda assim, em constante conexão e vigilância. Entre as principais transformações que afetam atualmente os processos de reinscrição social destacam-se a crescente digitalização das relações sociais, a emergência de novas formas de criminalidade associadas ao meio digital, a exposição precoce a conteúdos violentos ou discriminatórios e a crescente centralidade das redes sociais na construção da identidade juvenil. Paralelamente, verificam-se alterações nas estruturas familiares, percursos educativos mais fragmentados e contextos laborais marcados por maior precariedade e incerteza. Estas mudanças influenciam não apenas os fatores associados à prática de comportamentos desviantes, mas também os processos de inclusão social, exigindo respostas socioeducativas capazes de compreender novas formas de pertença, reconhecimento social e participação comunitária.

O advento tecnológico e a mudança paradigmática trazem novos desafios para a reinscrição social destes jovens. Falamos de novas dependências (como os videojogos ou a dependência digital), o acesso, muitas vezes ilimitado a todos os tipos de conteúdos online (tal como refere Castells, na era da informação), exposição pública em

idades precoces, novas formas de crime, entre outros. Todas estas questões ganham relevância também no campo simbólico, ou seja, na forma como os/as jovens constroem a sua própria identidade, a forma como encaram o mundo, e a forma como definem o seu papel nas comunidades. Surgem, então, novas formas de inclusão e exclusão social, subvalorizadas nas gerações mais velhas, mas de capital importância no contexto juvenil, e que devem ser tidas em conta quando se fala da sua reinserção. Importa ainda ter em consideração de que forma poderão as modernidades múltiplas, tal como defendido por Eisenstadt, trazer oportunidades para este trabalho.

Eisenstadt refere a importância da autodeterminação e da autonomia na construção política das modernidades, que não podem seguir apenas o padrão ocidental para serem consideradas como tal. Se isto é verdade para o desenvolvimento de uma determinada sociedade, não deixa de o ser, também, para a inserção social de jovens que cumpriram medidas tutelares educativas, tal como largamente defendido, também, por várias teorias da psicologia e do próprio serviço social. A Lei Tutelar Educativa, nos seus artigos 45.º e 171.º, enumera os direitos do menor, refletindo precisamente este princípio da autonomia e da autodeterminação. Na mesma linha, os artigos 158.º, 158.º-A e 158.º-B vão no mesmo sentido, da promoção da autonomia para uma reinserção social bem-sucedida. Mas numa era de tantas mudanças, será isto suficiente? Acreditamos que não.

A Lei Tutelar Educativa tem por objetivo o estabelecimento de medidas educativas destinadas a menores que cometeram factos equiparados a crime na Lei Penal. Não procurando a punição, mas a educação para a sua reinserção de forma digna e responsável (artigo 2.º), esta rege a maioria dos procedimentos a adotar pelos/as profissionais, deixando, ainda assim, um grande nível de discricionariedade da parte destes. Esta discricionariedade é fundamental para o cumprimento do objetivo da Lei, tal como referido por Lipsky (1980).

Este contexto de acelerado desenvolvimento tecnológico, traz consigo também inúmeras vantagens para o processo. São exemplos disso o rápido e fácil acesso a oportunidades digitais, a educação digital, ou as redes de apoio que podem estar a poucos segundos de distância, citando Bauman, o que facilita a sua manutenção, e por consequência, o regresso à vida social, quando falamos de medidas de internamento.

Não podemos ainda descurar as mudanças sociais, que não estando diretamente ligadas à tecnologia, podem dificultar ou facilitar a integração social. Mudanças no mundo laboral, nas relações de poder, na economia, na política, nos próprios valores

sociais, implicam uma adaptação da intervenção social a realizar, preparando o/a jovem para estas novas realidades fluidas.

Neste contexto, torna-se pertinente questionar até que ponto modelos de intervenção concebidos num contexto social anterior à expansão massiva das tecnologias digitais e à reconfiguração dos processos de socialização juvenil continuam plenamente adequados às realidades atuais. A eficácia das medidas tutelares educativas dependerá, em larga medida, da capacidade das políticas públicas e dos profissionais em reconhecer e incorporar estas transformações nos seus modelos de intervenção.

Cabe, assim, ao Serviço Social o papel de mediação entre os vários desafios e as múltiplas oportunidades que a mudança de paradigma acarreta para um momento, já de si sensível, como a reinserção social.

6. DISCUSSÃO E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL

O foco das políticas tutelares educativas não se centra, assim, nas questões punitivas, mas sim na educação. E este deve ser o foco em todos os níveis de intervenção – desde a prevenção até à reinserção social, após o cumprimento da medida socioeducativa. Apenas através da educação e da responsabilização, tal como é destacado nestas políticas, é possível uma reinserção social. Contudo, ainda aqui há um longo trabalho a fazer, pois tal como referido por Lipsky, e citado anteriormente, a aplicação das políticas e a discricionariedade que estas permitem, é fundamental para a sua eficácia, e por isto é essencial que também ao nível dos profissionais o foco seja a educação para cidadania plena, e não a punição, como pode indicar a elevada taxa de ocupação dos Centros Educativos.

É ainda importante realçar a posição de Andrade (2021) segundo a qual a articulação das diversas políticas públicas desenvolvidas e implementadas nas várias áreas governativas — nomeadamente a Educação, o Emprego, a Justiça, a Segurança, a Habitação e a Segurança Social — contribui, de forma significativa, para a reestruturação de famílias que, em resultado do desemprego, da precariedade habitacional, da escassez de oportunidades ou da ausência de orientação adequada, se encontram em situações de vulnerabilidade, frequentemente associadas a comportamentos aditivos ou à prática de atos ilícitos. A conjugação dos diferentes apoios disponíveis à população permite a estas famílias alterar os seus modos de vida, promover a sua integração

social, tanto a nível individual como familiar, e contribuir para a construção de uma sociedade mais desenvolvida, segura e coesa. Tal traz efeitos diretos na diminuição da delinquência juvenil.

Face ao exposto, a reflexão sobre a atuação do Serviço Social na reinserção social de jovens sujeitos a Medidas Tutelares Educativas revela-se fundamental. Esta reflexão não se deve limitar apenas à intervenção no terreno, mas deve alargar-se também às políticas que a regulamentam, no sentido em que ambas se influenciam mutuamente.

O futuro da reinserção social de jovens é, então, bastante incerto, estando dependente de várias premissas que merecerão a nossa atenção no trabalho a desenvolver. Algumas dessas premissas prendem-se com a forma como os/as jovens interagem com a sociedade e com as comunidades em que se inserem, mas também a forma como entendem o mundo, como interagem com os/as profissionais e como se desenvolve a comunicação entre ambos, entre outros. Face às atuais mudanças sociais, que decorrem a um ritmo sem precedentes, não é viável acreditar e afirmar que o trabalho da reinserção social de jovens decorrerá exatamente da mesma forma que hoje. Importa analisar os modelos atuais e redefini-los. Da mesma forma, as políticas tutelares educativas devem acompanhar estas mudanças, sendo capazes de regulamentar esta atuação do Estado da melhor forma, tendo em conta a realidade em que se aplicam. Esta redefinição deve abarcar, não só a construção das próprias políticas, mas também a aplicação das medidas, privilegiando medidas com foco na educação e com um menor impacto na futura reinserção social dos/as jovens.

Outro aspeto relevante a considerar são os papéis sociais de género, com um impacto significativo na adoção de comportamentos de risco e delinquentes. Analisadas as estatísticas, a prevalência do sexo masculino é flagrante face ao feminino, e exige-se uma análise profunda sobre as razões que levam a esta disparidade, e que podem impactar negativamente a vida destes rapazes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu refletir sobre as políticas públicas dirigidas à reinserção social de jovens sujeitos a Medidas Tutelares Educativas em Portugal, tendo em conta as transformações sociais contemporâneas e o papel do Serviço Social neste domínio. Verificou-se que o atual enquadramento jurídico,

materializado na Lei Tutelar Educativa, representa um avanço significativo face a modelos anteriores, ao privilegiar uma lógica educativa e de responsabilização em detrimento de uma lógica punitiva. Este enquadramento encontra-se alinhado com princípios de Direitos Humanos, com o superior interesse do/a jovem e com a promoção da sua integração social, constituindo um instrumento fundamental na resposta estatal à delinquência juvenil.

Contudo, a eficácia destas políticas depende fortemente da forma como são implementadas na prática. Tal como evidenciado, fatores como a disponibilidade de recursos, a articulação entre instituições, a formação técnica dos profissionais e a capacidade de adaptação às novas realidades sociais assumem um papel determinante. Apesar do número decrescente de internamentos em centros educativos, levantam-se questões pertinentes sobre a aplicação das medidas mais restritivas e sobre o equilíbrio entre os seus objetivos educativos e os potenciais efeitos negativos associados à privação de liberdade.

Paralelamente, as profundas transformações societais, marcadas pela expansão das tecnologias da informação, pela crescente individualização das relações sociais e pela emergência de novas formas de exclusão e de criminalidade, colocam desafios adicionais às políticas públicas nesta área. As teorias de Castells, Bauman e Eisens-tadt evidenciam que a sociedade contemporânea se caracteriza por dinâmicas mais complexas e fluidas, que influenciam os processos de socialização dos/as jovens e, consequentemente, os percursos de desvio e reintegração social. Neste contexto, torna-se essencial que os modelos de intervenção e as próprias políticas tutelares educativas sejam continuamente reavaliados e ajustados às novas realidades.

O Serviço Social assume, neste quadro, um papel central enquanto mediador entre os/as jovens, as instituições e a comunidade. A intervenção profissional, sustentada em diferentes referenciais teóricos e modelos de atuação, deve procurar compreender as trajetórias individuais dos/as jovens, os contextos familiares e comunitários em que se inserem e os condicionantes estruturais que influenciam os seus percursos de vida. Ao mesmo tempo, a profissão tem também um papel relevante na análise crítica e na construção das políticas públicas, contribuindo para o seu aperfeiçoamento e para a promoção de respostas mais adequadas às necessidades sociais.

Importa ainda destacar a necessidade de aprofundar a investigação sobre diversos aspetos identificados ao longo deste trabalho, nomeadamente o impacto das transformações tecnológicas nos comportamentos juvenis, a eficácia das diferentes medidas tutelares educativas na prevenção da reincidência e a influência dos papéis sociais

de género na prática de comportamentos delinquentes. Estes elementos revelam a complexidade do fenómeno e demonstram que a reinserção social de jovens em conflito com a lei exige abordagens multidimensionais e integradas.

Em síntese, as políticas tutelares educativas constituem um instrumento fundamental na promoção da responsabilização e da reintegração social de jovens que praticaram factos qualificados como crime. No entanto, para que cumpram plenamente os seus objetivos, é necessário garantir uma constante adaptação às mudanças sociais, reforçar a articulação entre políticas públicas e investir em práticas profissionais reflexivas e fundamentadas. Só através desta combinação será possível promover percursos de inclusão social efetiva e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, segura e coesa. A LTE representa um avanço significativo relativamente a modelos historicamente mais punitivos. Contudo, a análise realizada sugere que a sua eficácia não pode ser avaliada apenas a partir dos seus princípios normativos. Persistem tensões entre educação, responsabilização e controlo social, bem como desafios associados às transformações digitais, económicas e culturais que caracterizam as sociedades contemporâneas. Neste contexto, o principal desafio não consiste apenas em aplicar a Lei, mas em garantir que os modelos de intervenção permanecem adequados às realidades juvenis atuais e capazes de promover processos efetivos de inclusão social.

REFERÊNCIAS

- Andrade, C. (2021). *Do contributo das políticas públicas para a redução da delinquência juvenil / Medida de internamento de menores em centros educativos – 2010–2020: Estudo teórico*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
- Bauman, Z. (2000). *Liquid modernity*. Polity Press.
- Casquilho-Martins, I. (2021). O conhecimento e a prática política na intervenção social. In J. Fialho (Coord.), *Manual para a intervenção social: Da teoria à ação* (pp. 33–56). Edições Sílabo.
- Castells, M. (1996). *The rise of the network society* (Vol. 1). Blackwell.
- Costa, A. B., Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2008). *Um olhar sobre a pobreza: Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Gradiva.
- Eisenstadt, S. N. (2000). Multiple modernities. *Daedalus*, 129(1), 1–29.

- Lipsky, M. (1980). *Street-level bureaucracy: Dilemmas of the individual in public services*. Russell Sage Foundation.
- Oliveira, A. (2016). *A teoria das forças*. Universidade Católica Editora.
- Parsons, R. J. (1991). Empowerment: Purpose and practice principle in social work. *Social Work with Groups*, 14(2), 7–21.
- Sen, A. (2009). *A ideia de justiça*. Edições Almedina.
- Tomé, R. (2021). *Questão da infância e as protoformas do Serviço Social na justiça juvenil em Portugal no século XX* [Tese de doutoramento, ISCTE-IUL].
- Storino, C. (2016). *Controlo social e responsabilidade em jovens em conflito com a lei: Um estudo etnográfico num centro educativo* [Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa].
- Washington, D., Harper, T., Hill, A., & Kern, L. (2021). Achieving juvenile justice through abolition: A critical review of social work's role in shaping the juvenile legal system and steps toward achieving an antiracist future. *Social Sciences*, 10(6), 211. <https://doi.org/10.3390/socsci10060211>
- Young, S., Greer, B., & Church, R. (2017). Juvenile delinquency, welfare, justice and therapeutic interventions: A global perspective. *BJPsych Bulletin*, 41(1), 21–29. <https://doi.org/10.1192/pb.bp.115.052274>

“Eu me Vejo no Espelho do Outro”: Revisão Sistemática e Novos Caminhos a Percorrer Sobre a Inveja no Trabalho

Mérolí Saccardo dos Santos

Universidade Federal de Santa Maria - meni.s@hotmail.com

Michel Barboza Malheiros

Universidade Federal de Santa Maria - malheirosmb@gmail.com

Vanessa Piovesan Rossato

Universidade Federal de Santa Maria - vanessavrossato@gmail.com

Roger da Silva Wegner

Universidade Federal de Uberlândia - rswegnerr@gmail.com

Vania de Fátima Barros Estivalet

Universidade Federal de Santa Maria - vaniaestivalet@ufsm.br

Resumo

A inveja é um fenômeno emocional com efeitos para indivíduos e organizações, pois afeta relações, comportamento e desempenho, sendo caracterizada como uma emoção social negativa, causada pelo desejo de possuir algo que falta. Pensando nisso, o objetivo desta revisão sistemática consiste em mapear os itinerários, a estrutura conceitual e os novos caminhos a percorrer sobre a inveja no trabalho. Ao mapear os itinerários, foi possível identificar um período temporal de publicações de 1995 a 2024. A análise temática, realizada pela análise fatorial das palavras-chave, permitiu identificar a estrutura temática e conceitual do campo sobre a inveja no trabalho a partir de quatro agrupamentos: compreensão

e no gerenciamento das emoções dos trabalhadores, supervisão abusiva, teoria do apego e contexto de pesquisa. Assim, a agenda de pesquisa foi estruturada por 18 proposições, envolvendo aspectos contemporâneos e temáticos, buscando o avanço progressivo deste campo de estudos. Esta pesquisa traça um panorama robusto de estudos envolvendo a inveja no trabalho. Os resultados apresentados revelam a contemporaneidade acerca da temática, seus impactos, antecedentes, estrutura conceitual e uma agenda com novos rumos a serem seguidos de modo a compreender este fenômeno sob a égide de diferentes lentes e teorias.

Palavras-chave: Inveja no trabalho, gestão de pessoas, revisão sistemática.

“I See Myself in the Mirror of Others”: A Systematic Review and New Paths to Explore Regarding Envy at Work

Abstract

Envy is an emotional phenomenon with effects on individuals and organizations, as it affects relationships, behavior, and performance, being characterized as a negative social emotion caused by the desire to possess something that is lacking. With this in mind, the objective of this systematic review is to map the itineraries, the conceptual structure, and the new paths to be explored regarding envy at work. By mapping the itineraries, it was possible to identify a time period of publications from 1995 to 2024. The thematic analysis, carried out through factor analysis of the keywords, allowed the identification of the thematic and conceptual structure of the field on

envy at work based on four groupings: understanding and managing workers' emotions, abusive supervision, attachment theory, and research context. Thus, the research agenda was structured by 18 propositions, involving contemporary and thematic aspects, seeking the progressive advancement of this field of study. This research outlines a robust panorama of studies involving envy at work. The results presented reveal the contemporary relevance of the topic, its impacts, background, conceptual structure, and an agenda with new directions to be followed in order to understand this phenomenon from different perspectives and theories.

Keywords: Workplace envy, human resource management, systematic review.

1 INTRODUÇÃO

A inveja consiste em um fenômeno emocional que tem implicações tanto para os indivíduos quanto para a dinâmica organizacional (Suyono et al., 2023; Tussing et al., 2022). Isso porque a inveja tem se manifestado nas relações de trabalho e atraído a atenção de pesquisadores, uma vez que seus efeitos negativos impactam o comportamento dos trabalhadores e a relação entre os pares, afetando, assim, o desempenho organizacional (Shamsudin et al., 2023; Tai et al., 2022). Esse fato tem sido comprovado em algumas pesquisas, nas quais a inveja pode gerar consequências como sabotagem, ocultação de conhecimento, ostracismo, incivilidade e redução do desempenho (Duffy et al., 2012; Kim & Glomb, 2014; Mao et al., 2021). A inveja é conhecida como uma emoção social, desagradável e negativa que ocorre devido ao desejo de

algo que o indivíduo não possui, podendo desencadear ações que comprometem o bem-estar dos envolvidos (Ghadi, 2018; Mao et al., 2021; Menon & Thompson, 2010).

A temática da inveja é um fenômeno multifacetado, uma vez que ela é influenciada por fatores individuais, relacionais e contextuais (Li et al., 2022; Shamsudin et al., 2023; Tussing et al., 2022). Pesquisas (Hancock et al., 2024; Tai et al., 2022) salientam que a inveja pode emergir quando se percebe que um colega possui algo considerado desejável, exemplos incluem reconhecimento, habilidades ou até mesmo recompensas. Essa comparação social negativa desperta emoções desagradáveis que podem evoluir para comportamentos adversos (Ganegoda & Bordia, 2019; Tai et al., 2012). Nesse contexto, identifica-se que a inveja atravessa dinâmicas de justiça, identidade social e competição (Demirtas et al., 2017; Veiga et al., 2014).

Entre as repercussões associadas à inveja, encontram-se estudos que exploram sua relação com a exclusão social de colegas (Breidenthal et al. 2020), a restrição de ideias inovadoras (Suyono et al. 2023), a ocultação de conhecimento (Li et al. 2022) e o potencial desgaste das relações com clientes (Hancock et al., 2024). Evidências desses resultados reforçam a necessidade de compreender melhor os mecanismos sociais e psicológicos que envolvem essas dinâmicas. Elementos como traços de personalidade do tipo neuroticismo, narcisismo e competitividade têm sido consistentemente associados à suscetibilidade à inveja. Indivíduos com maior instabilidade emocional ou baixa autoestima tendem a interpretar de forma mais negativa o sucesso alheio, o que pode amplificar a intensidade e a frequência da inveja (Ghadi, 2018).

A inveja nas organizações se dá por meio de ações de maus-tratos, visto que os trabalhadores apresentam comportamentos negativos diante do outro (Mao et al. 2021), como por exemplo, espalhar fofocas, realizar comentários maldosos que causam conflitos (Ghadi, 2018), exclusão dos colegas (Breidenthal et al., 2020) e sabotagem (Menon & Thompson, 2010). entende-se que a inveja analisada no nível do ambiente organizacional pode causar desentendimentos e conflitos que prejudicam as amizades e o trabalho em equipe (Menon & Thompson, 2010). Por outro lado, a inveja analisada no nível dos indivíduos pode gerar estresse e ansiedade, insatisfação e perda de confiança em si mesmo. Esses comportamentos tendem a reduzir a motivação e o desempenho dos profissionais (Veiga et al., 2014). A inveja pode resultar em problemas de saúde emocional e mental, levando sentimentos como tristeza, por isso, os trabalhadores que sentem esse sentimento com frequência podem adoecer, tanto fisicamente como psicologicamente (Ghadi, 2018).

Em virtude do crescimento acentuado da produção científica sobre o tema (Erdi-rencelebi et al., 2024; Haq et al., 2024; Tai et al., 2022), a realização de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) torna-se fundamental para organizar, avaliar criticamente e integrar o conhecimento já existente. Uma revisão sistemática anterior, conduzida por Zurriaga, González-Navarro e Buunk (2020), analisou o campo investigativo da inveja entre 2014 e 2020. Os autores identificaram 32 artigos num intervalo de seis anos (2014-2020), superando os 17 estudos mapeados em um período anterior de 21 anos. Esse crescimento é impulsionado por mudanças socioeconômicas e sociopolíticas que tornaram os ambientes de trabalho mais competitivos e as interações sociais mais frequentes e complexas. No cenário contemporâneo, essa trajetória de expansão das publicações está intrinsecamente ligada aos debates sobre saúde mental, uma vez que a inveja é reconhecida como uma emoção dolorosa que atua como um potente estressor ocupacional, desencadeando ansiedade social, ruminação e sintomas depressivos (Majid et al. 2020; Tussing et al., 2022; Tai et al., 2022).

Particularmente após a pandemia de COVID-19, a literatura passou a dar maior ênfase aos impactos psicossociais do ambiente de trabalho, relacionando o aumento de sentimentos como a inveja a contextos de incerteza e ao desgaste do bem-estar dos colaboradores (DAHRI et al. 2023). Estudos recentes demonstram que a inveja, quando associada a comportamentos como o ostracismo e o silenciamento, pode evoluir para consequências graves de saúde física e mental (HAQ et al. 2024). Assim, a pesquisa sobre o tema deixou de focar apenas em resultados funcionais para se tornar um pilar essencial na compreensão da saúde ocupacional e da sustentabilidade psicológica nas organizações modernas (Tussing et al., 2022).

Os resultados consolidam as teorias da Comparação Social e da Avaliação Cognitiva como os principais marcos explicativos, situando a inveja como uma reação a comparações ascendentes e avaliações subjetivas. Também destaca a distinção entre a inveja benigna (focada no autoaperfeiçoamento) e a maliciosa (que visa prejudicar o outro), apontando a liderança como fator determinante para o surgimento do sentimento e seus desfechos, geralmente disfuncionais.

Apesar do avanço, a obra expõe lacunas críticas: a literatura ainda carece de estudos longitudinais e transculturais que capturem a dinâmica temporal da inveja e variações entre diferentes países. Além disso, há uma dependência excessiva de autorrelatos e amostras pouco diversas, demandando métodos mais objetivos e investigações sobre as consequências positivas da inveja. Persiste, portanto, a neces-

sidade de mapear itinerários conceituais e estruturas do campo que organizem a agenda de pesquisa para além de 2020.

Diante disso, este estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: *o que diz a produção científica internacional sobre a inveja no trabalho e quais os novos caminhos a percorrer?* Para tanto, o objetivo do trabalho corresponde a mapear os itinerários, a estrutura conceitual e os novos caminhos a percorrer sobre a inveja no trabalho. Ao consolidar os avanços teóricos, identificar lacunas e apontar agendas futuras, espera-se contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico sobre a inveja nas organizações e para o desenvolvimento de estratégias que possibilitem a gestão mais consciente e ética dessa emoção no contexto laboral.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta revisão sistemática da literatura (RSL) utiliza o protocolo SPAR-4-SLR, o qual é composto pelas seguintes etapas: (i) montagem – identificação e aquisição da literatura; (ii) organização – purificação da literatura; e (iii) avaliação – divulgação dos resultados (Paul et al., 2021). Além de mapear a literatura existente, estudos dessa natureza estimulam a criação de agendas de pesquisa voltadas ao avanço e ao desenvolvimento de um campo.

Desse modo, seguindo a etapa 1 do protocolo, destaca-se que o tema central desta RSL é a inveja no trabalho, e o problema definido para o estudo apresenta-se da seguinte maneira: *o que diz a produção científica internacional sobre a inveja no trabalho e quais os novos caminhos a percorrer?* Para compor a amostra da RSL, foram considerados apenas artigos publicados em periódicos acadêmicos e revisados por pares, uma vez que, essencialmente, são submetidos a avaliações rigorosas (Paul et al., 2021). Naturalmente, fontes como anais de eventos e conferências, editoriais, relatórios técnicos, livros e capítulos de livros não foram incluídas.

Assim, a escolha pelas bases de dados *Web of Science* e *Scopus* para a condução da RSL justifica-se pela ampla cobertura temporal e pelo impacto na comunidade acadêmica (Falagas et al. 2008), especialmente no campo de Gestão e Negócios. Embora não tenham sido definidos limites temporais para a pesquisa, os resultados revelaram um período de publicações compreendido entre 1995 e 2024. Para a busca nas bases de dados, foram utilizados os seguintes termos: (((*organizational envy OR workplace envy OR envy at work OR employee envy OR inter-employee envy OR coworker envy*))). A unidade de análise foram os títulos dos artigos, resumos e pala-

avras-chave. Os resultados preliminares revelaram um total de 543 artigos (*Web of Science* = 516 e *Scopus* = 27).

Seguindo para a segunda etapa do protocolo, buscando organizar os resultados encontrados, Paul et al. (2021) explicam que organizar os resultados proporciona um conjunto de códigos para melhor orientar a análise dos dados. Com isso, os resultados foram decodificados de acordo com a evolução temporal, autores, afiliações, periódicos, países e artigos mais citados e análise temática. Por conseguinte, foram aplicados filtros iniciais para refinar a literatura, a saber: tipo documental (*article*) e área de pesquisa (*management, business, accounting*). Dos 543 documentos iniciais, foram removidos 367, por se tratarem de livros, capítulos de livros, anais e editoriais, além de publicações de outras áreas do conhecimento. A amostra preliminar ficou composta por 176 artigos.

Na sequência, foram definidos os seguintes critérios: (i) critério de inclusão – considerar os artigos que tratem da temática "inveja no trabalho"; e (ii) critério de exclusão – desconsiderar os artigos publicados em 2025 e os que não abordem a temática em questão. Assim, 73 artigos foram removidos. Vale ressaltar que outros 3 artigos também foram excluídos por serem, na verdade, capítulos de livros indexados nas bases como artigos. Além disso, seis artigos duplicados foram removidos. Dessa forma, a amostra final ficou composta por 94 artigos. O tamanho da amostra atende ao critério de Paul et al. (2021), que recomenda uma amostra mínima de 40 artigos para estudos de RSL.

Não foram incluídos os artigos de 2025 na revisão, pois a coleta e a análise dos dados foram realizadas ao longo desse mesmo ano. A inclusão de estudos publicados em 2025 poderia gerar um viés temporal, visto que o ano ainda não estava concluído no momento da execução da pesquisa, impossibilitando a recuperação da totalidade das publicações potencialmente relevantes. Dessa forma, o recorte temporal foi delimitado até 2024, garantindo maior consistência metodológica, comparabilidade dos resultados e abrangência completa do período analisado.

Na terceira etapa, referente à avaliação e divulgação dos resultados, todos os 94 artigos selecionados abordam a temática "inveja no trabalho". Os dados foram analisados por meio do pacote *bibliometrix*, versão 5.0, executado no *software* R e *RStudio*. A escolha por esse pacote justifica-se por seu acesso aberto e gratuito, além de oferecer uma ampla gama de análises voltadas à revisão sistemática (Aria & Cuccurullo, 2017). Para a análise, os registros extraídos das bases de dados foram baixados no formato *.bib* e unificados nesse mesmo formato. No *RStudio*, o pacote *bibliometrix* foi

acionado e, em seguida, o comando *biblioshiny()* foi executado, possibilitando a utilização da interface gráfica do *bibliometrix*.

Nesse sentido, os resultados foram avaliados com base em aspectos bibliométricos, como: evolução temporal das publicações, autoria, instituições, países e artigos mais citados. Os aspectos de conteúdo também foram explorados por meio da análise fatorial, utilizando o Método de Análise de Correspondência Múltipla (ACM), e da análise de *trend topics* (Aria & Cuccurullo, 2017), a qual subsidiou a criação de uma agenda de pesquisa. Embora o protocolo forneça uma estrutura detalhada das etapas percorridas, Paul et al. (2021) recomenda a identificação de possível limitações, as quais podem ser consideradas a partir da utilização de duas bases de dados, o que pode ter restringido a descoberta de outras pesquisas pra a composição da amostra. Ademais, a Figura 1 revela o diagrama do protocolo SPAR-4-SLR.

Figura 1

Diagrama do Protocolo SPAR-4-SLR

Montagem	<p>Identificação: Domínio: Inveja no Trabalho (IT). Pergunta de pesquisa: o que diz a produção científica internacional sobre a inveja no trabalho e quais os novos caminhos a percorrer? Tipo de fonte: periódicos revisados por pares. Qualidade da fonte: <i>Web of Science</i> e <i>Scopus</i>.</p>
	<p>Aquisição: Mecanismos de busca e seleção de materiais Período de busca: 1995-2024. Palavras-chave de busca: (((<i>organizational envy OR workplace envy OR envy at work OR employee envy OR inter-employee envy OR coworker envy</i>))). Número total de artigos: (n = 543) -> <i>Web of Science</i> (n=516) e <i>Scopus</i> (n=27).</p>
Organização	<p>Organização: Códigos de organização: evolução temporal, autores, afiliações, periódicos, países, artigos mais citados, países, análise temática. Estrutura de organização: não se aplica.</p>
	<p>Purificação: Tipos de artigos excluídos: livros, capítulos de livros, editoriais e notas técnicas (n=370), desconsiderar os artigos publicados em 2025 e que não versem sobre a temática (n = 73) e duplicados (n=6). Tipos de artigos incluídos: áreas (<i>management, business, accounting</i>) e considerar os artigos que versem sobre a temática (n = 94).</p>
Avaliação e divulgação	<p>Avaliação: Método de análise: aspectos bibliométricos e aspectos temáticos pelo <i>bibliometrix</i>. Método de proposta de agenda: identificação das lacunas na amostra com a sugestão de proposições de pesquisa.</p>
	<p>Relatório: Divulgação: figuras, tabelas e descrição dos resultados Limitações: apenas duas bases de dados Fonte de apoio: CAPES e IFRS</p>

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

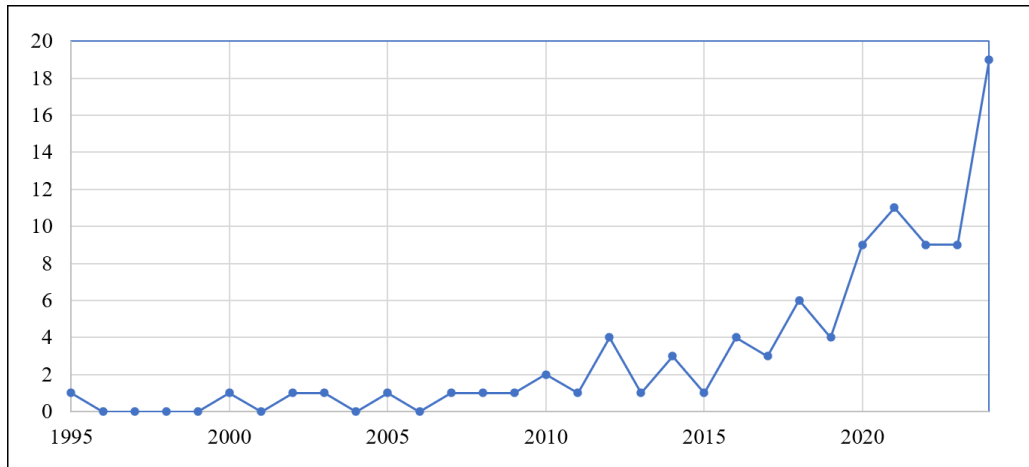
Entende-se que a inveja no trabalho é percebida como um fenômeno estudado em diferentes áreas do conhecimento, principalmente na Psicologia Organizacional, esta pesquisa se deteve na produção científica vinculada às áreas de *Business, Management e Accounting*. Salienta-se que essa limitação foi empregada por se tratar de uma pesquisa desenvolvida na área da administração, sendo assim, o interesse reside em entender como a inveja tem sido investigada na realidade das organizações e das práticas gerenciais. Desta forma, o objetivo de mapear os itinerários de pesquisa, realizar a estrutura conceitual e criar as agendas futuras se referem especialmente a literatura de comportamento organizacional e gestão indexadas nessas áreas do conhecimento. Reconhece-se que a inclusão de pesquisas provenientes de outros campos poderia aumentar a amplitude da revisão; no entanto, a delimitação utilizada no presente estudo permitiu maior homogeneidade do corpus alinhado e analisado com o escopo da investigação.

3 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A evolução anual das publicações (Figura 2) sobre a inveja no trabalho revela um crescimento significativo do interesse acadêmico pelo tema nas últimas décadas. Entre 1995 e 2009, observa-se uma produção esporádica, com diversos anos sem registros de publicações, indicando que o fenômeno ainda era incipiente na literatura científica. A partir de 2010, entretanto, inicia-se uma trajetória de crescimento gradual, com oscilações que demonstram o início de uma consolidação do tema nos estudos organizacionais. Esse movimento se intensifica a partir de 2020, possivelmente impulsionado por debates mais amplos sobre saúde mental, emoções no trabalho e dinâmicas interpessoais em contextos organizacionais desafiadores, como os impostos pela pandemia da COVID-19.

Figura 2

Evolução Anual das Pesquisas Sobre a Inveja no Trabalho



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Já no ano de 2024 representa um ponto de inflexão, com um salto expressivo no número de publicações, alcançando o maior patamar da série histórica. Essa tendência sugere uma valorização crescente do estudo da inveja como uma variável crítica para compreender comportamentos disfuncionais, clima organizacional e bem-estar no trabalho (Hancock et al. 2024), evidenciando sua relevância tanto teórica quanto prática no campo da gestão de pessoas e comportamento organizacional. Esse crescimento representa uma taxa de crescimento anual de 10,69%.

Os 94 artigos foram escritos por 291 autores, destacando-se que 8 artigos são de autoria única e 283 foram elaborados em coautoria, indicando uma taxa de colaboração mundial de 48,94%. Destacam-se o professor e pesquisador Chris Bell, vinculado à *Schulich School of Business, York University*, Toronto, Canadá; a professora e pesquisadora Timea David, vinculada ao *Institute of International Business, National Cheng Kung University*, Tainan, Taiwan; e, por fim, a professora e pesquisadora Michelle K. Duffy, vinculada à *University of Minnesota*, Minneapolis. Esses professores compõem o top 3 em produção acadêmica sobre o tema, com três artigos publicados cada.

Observa-se, ainda, a participação de 191 universidades, evidenciando uma ampla diversidade institucional na produção científica sobre a inveja no trabalho. Esse dado sugere que o tema desperta interesse global, sendo objeto de investigação por pesquisadores de diferentes partes do mundo, sem que haja ainda uma concentração em

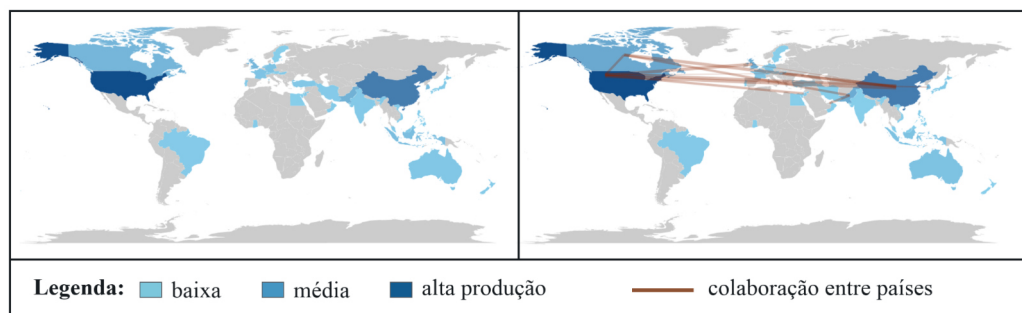
centros específicos. A pulverização institucional pode indicar que se trata de um campo em expansão, com contribuições pontuais oriundas de distintas realidades organizacionais e culturais. O destaque vai para a *Hong Kong Polytechnic University* (Hung Hom, Hong Kong, China – Pública), com a produção de 8 artigos.

Por conseguinte, os 94 artigos da amostra foram publicados em 60 periódicos distintos, o que revela a amplitude e a transversalidade do tema da inveja no trabalho em diferentes áreas do conhecimento. Destacam-se, contudo, alguns periódicos de alto impacto, como o *Journal of Applied Psychology* (7 artigos), o *Journal of Business Ethics* (6 artigos) e a *Academy of Management Review* (4). A recorrência desses títulos sugere que o tema vem ganhando espaço em revistas científicas de destaque internacional e com alto impacto, o que denota seu crescente reconhecimento como um fenômeno relevante para o entendimento das dinâmicas organizacionais. Além disso, a presença de periódicos com diferentes escopos aponta para o caráter multidisciplinar do fenômeno, abrangendo desde aspectos comportamentais e emocionais até questões éticas, relacionais e de gestão do conhecimento nas organizações.

Com base no exposto, a Figura 3 revela dois mapas: do lado esquerdo se encontra o mapa de produção científica por país e do lado direito se encontra o mapa das colaborações entre países.

Figura 3

Produção por País e Colaborações entre Países



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A análise geográfica da produção científica revela que os estudos sobre inveja no trabalho possuem uma distribuição internacional ampla, com destaque para os Estados Unidos (freq. 97), país que lidera tanto em volume de publicações quanto em

parcerias internacionais. A presença significativa de países como China (freq. 60), Paquistão (freq. 21), Canadá (freq. 18), Reino Unido (freq. 17), Indonésia (freq. 12) e Brasil (freq. 3) reforça a natureza global do fenômeno. O mapa de colaborações internacionais evidencia o papel central dos Estados Unidos como articulador de redes de coautoria, especialmente com países da Europa e da Ásia. Tais conexões sinalizam o fortalecimento de uma comunidade científica transnacional interessada em compreender a inveja em contextos organizacionais diversos, o que contribui para uma abordagem mais abrangente, comparativa e intercultural do tema.

Assim, vale destacar que as principais colaborações internacionais se concentram em Estados Unidos e China (freq. 9), Estados Unidos e Reino Unido (freq. 4), China e Canadá (freq. 4) e Paquistão e Emirados Árabes (freq. 3). Isso indica que o tema tem mobilizado tanto nações com elevada capacidade de investimento em pesquisa quanto países em desenvolvimento em busca de maior inserção e visibilidade científica. Essas colaborações expressam, por um lado, o interesse de países centrais em diversificar contextos empíricos e, por outro, a estratégia de internacionalização de países emergentes para fortalecer sua presença na literatura acadêmica.

Na sequência, a Tabela 1 apresenta os cinco artigos mais citados da amostra, os quais podem ser considerados como referência em um determinado domínio científico e por serem referência para novas pesquisas. A Tabela 1 é constituída pela autoria, artigos, periódicos, total de citações (TC) e o total de citações por ano (TC por ano).

Tabela 1

Artigos Mais Citados Sobre a Inveja no Trabalho

#	Autoria	Artigos	Periódicos	TC	TC por ano
1	Duffy et al. (2012)	<i>A Social Context Model of Envy and Social Undermining</i>	<i>Academy Of Management Journal</i>	357	25,50
2	Tai et al. (2012)	<i>Envy As Pain: rethinking the nature of envy and its implications for employees and organizations</i>	<i>Academy Of Management Journal</i>	219	15,64
3	Nickerson & Zenger (2008)	<i>Envy, comparison costs, and the economic theory of the firm</i>	<i>Strategic Management Journal</i>	201	11,17
4	Kim & Glomb (2014)	<i>Victimization of high performers: the roles of envy and work group identification</i>	<i>Journal Of Applied Psychology</i>	170	14,17
5	Demirtas et al. (2017)	<i>The Moderated Influence of Ethical Leadership, Via Meaningful Work, on Followers' Engagement, Organizational Identification, and Envy</i>	<i>Journal Of Business Ethics</i>	138	15,33

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

O artigo de Duffy et al. (2012) (TC = 357), trata da relação entre inveja no ambiente de trabalho e comportamentos de prejudicar socialmente colegas, propondo um modelo teórico que explica como e quando a inveja leva a comportamentos prejudiciais. Já o artigo de Tai et al. (2012) (TC = 219), propõe uma reconceitualização da inveja no contexto organizacional. Em vez de tratar a inveja como um fenômeno exclusivamente negativo ou classificá-la em formas “boas” (benigna) e “ruins” (maliciosa), os autores propõem que a inveja deve ser entendida como dor — um sentimento de dor diante da boa sorte alheia. Por conseguinte, a pesquisa de Nickerson e Zenger (2008) (TC = 201), trata da influência da inveja e dos custos de comparação social na teoria econômica da firma. Os autores propõem uma nova explicação para os limites de escala e escopo das organizações, articulando como processos de comparação social e sentimentos de inveja dentro das organizações afetam o desempenho, os incentivos e o desenho organizacional.

Já a pesquisa de Kim e Glomb (2014) (TC = 170), examina a inveja como um mecanismo explicativo da vitimização de trabalhadores de alto desempenho por

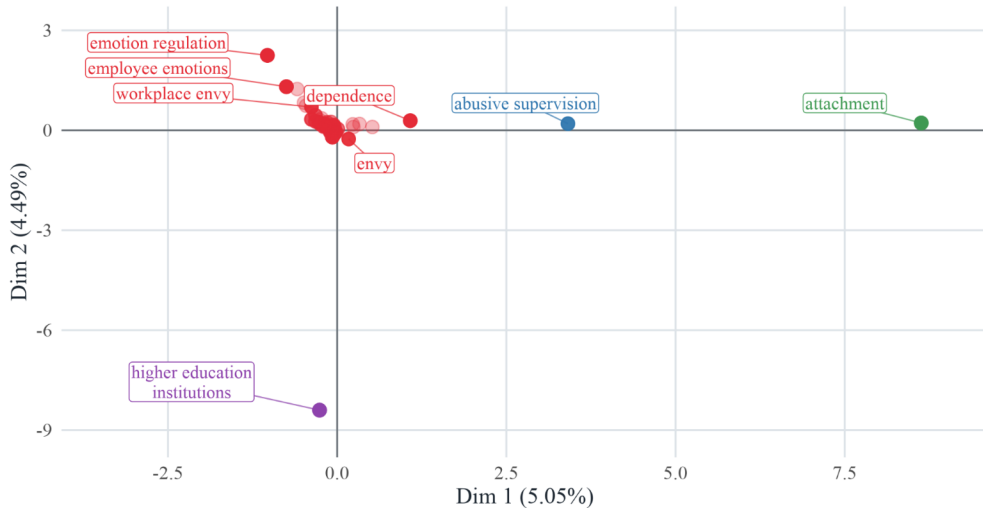
colegas de grupo, propondo a identificação com o grupo de trabalho como moderadora desse mecanismo de inveja. Por fim, Demirtas et al. (2017) (TC = 138) se debruçaram em examinar um modelo em que a liderança ética influencia positivamente o nível de significado que os indivíduos vivenciam em seu trabalho, o que, por sua vez, impacta positivamente os níveis de engajamento no trabalho e identificação organizacional dos indivíduos, além de reduzir seus níveis de inveja no local de trabalho.

Assim, apesar de partirem de abordagens distintas, os estudos mais citados convergem em tratar a inveja como fenômeno contextual, relacional e estrutural, e não apenas individual ou emocional. Isso indica uma mudança teórica relevante: a inveja não é mais compreendida como falha moral ou fraqueza individual, mas como resposta a estruturas e relações organizacionais. Essa visão amplia as possibilidades de intervenção prática e aponta para a necessidade de uma abordagem sistêmica. No entanto, ainda é escasso o debate sobre como as organizações devem lidar eticamente com a inveja: é justo comprimir salários para reduzir comparação? É ético ocultar informações salariais? Como lidar com a inveja sem promover vigilância emocional?

Após mapear os aspectos bibliométricos do campo da inveja no trabalho, na sequência apresentam-se os aspectos temáticos envolvendo este campo. Com isso, para compreender a sua estrutura conceitual, a Figura 4 apresenta o mapa da análise fatorial, o qual apresenta relações entre palavras-chave e identifica dimensões que explicam a variância em sua coocorrência (Aria & Cuccurullo, 2017). Os eixos do mapa (Dim 1 e Dim 2) representa as principais dimensões de variação nos dados de palavras-chave. A análise foi configurada para criar 4 *clusters*. Isso significa que o algoritmo tentou agrupar os termos em quatro áreas temáticas distintas com base em seus padrões de coocorrência.

Figura 4

Mapa de Análise Fatorial do Campo Conceitual da Inveja no Trabalho



Fonte: Dados da pesquisa.

As dimensões do mapa representam os eixos latentes que organizam semanticamente os termos, extraídos com base nas coocorrências entre palavras-chave. A primeira dimensão (Dim 1) explica 5,05% da variância e a segunda (Dim 2), 4,49%, indicando que, embora o mapa apresente uma simplificação da estrutura relacional entre os termos, ele permite identificar agrupamentos conceituais significativos. A baixa variância explicada é característica comum desse tipo de visualização, dada a alta complexidade e dispersão dos dados bibliométricos. Ainda assim, a distribuição espacial das palavras revela distintos núcleos temáticos no campo da inveja no trabalho, como aqueles centrados nas emoções, na liderança abusiva, nas relações de apego e nos estudos em instituições de ensino superior.

Dessa forma, o agrupamento vermelho, maior e mais denso, sugere uma forte interconexão de seus temas constituintes. Os termos incluem "regulação emocional", "emoções dos funcionários", "inveja no local de trabalho", "inveja" e "dependência". Nesse agrupamento, as pesquisas estão focadas na compreensão e no gerenciamento das emoções dos trabalhadores, particularmente as negativas, como a inveja, e seu impacto na dinâmica laboral. Nesse sentido, a inveja gerada por comparações sociais internas, resulta em custos às organizações e podem gerar falhas organizacionais. À medida que uma organização cresce em tamanho ou diversidade de atividades,

aumentam as comparações entre trabalhadores com diferentes salários e funções — e, conseqüentemente, a inveja e os conflitos internos (Nickerson & Zenger, 2008; Li et al., 2022).

Por essa razão, muitos custos emocionais também podem ser gerados nos indivíduos em decorrência da inveja manifestada, pois aumenta as emoções negativas e reduz o bem-estar (Ganegoda & Bordia, 2019). A inveja no trabalho atua como gatilho de um conjunto de emoções negativas que afetam tanto o bem-estar psicológico do indivíduo quanto o clima emocional da organização. Esses sentimentos não apenas prejudicam o desempenho individual e coletivo, como também revelam a importância de se considerar a dimensão emocional da inveja, indo além de seus comportamentos visíveis (Ghadi, 2018). Além disso, a inveja evoca culpa e vergonha, afeta a autoestima, gera insegurança, reduz emoções pró-sociais e estimula emoções destrutivas.

Frente ao exposto, o agrupamento azul, revela uma posição relativamente isolada e sugere que se trata de uma área de pesquisa distinta, mas potencialmente relacionada, dentro do conjunto mais amplo de dados. Estão presentes temas como “supervisão abusiva”, o qual possui como foco o comportamento negativo de liderança. Supervisores abusivos frequentemente praticam tratamento desigual, humilhação, sarcasmo, exclusão social ou favoritismo. Isso cria ambientes propícios à comparação social negativa, em que os indivíduos percebem que alguns colegas recebem mais atenção, reconhecimento ou recompensas. Essa percepção pode desencadear sentimentos de inveja, sobretudo quando o trabalhador se sente desvalorizado (Duffy et al., 2012; Haq et al., 2024). Assim, a supervisão abusiva pode ser uma fonte ou intensificadora da inveja no trabalho, ao promover contextos de injustiça e ameaça ao *status* social e identidade profissional do trabalhador. Em vez de tratar a supervisão abusiva como uma experiência uniforme, Breidenthal et al. (2020) apontam que perceber que o abuso é seletivo é particularmente tóxico. Essa diferenciação prejudica não só a relação com o supervisor, mas também destrói os laços socioemocionais com o grupo de trabalho.

Por sua vez, o agrupamento verde revela apenas o termo “apego” e representa uma área específica de estudo em torno da teoria do apego e sua aplicação no ambiente de trabalho. Sua distância em relação aos outros grupos sugere que esta pode ser uma área de pesquisa mais especializada ou independente do *corpus* amostral. Originalmente desenvolvida por John Bowlby, a teoria do apego descreve a tendência inata de buscar proximidade com figuras de proteção e segurança, especialmente em momen-

tos de ameaça. No ambiente de trabalho, essa teoria tem sido aplicada para explicar como os grupos de trabalho e líderes funcionam como figuras de apego (Ogunfowora et al., 2021).

Ogunfowora et al. (2021) utilizam a teoria do apego para explicar como a supervisão abusiva diferenciada (ASD), ou seja, o tratamento desigual de subordinados por parte de um mesmo líder compromete os vínculos socioemocionais entre os membros da equipe. Ao perceberem que colegas recebem tratamento mais favorável, os trabalhadores tendem a desenvolver formas de apego inseguro ao grupo, expressas por ansiedade ou evitação. Um dos principais gatilhos emocionais desse processo é a inveja direcionada aos colegas menos abusados, que emerge das comparações sociais desfavoráveis geradas pela ASD. Essa inveja não apenas intensifica a percepção de ameaça relacional, como também medeia o surgimento do apego ansioso, o qual, por sua vez, está associado a comportamentos de desvio interpessoal e sofrimento psicológico (Ogunfowora et al., 2021).

Finalmente, o agrupamento roxo, apresenta termos como “instituições de ensino superior” e sugere a forte presença deste contexto nas investigações dos artigos da amostra. Sua posição no mapa indica um possível foco em uma população diferente, com questões específicas em ambientes educacionais. A inveja pode deteriorar o ambiente das IES e ter implicações negativas em programas de ensino, pesquisa e extensão, minando a energia das pessoas e provocando conflitos internos que podem impedir o florescimento institucional (Canen & Canen, 2012). A inveja é vista como um elemento crucial no chamado currículo oculto de qualquer instituição, incluindo as de ensino superior (Bechky, 2020). As instituições, assim como outras organizações, podem ser ambientes onde a inveja se manifesta, afetando o “clima organizacional e a energia acadêmica do corpo docente, a produtividade e a capacidade de inovação (Canen & Canen, 2012).

A análise fatorial apresentada revela uma estrutura conceitual temática que aprofunda o entendimento da inveja no trabalho. A presença de quatro agrupamentos — emoções no trabalho (vermelho), supervisão abusiva (azul), teoria do apego (verde) e instituições de ensino superior (roxo) — evidencia não apenas a complexidade do fenômeno, mas também suas múltiplas ancoragens teóricas e contextuais. O agrupamento mais denso, ligado às emoções, reforça que a inveja é indissociável de um ambiente emocionalmente carregado, marcado por comparações sociais e sentimentos de injustiça. Já o agrupamento da supervisão abusiva evidencia que a liderança

desempenha papel central na ativação ou inibição de emoções destrutivas, sendo a diferenciação abusiva particularmente nociva para os vínculos interpessoais.

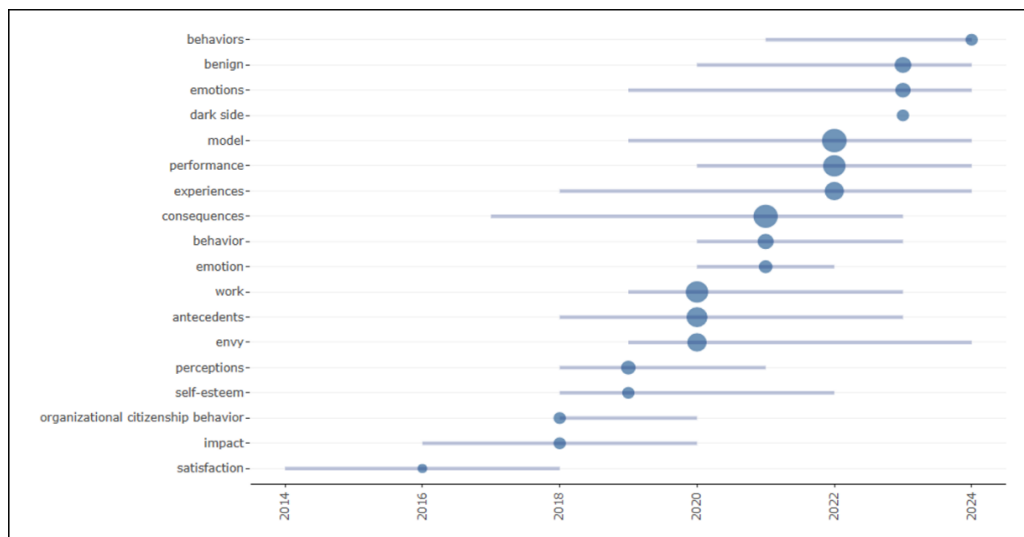
A incorporação da teoria do apego oferece uma lente mais relacional ao debate, mostrando que a inveja pode ser resultado de vínculos organizacionais fragilizados e não apenas de traços individuais. Trata-se, portanto, de uma emoção que surge também da busca por pertencimento, proteção e reconhecimento no ambiente de trabalho (Ogunfowora et al., 2021; Haq et al., 2024).

Além disso, a presença das instituições de ensino superior como agrupamento específico indica que esse contexto organizacional tem recebido atenção significativa dos pesquisadores interessados na temática da inveja no trabalho. Assim, este mapeamento contribui de forma significativa para o campo ao articular diferentes níveis de análise — individual, relacional, grupal e institucional — e ao iluminar caminhos para uma abordagem mais emocionalmente inteligente e eticamente sensível da gestão.

Frente ao exposto, na sequência são apresentados os *trend topics* (Figura 5) do campo e uma agenda de pesquisa, com proposições estimulantes para o futuro a percorrer neste domínio do conhecimento. Uma agenda sobre a inveja no trabalho é essencial para compreender seus efeitos nocivos nas organizações (Zurriaga et al. 2020). Inserir essa agenda em um escopo teórico contribui para o direcionamento de futuras pesquisas na busca pelo avanço do conhecimento. Além de um complemento, uma agenda possui um caráter estratégico ao evidenciar caminhos inexplorados na literatura, sinalizando novos rumos futuros (Tranfield et al., 2003).

Figura 5

Trend Topics e Agenda de Pesquisa Sobre a Inveja no Trabalho



Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 5 representa a evolução dos tópicos de pesquisa entre 2014 e 2024 com base na frequência anual das palavras-chave. Para cada ano, são destacadas as três palavras-chave mais frequentes, com a posição no eixo X indicando o ano, e o eixo Y organizando os termos conforme o momento em que se tornaram tendência. A mediana da frequência anual de cada termo é marcada por um ponto dentro de uma linha horizontal, que representa o intervalo interquartil (IQR); quanto maior essa linha, maior a variabilidade de ocorrência entre os artigos. Já o tamanho da bolha indica a frequência absoluta da palavra naquele ano, sendo que bolhas maiores representam termos mais proeminentes (Aria & Cuccurullo, 2017).

A partir da análise visual, é possível identificar três fases distintas. Entre 2014 e 2018, houve predominância de termos como “satisfação”, “impacto” e “comportamento de cidadania organizacional”, indicando foco em bem-estar e eficácia organizacional. Ghadi (2018) sinalizou que a inveja no trabalho está diretamente relacionada a emoções negativas dos trabalhadores e pode despertar sentimentos como inferioridade, hostilidade, frustração, raiva, angústia e até depressão. Além disso, a inveja diminui a probabilidade de os trabalhadores demonstrarem comportamentos

de cidadania organizacional (CCO), como ajudar colegas ou falar positivamente da organização (Ghadi, 2018).

Ghadi (2018) sugeriu novas pesquisas referentes a como variáveis demográficas influenciam a relação entre inveja e CCO, incluir variáveis organizacionais, como clima de justiça, estrutura de recompensas e práticas de liderança, para melhor compreender o ambiente que favorece ou inibe a inveja e seus efeitos sobre o CCO e abordagens longitudinais. Com base no exposto, estabelecem-se as seguintes proposições:

P1: Investigar se em contextos de trabalho remoto, a percepção de invisibilidade e falta de reconhecimento pode intensificar sentimentos de inveja entre colegas e quais os efeitos sobre a manifestação de CCO;

P2: Examinar se lideranças empáticas moderam negativamente a relação entre inveja no trabalho e a redução do CCO e se reduz os efeitos emocionais da comparação social.

P3: Investigar se em instituições públicas, a inveja percebida em relação a colegas com benefícios ou cargos diferenciados reduz a frequência de CCO, especialmente comportamentos de lealdade e iniciativa.

P4: Avaliar se a percepção de transparência na gestão de pessoas reduz o impacto da inveja nas manifestações de CCO, ao diminuir interpretações distorcidas sobre favorecimento e reconhecimento.

Entre 2018 e 2022, surgem com força termos como “autoestima”, “percepções”, “inveja”, “antecedentes”, “emoção” e “consequências”, revelando uma guinada para aspectos psicológicos e comportamentais dos indivíduos no trabalho. Awee et al. (2020) identificaram antecedentes que levam os indivíduos à inveja. Dentre os antecedentes identificados aparecem: comparações sociais, percepções de injustiça, desigualdade e autoestima reduzida. Pensando nisso, estes autores sinalizaram como pesquisas futuras o aprofundamento no papel da inveja como preditor de comportamentos desviantes, exploração da relação entre inveja e eficácia grupal e, estudos longitudinais e com diferentes métodos de coleta em diversos contextos. Assim, apresentam-se as seguintes proposições que compõe a agenda desta RSL:

P5: Investigar se em organizações familiares, a percepção de favoritismo com membros da família modera positivamente a relação entre comparações sociais e inveja no trabalho;

P6: Examinar se a percepção de ameaça ocupacional causada pela implementação de inteligência artificial prediz sentimentos de inveja em relação a colegas que se adaptam mais rapidamente às novas tecnologias;

P7: Examinar se a liderança transformacional modera negativamente a relação entre autoestima ameaçada e inveja no trabalho, ao promover sentido, empoderamento e reconhecimento equilibrado;

De acordo com Tussing et al. (2022), a forma como um indivíduo reage à inveja — se evita a pessoa invejada ou evita a organização como um todo (intenção de sair) — depende dos seus objetivos motivacionais dominantes no trabalho, como a busca por comunhão (relacionamentos harmoniosos) ou por realização (desempenho pessoal e *status*). Por esse modo, os autores sugeriram pesquisas dedicada a explorar os mecanismos psicológicos entre inveja e regulação emocional, investigar o papel da cultura e dos valores culturais sobre comportamentos invejosos e examinar a supressão emocional como estratégia de enfrentamento da inveja. Nesse sentido, são apresentadas as seguintes proposições:

P8: Investigar como a consciência metacognitiva sobre emoções (isto é, a capacidade de refletir sobre os próprios estados emocionais) influencia a forma como os indivíduos reconhecem, interpretam e respondem à inveja no ambiente organizacional;

P9: Analisar como os indivíduos constroem narrativas subjetivas para justificar ou ressignificar experiências de inveja no trabalho e como essas narrativas influenciam suas decisões de permanência, colaboração ou distanciamento;

P10: Examinar como as organizações normatizam ou silenciam a inveja em seus discursos e práticas, e os efeitos disso sobre o bem-estar emocional e a cultura organizacional;

P11: Estudar como emoções ambivalentes (inveja combinada com admiração) afetam a capacidade do trabalhador de tomar decisões, manter o foco ou cooperar com colegas.

Já entre 2022 e 2024, destacam-se expressões como “lado sombrio”, “emoções”, “benigno” e “comportamentos”, sugerindo o aprofundamento em dinâmicas emocionais complexas e contraditórias, com maior interesse nas dimensões negativas ou ambivalentes do contexto organizacional. Nota-se ainda que termos como “satisfação” e “impacto” tiveram presença breve, enquanto “emoção”, “trabalho” e “comportamento” mostraram persistência, sugerindo temas de interesse contínuo.

Em ambientes organizacionais transparentes, com clareza em critérios de desempenho, promoção e distribuição de bônus, e simultaneamente competitivos, aumenta a visibilidade das conquistas individuais. Gestores devem equilibrar transparência e competição, construindo ambientes onde o sucesso individual não se torne gatilho para a rivalidade (Shamsudin et al., 2023). Por essa razão, estes autores apontam que futuras pesquisas poderiam investigar como modelos de *feedback* coletivo, anonimato parcial (comunicação assertiva sem exposição individual) ou climas colaborativos podem mitigar os efeitos negativos da transparência. Assim, proposições para a pesquisa futura são apresentadas a seguir:

P12: Investigar se a transparência simbólica (comunicações genéricas sobre meritocracia e desempenho) gera mais inveja do que a transparência substantiva (comunicação clara, contextualizada e dialogada), especialmente em ambientes competitivos;

P13: Comparar os efeitos do *feedback* público (e.g. *rankings*, prêmios visíveis) versus *feedback* privado (avaliações individuais e confidenciais) na ativação da inveja e na disposição de compartilhar conhecimento com os colegas.

À vista disso, Tai et al. (2022) refletiram que a inveja é uma emoção social única. No entanto, reconhece que a inveja pode gerar consequências negativas (como desvios interpessoais) positivas (como busca de conselhos), dependendo do contexto relacional e da identificação com o grupo, o que denominam como inveja benigna e maliciosa. Nesse sentido, são sugeridas pesquisas com foco em diferenciação das respostas à inveja por gênero, rede de conselhos como moderadora dos efeitos da inveja e papel da identificação coletiva na moderação dos efeitos da inveja. Assim, são estabelecidas as últimas proposições para a pesquisa futura:

P15: Examinar se a inveja maliciosa está positivamente associada à depreciação interpessoal, especialmente quando há baixa identificação com o grupo e competição percebida;

P16: Investigar se o gênero do invejoso modera a relação entre tipo de inveja (benigna vs. maliciosa) e o comportamento subsequente;

P17: Avaliar se indivíduos com alta capacidade de regulação emocional são mais propensos a experimentar inveja como benigna do que como maliciosa.

P18: Investigar se o impacto positivo da inveja benigna sobre o desempenho coletivo é maior quando o alvo da inveja ocupa uma posição central em uma rede informal de conselhos.

Considerando a agenda proposta nesta RSL, vale ressaltar que a RSL conduzida por Zurriaga et al. (2020) no período de 2014 a 2020, traz uma agenda que enfatiza a necessidade de investigações transculturais e longitudinais, uso de múltiplas fontes de dados, maior atenção à inveja benigna e ao papel de variáveis moderadoras e mediadoras, como traços de personalidade, percepção de justiça e estilos de liderança. Apesar desses avanços, os estudos ainda se concentram majoritariamente em consequências disfuncionais da inveja, com poucas explorações sobre suas dimensões construtivas e contextos organizacionais específicos.

No entanto, a presente agenda amplia esse escopo ao propor uma leitura mais situada, contemporânea e contextualizada da inveja no ambiente de trabalho. Ao incorporar fenômenos emergentes, como o trabalho remoto, a transformação digital, os efeitos contraditórios da transparência e a intensificação das comparações sociais em redes formais e informais, esta proposta se alinha aos desafios atuais das organizações e fornece caminhos práticos para diagnósticos e intervenções. Além disso, ao explorar não apenas os efeitos disfuncionais da inveja, mas também suas manifestações ambivalentes, construtivas e subjetivas (como as narrativas pessoais, o papel da consciência emocional e a normatização organizacional), a agenda contribui para uma compreensão mais rica e multifacetada do fenômeno.

Estratégica para as organizações, esta agenda oferece subsídios para o desenho de culturas organizacionais emocionalmente inteligentes, políticas de gestão de pessoas mais sensíveis à dinâmica comparativa e práticas de liderança capazes de mitigar rivalidades destrutivas e canalizar a inveja de forma produtiva. Para pesquisadores, amplia o campo ao propor proposições interdisciplinares e metodologicamente inovadoras, promovendo o diálogo entre psicologia organizacional, estudos críticos e teoria das emoções. Em síntese, enquanto a agenda anterior se concentrou em delimitar o campo e apontar variáveis relevantes, esta agenda o expande, atualiza e tensiona, ao incluir dimensões ainda pouco exploradas, como a transparência simbólica, a ambivalência emocional, a narrativa subjetiva e o papel das redes informais, contribuindo para que a inveja no trabalho seja compreendida em toda a sua complexidade e potencial transformador.

Independentemente do porte da empresa, investigar a inveja de forma ética e contextualizada permite compreender as raízes emocionais de conflitos, reduzir tensões silenciosas e promover ambientes mais colaborativos. Isso pode incluir desde análises sobre os efeitos do *feedback* público, da transparência simbólica, da liderança empática, até o estudo de narrativas subjetivas e redes informais de influência. Ao

encarar a inveja como um fenômeno legítimo e revelador das dinâmicas internas, as empresas podem transformá-la de ameaça silenciosa em sinalizador estratégico para repensar práticas de reconhecimento, gestão de pessoas e cultura organizacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta RSL mapeou os itinerários e a estrutura conceitual da inveja no trabalho, analisando 94 artigos publicados entre 1995 e 2024. Os resultados revelam um campo em expansão, com crescimento anual de 10,69% na produção científica, confirmando a relevância crescente do fenômeno para os estudos organizacionais. A análise de conteúdo identificou quatro agrupamentos temáticos principais que estruturam o campo: regulação emocional e gestão de emoções negativas; supervisão abusiva e liderança tóxica; teoria do apego aplicada às relações de trabalho; e contextos institucionais específicos, notadamente instituições de ensino superior. Essa configuração temática revela a natureza multidimensional da inveja organizacional, que transcende abordagens individualistas para incorporar aspectos relacionais, contextuais e sistêmicos.

A partir desse mapeamento, o estudo oferece três contribuições teóricas substantivas ao campo. Primeira, demonstra que a inveja no trabalho constitui uma resposta adaptativa a condições estruturais específicas – incluindo disparidades salariais, sistemas de avaliação ambíguos e práticas inconsistentes de reconhecimento – desafiando perspectivas que a tratam exclusivamente como traço disposicional. Segunda, documenta a evolução conceitual do campo, que transitou de abordagens gerencialistas focadas em controle para perspectivas psicossociais que reconhecem emoções como fontes legítimas de informação organizacional. Terceira, evidencia a emergência de uma distinção conceitual entre inveja benigna (potencialmente motivadora) e maliciosa (geradora de comportamentos contraproducentes), sugerindo que o fenômeno pode ter manifestações construtivas sob determinadas condições organizacionais.

Essas descobertas teóricas traduzem-se em recomendações gerenciais específicas e acionáveis. O desenvolvimento de sistemas transparentes de avaliação e progressão, com critérios explícitos e comunicados antecipadamente, emerge como prioridade organizacional. Complementarmente, a implementação de processos estruturados de *feedback* que contextualizem o desempenho individual dentro de objetivos coleti-

vos pode mitigar comparações sociais destrutivas. A criação de programas de desenvolvimento focados em inteligência emocional e gestão construtiva de comparações sociais também se mostra essencial. A literatura analisada sugere consistentemente que ambientes caracterizados por supervisão abusiva diferenciada intensificam manifestações destrutivas da inveja, enquanto culturas organizacionais com segurança psicológica demonstram redução significativa em comportamentos invejosos reportados.

Ainda, a agenda de pesquisa proposta, direciona investigações futuras para questões emergentes e críticas. As proposições abordam os impactos do trabalho remoto na manifestação da inveja, os efeitos da transformação digital e automação nas comparações sociais, e o papel paradoxal da transparência organizacional e que pode tanto mitigar quanto intensificar sentimentos invejosos. Recomenda-se priorizar designs longitudinais que capturem a dinâmica temporal do fenômeno, abordagens multimétodo que combinem medidas subjetivas e objetivas, e a inclusão sistemática de perspectivas de economias emergentes, onde dinâmicas culturais específicas podem produzir manifestações distintas da inveja organizacional.

Em síntese, esta RSL estabelece a inveja no trabalho como fenômeno organizacional complexo que funciona como indicador diagnóstico de desequilíbrios sistêmicos em práticas de gestão, sistemas de recompensa e relações de poder. Ao mapear a estrutura conceitual do campo e propor novos caminhos investigativos, o estudo contribui para uma compreensão mais sofisticada e contextualizada do fenômeno, reposicionando-o de emoção individual problemática para sinalizador organizacional informativo. O avanço nessa direção requer tanto rigor científico quanto sensibilidade contextual, reconhecendo que emoções no trabalho não são obstáculos a serem eliminados, mas informações valiosas sobre a qualidade das relações e estruturas organizacionais.

Nota: Os autores agradecem o apoio recebido pela CAPES e IFRS para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Aria, M., & Cuccurullo, C. (2017). Bibliometrix: An R-tool for comprehensive Science mapping analysis. *Journal of Informetrics*, 11(4), 959-975. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>
- Awee, A., Mohsin, F. H., & Makhbul, Z. K. M. (2020). The factors why people exert less: The relationship between workplace envy and social loafing moderated by self-esteem. *International Journal of Management Studies*, 27(2), 27-46. <https://doi.org/10.32890/ijms.27.2.2020.7523>
- Bechky, B. A. (2020). Evaluative spillovers from technological change: The effects of “DNA envy” on occupational practices in forensic science. *Administrative Science Quarterly*, 65(3), 606-643.
- Breidenthal, A. P., Liu, D., Bai, Y., & Mao, Y. (2020). The dark side of creativity: coworker envy and ostracism as a response to employee creativity. *Organizational Behavior And Human Decision Processes*, 161, 242-254. <https://doi.org/10.1016/j.obhdp.2020.08.001>
- Canen, A. G., & Canen, A. (2012). Challenging envy in organizations: multicultural approaches and possibilities. *Business Strategy Series*, 13(5), 199-207. <http://doi.org/10.1108/17515631211264078>
- Dahri, N. W., Tjahjono, H. K., Muafi, M., & Prajogo, W. (2023). The influence of workplace envy on turnover intention: The mediating role of negative emotion and perception of injustice. *Calitatea*, 24(193), 28-38. <https://doi.org/10.47750/QAS/24.193.04>
- Demirtas, O., Hannah, S. T., Gok, K., Arslan, A., & Capar, N. (2017). The Moderated Influence of Ethical Leadership, Via Meaningful Work, on Followers’ Engagement, Organizational Identification, and Envy. *Journal Of Business Ethics*, 145(1), 183-199. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2907-7>
- Duffy, M. K., Scott, K. L., Shaw, J. D.; Tepper, B. J., & Aquino, K. (2012). A Social Context Model of Envy and Social Undermining. *Academy Of Management Journal*, 55(3), 643-666. <https://doi.org/10.5465/amj.2009.0804>
- Erdirençelebi, M., Akman, A. Z., & Ertürk, E. (2024). The Effect of the Dark Triad’s Role in benign, Malicious Envy and Organizational Revenge on Job Performance: The Case of Turkey. *Management Theory and Studies for Rural*

- Business and Infrastructure Development*, 46(4), 518-533. <https://doi.org/10.15544/mts.2024.48>
- Falagas, M., E., Pitsouni, E. I., Malietzis, G. A., & Pappas, G. (2008). Comparison of PubMed, Scopus, Web of Science, and Google Scholar: strengths and weaknesses. *The FASEB Journal*, 22(2), 338-342. <http://doi.org/10.1096/fj.07-9492lsf>
- Ganegoda, D. B., & Bordia, P. (2019). I can be happy for you, but not all the time: a contingency model of envy and positive empathy in the workplace. *Journal Of Applied Psychology*, 104(6), 776-795. <https://doi.org/10.1037/apl0000377>
- Ghadi, M. Y. (2018). Empirical examination of theoretical model of workplace envy: evidences from Jordan. *Management Research Review*, 41(12), 1438-1459. <https://doi.org/10.1108/mrr-06-2017-0185>
- Hancock, T., Mallin, M. L., Pulins, E. B., & Johnson, C. M. (2024). I want what they have: the impact of salesperson envy on customer relationships amid organizational disruption. *Journal Of Business & Industrial Marketing*, 39(4), 692-707. <https://doi.org/10.1108/jbim-12-2022-0535>
- Haq, I. U., Azeem, M. U., Rasheed, M., & Anwar, F. (2024). How does witnessing coworker ostracism differentially elicit victim-directed help and enacted ostracism: the mediating roles of compassion and schadenfreude, moderated by dispositional envy. *Journal Of Business Research*, 179, 114708. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2024.114708>
- Kim, E., & Glomb, T. M. (2014). Victimization of high performers: the roles of envy and work group identification. *Journal Of Applied Psychology*, 99(4), 619-634. <https://doi.org/10.1037/a0035789>
- Li, C. S., Liao, H., & Han, Y. (2022). I despise but also envy you: a dyadic investigation of perceived overqualification, perceived relative qualification, and knowledge hiding. *Personnel Psychology*, 75(1), 91-118. <http://doi.org/10.1111/peps.12444>
- Mao, Y., He, J., & Yang, D. (2021). The dark sides of engaging in creative processes: Coworker envy, workplace ostracism, and incivility. *Asia Pacific Journal of Management*, 38(4), 1261-1281. <https://doi.org/10.1007/s10490-020-09707-z>
- Majid, A., Yasir, M., Javed, A., & Ali, P. (2020). From envy to social anxiety and rumination: How social media site addiction triggers task distraction amongst nurses. *Journal of nursing management*, 28(3), 504-513. <https://doi.org/10.1111/jonm.12948>

- Menon, T., & Thompson, L. (2010). Envy at work. *Harvard Business Review*, 88(4), 74–79.
- Nickerson, Jack A., & Zenger, T. R. (2008). Envy, comparison costs, and the economic theory of the firm. *Strategic Management Journal*, 29(13), 1429-1449. <https://doi.org/10.1002/smj.718>
- Ogunfowora, B., Weinhardt, J. M., & Hwang, C. C. (2021). Abusive Supervision Differentiation and Employee Outcomes: the roles of envy, resentment, and insecure group attachment. *Journal Of Management*, 47(3), 623-653. <https://doi.org/10.1177/0149206319862024>
- Paul, J., Lim, W. M., O’Cass, A., Hao, A. W., & Bresciani, S. (2021). Scientific procedures and rationales for systematic literature reviews (SPAR-4-SLR). *International Journal Of Consumer Studies*, 45(4), 1-16. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12695>
- Shamsudin, F. M., Hamouche, S., Abdulmajid C. A., Bani-Melhem, S., & Jamal Bani-Melhem, A. (2023), "Why do employees withhold knowledge? The role of competitive climate, envy and narcissism", *Journal of Knowledge Management*, 27(7), 1925-1947. <https://doi.org/10.1108/JKM-02-2022-0133>
- Suyono, J., Siregar, M. A., Permana, F. C., & Nugroho, H. (2023). How perceived workplace ostracism hinders creativity: Coworker envy as a trigger. *International Journal of Business & Society*, 24(1). <https://doi.org/10.33736/ijbs.5612.2023>
- Tai, K., Narayanan, J., & McAllister, D. J. (2012). Envy As Pain: rethinking the nature of envy and its implications for employees and organizations. *Academy Of Management Review*, 37(1), 107-129. <https://doi.org/10.5465/amr.2009.0484>
- Tai, K., Keem, S., Lee, K. Y., & Kim, E. (2022). Envy Influences Interpersonal Dynamics and Team Performance: roles of gender congruence and collective team identification. *Journal Of Management*, 50(2), 556-587. <https://doi.org/10.1177/01492063221121597>
- Tranfield, D., Denyer, D., & Smart, P. (2003). Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. *British Journal Of Management*, 14(3), 207-222. <https://doi.org/10.1111/1467-8551.00375>
- Tussing, D. V., Wihler, A., Astandu, T. V., & Menges, J. I. (2022). Should I stay or should I go? The role of individual strivings in shaping the relationship between

“Eu me Vejo no Espelho do Outro”: Revisão Sistemática e Novos Caminhos a Percorrer Sobre a Inveja no Trabalho

- envy and avoidance behaviors at work. *Journal Of Organizational Behavior*, 43(4), 567-583. <https://doi.org/10.1002/job.2593>
- Veiga, J. F., Baldrige, D. C., & Markóczy, L. (2014). Toward greater understanding of the pernicious effects of workplace envy. *The International Journal of Human Resource Management*, 25(17), 2364–2381. <https://doi.org/10.1080/09585192.2013.877057>
- Zurriaga, R., González-Navarro, P., & Buunk, A. P. (2020). Envy in the Workplace: a systematic review of the past five years. *Revista Psicologia: Organizações & Trabalho*, 20, 1247-1256. <https://doi.org/10.17652/rpot/2020.4.09>

Laços que Engajam: Contribuições das Relações de Amizade para o Engajamento no Trabalho

João Victor Tavares Lemos

Universidade Federal do Ceará - joaovictortavareslemos@gmail.com

Bruno Chaves Correia-Lima

Universidade Federal do Ceará - brunocorreialima@ufc.br

Luis Eduardo Brandão Paiva

Universidade Federal do Ceará - eduardobrandao@ufc.br

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições das relações de amizade para o engajamento no trabalho. Trata-se de um estudo qualitativo, conduzido por meio de entrevistas semiestruturadas com colaboradores terceirizados de uma central de fiscalização de um banco público brasileiro. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, com auxílio do software ATLAS.ti. Os resultados evidenciaram que a amizade no trabalho é construída na convivência cotidiana e sustentada por elementos como confiança, reciprocidade, afinidade, comunicação e apoio socioemocional. Observou-se maior potencial de contribuição para as dimensões de dedicação e vigor do engajamento, sobretudo por meio da mobilização de energia, da disposição para o trabalho e da atribuição de significado às ativi-

dades desempenhadas. Os efeitos sobre a absorção mostraram-se mais ambíguos, uma vez que as interações de amizade, ao mesmo tempo em que promovem bem-estar e recuperação psicológica, podem gerar distrações, interrupções e dificuldades de concentração. Também foram identificados desafios relacionados à dualidade de papéis, ao contágio emocional, às relações hierárquicas e ao estabelecimento de limites entre demandas pessoais e profissionais. Conclui-se que a amizade no trabalho constitui um fenômeno relacional ambivalente, capaz de atuar simultaneamente como recurso e demanda laboral. Seus efeitos sobre o engajamento dependem menos da existência do vínculo em si e mais da forma como essas relações são construídas, negociadas e vivenciadas no contexto organizacional.

Palavras-chave: Amizade no trabalho, engajamento, relações interpessoais.

Bonds That Engage: Contributions of Workplace Friendship to Employee Engagement

Abstract

This study aimed to analyze the contributions of workplace friendship to work engagement. A qualitative approach was adopted, based on semi-structured interviews conducted with outsourced employees working in a monitoring and inspection center of a Brazilian public bank. Data were analyzed through content analysis with the support of ATLAS.ti software. The findings revealed that workplace friendship is built through everyday interactions and sustained by elements such as trust, reciprocity, affinity, communication, and socioemotional support. A greater potential for contributing to the dedication and vigor dimensions of work engagement was observed, particularly through the mobilization of energy, willingness to work, and the attribution of meaning to work activities. The effects on absorption were found to be more

ambiguous, as friendship interactions, while promoting well-being and psychological recovery, may also generate distractions, interruptions, and difficulties in maintaining concentration. Challenges related to role duality, emotional contagion, hierarchical relationships, and the establishment of boundaries between personal and professional demands were also identified. It is concluded that workplace friendship constitutes an ambivalent relational phenomenon that can simultaneously function as both a job resource and a job demand. Its effects on work engagement depend less on the existence of the friendship tie itself and more on the ways in which these relationships are constructed, negotiated, and experienced within the organizational context.

Keywords: Workplace friendship, engagement, interpersonal relationships.

1 INTRODUÇÃO

O engajamento no trabalho pode ser compreendido como um estado de espírito positivo e gratificante em relação às atividades laborais, caracterizado por três dimensões: vigor, relacionado aos altos níveis de energia e persistência no trabalho; dedicação, associada ao entusiasmo, significado e envolvimento com as atividades desempenhadas; e absorção, que se refere à concentração intensa e à imersão nas tarefas, fazendo com que o tempo pareça passar rapidamente (Schaufeli et al., 2002). Esse estado não é momentâneo nem específico, mas sim mais duradouro e abran-

gente, não se restringindo a um aspecto particular do trabalho (Schaufeli et al., 2002; Salanova & Schaufeli, 2008).

Estudos sobre engajamento no trabalho frequentemente utilizam o modelo teórico das Demandas e Recursos de Trabalho (*Job Demands-Resources Model*), o qual propõe que a saúde e o bem-estar do trabalhador resultam do equilíbrio entre características laborais positivas e negativas (Schaufeli & Taris, 2014). Essas características podem ser divididas em demandas de trabalho, que implicam custos físicos ou psicológicos, e recursos de trabalho, que contribuem para o alcance de metas e para a mitigação dos efeitos dessas demandas (Bakker & Demerouti, 2007).

Entre os fatores que influenciam o engajamento destacam-se o equilíbrio entre vida pessoal e profissional (Alnagbi et al., 2025) e a qualidade das relações interpessoais no ambiente laboral. Nesse contexto, as relações de amizade assumem relevância como um recurso de trabalho, favorecendo apoio social, cooperação e bem-estar no cotidiano organizacional (Ariyabuddhiphongs & Boonsanong, 2019; Yan et al., 2021; Andika et al., 2023). Contudo, embora frequentemente associadas a resultados positivos, as amizades no trabalho também podem gerar desafios e tensões que afetam a experiência laboral dos indivíduos.

Entretanto, as amizades estabelecidas no ambiente organizacional podem produzir, simultaneamente, benefícios relacionais e tensões decorrentes da coexistência de papéis distintos (empregado e amigo). Tais tensões emergem da necessidade de conciliar demandas instrumentais do trabalho com expectativas socioemocionais inerentes às relações de amizade (Wang et al., 2025). Em determinados contextos, ambiguidades de papéis e conflitos interpessoais podem ampliar a carga emocional associada ao trabalho, favorecendo processos de exaustão ocupacional (Mandarini & Sticca, 2019; Ozelame et al., 2025).

Ressalta-se que exaustão ocupacional é um fenômeno frequentemente associado ao trabalho terceirizado, uma vez que esses profissionais tendem a estar inseridos em contextos marcados por menor reconhecimento organizacional, maior percepção de substitutibilidade e níveis mais elevados de insegurança laboral (Schultz et al., 2022; Ozelame et al., 2025). Considerando que a presente pesquisa foi desenvolvida em um contexto de terceirização, torna-se relevante compreender como as relações de amizade se manifestam e quais repercussões podem exercer sobre a experiência laboral desses trabalhadores.

Estudos sobre os efeitos da amizade no trabalho tendem a adotar metodologias quantitativas, evidenciando a contribuição desse construto para variáveis como

desempenho de equipes e bem-estar laboral (Malheiros et al., 2024), além de atenuar a exaustão emocional do trabalhador (Han et al., 2025). No entanto, pouco se discute sobre a natureza dessas contribuições (Malheiros et al., 2024). Quando se trata da relação entre amizade e engajamento no trabalho, observa-se situação semelhante: embora a literatura aponte uma correlação positiva entre esses dois construtos, ainda são escassas as investigações que explorem em profundidade os mecanismos e motivações que permeiam a relação (Kalra, 2014; Balaban & Özsoy, 2016; Ariyabuddhiphongs & Boonsanong, 2019; Yan et al., 2021; Andika et al., 2023; Khairy et al., 2023).

Diante dessas lacunas, destacam-se estudos qualitativos que investiguem como as relações de amizade influenciam o engajamento no trabalho. Essa abordagem permite compreender percepções, experiências e significados atribuídos pelos trabalhadores, revelando mecanismos subjetivos e simbólicos que contribuem para a construção de vínculos interpessoais e a sustentação do engajamento organizacional.

Nesse contexto, emerge a seguinte pergunta de pesquisa: como as relações de amizade estabelecidas no ambiente de trabalho contribuem para o engajamento de empregados terceirizados de uma central de fiscalização de um banco público brasileiro? Este estudo tem como objetivo analisar as contribuições das relações de amizade no ambiente de trabalho para o engajamento de empregados terceirizados de uma central de fiscalização de um banco público brasileiro.

Destaca-se como contribuição acadêmica deste estudo o aprofundamento da compreensão dos fatores que influenciam o engajamento no trabalho, investigando especificamente o papel das relações de amizade no ambiente organizacional, considerando subjetividades e detalhamentos inerentes às investigações qualitativas. Organizações e gestores também podem se beneficiar dos achados desta pesquisa, utilizando esse conhecimento para fortalecer a cultura organizacional, promover o bem-estar no ambiente laboral e estimular o engajamento dos colaboradores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Engajamento no trabalho

A primeira conceituação acadêmica sobre o engajamento no trabalho foi proposta por William Kahn em 1990, em seu artigo *Psychological Conditions of Personal Engagement and Disengagement at Work* (Kahn, 1990; Santos et al., 2019). Kahn (1990) desenvolveu uma das primeiras formulações teóricas sobre o engajamento no trabalho, definindo-o como o investimento simultâneo de energias físicas, cognitivas e

emocionais no desempenho dos papéis ocupacionais. Nessa perspectiva, o engajamento representa a expressão ativa do self no contexto laboral, manifestando-se quando os indivíduos mobilizam seus recursos pessoais de forma integral na realização de suas atividades de trabalho, especialmente em condições organizacionais favoráveis.

A partir dessa perspectiva, o engajamento no trabalho passou a ser compreendido como um construto que integra tanto a capacidade quanto a disposição dos indivíduos para investir esforços em suas atividades laborais (Schaufeli & Salanova, 2011; Bakker et al., 2011). Ele é considerado a contrapartida do burnout, que é descrito, segundo Maslach et al. (1997), como uma síndrome de exaustão emocional, despersonalização e baixa realização pessoal, sendo um estado no qual o indivíduo se torna cínico em relação ao valor de seu trabalho e inseguro sobre seu desempenho. Embora engajamento e burnout sejam frequentemente vistos como extremos opostos de um mesmo continuum, essa visão é limitada, pois a ausência de um não garante a presença do outro, sendo possível até coexistirem (Schaufeli & Salanova, 2011).

Por sua vez, Schaufeli et al. (2002) conceituam o engajamento no trabalho como um estado psicológico positivo, persistente e gratificante, caracterizado por três dimensões centrais: vigor, associado a elevados níveis de energia e resiliência; dedicação, relacionada ao entusiasmo, significado e senso de propósito atribuídos ao trabalho; e absorção, que se refere à concentração intensa e ao envolvimento profundo nas atividades laborais.

O engajamento é um estado cognitivo e afetivo duradouro, estável e abrangente, que reflete uma conexão profunda com o trabalho, indo além de situações específicas ou emoções passageiras (Schaufeli et al., 2002; Salanova & Schaufeli, 2008). Um modelo amplamente adotado para explicação e estudo do engajamento no trabalho é o modelo de demandas-recursos de trabalho (*Job Demands-Resources*) (Silva et al., 2024), que assume que a saúde e o bem-estar do empregado resultam do equilíbrio entre características positivas e negativas de seu trabalho (Schaufeli & Taris, 2014). Segundo Bakker e Demerouti (2007), as características do trabalho se dividem em demandas, que geram custos físicos e/ou psicológicos, e recursos, que ajudam a alcançar metas, reduzir esses custos e promover o desenvolvimento pessoal.

A literatura tem identificado diversos antecedentes do engajamento no trabalho. Entre eles, destacam-se a compatibilidade entre as preferências individuais e as características do trabalho desempenhado (Porto et al., 2019), a percepção de justiça organizacional (Guimarães et al., 2023), as práticas de responsabilidade social corpo-

rativa (Min et al., 2024) e a inteligência cultural dos trabalhadores (Presbitero et al., 2025).

Sob uma perspectiva causal, o engajamento também pode impactar variáveis organizacionais relevantes. Níveis mais elevados de engajamento estão associados à redução da rotatividade (Poku et al., 2025; Presbitero et al., 2025), à influência positiva sobre a liderança e o comportamento dos líderes (Moraes et al., 2023), à diminuição do estresse e ao enfrentamento mais eficaz de condições de trabalho adversas (Santos et al., 2021), bem como à redução da incidência da síndrome de *burnout* (Obregon et al., 2021; Schaufeli & Bakker, 2004).

2.2 Amizade no trabalho

Os seres humanos são biologicamente predispostos a se filiar a pessoas com as quais possuem laços, uma vez que esse tipo de interação é essencial para atender as necessidades básicas da sobrevivência, como proteção, compartilhamento de recursos e oportunidades de convivência social. As relações de amizade, por sua natureza relativamente igualitária, oferecem amplas possibilidades de cooperação, mutualismo e altruísmo recíproco, fazendo com que os amigos desempenhem um papel relevante como figuras afiliativas (Furman, 2001). A amizade é tão significativa quanto relações matrimoniais e familiares, promovendo felicidade e satisfação com a vida por meio de recompensas instrumentais, apoio emocional e companheirismo (Argyle, 2013).

A amizade pode ser compreendida como uma relação interpessoal diádica, de caráter pessoal e informal, fundamentada na mutualidade, voluntariedade, valorização recíproca, compartilhamento de tempo e experiências, bem como na presença predominante de emoções positivas, sem envolvimento sexual explícito (Auhagen & Von Salisch, 1996). Sob a perspectiva da teoria das trocas sociais, as relações de amizade constituem-se a partir de interações orientadas pela expectativa de reciprocidade e benefício mútuo entre os indivíduos. Contudo, tais relações não pressupõem garantias de retribuição nem equivalência entre os recursos trocados, podendo as respostas recebidas divergir em natureza ou intensidade daquelas inicialmente esperadas (Blau, 1964).

No ambiente de trabalho, onde as pessoas passam grande parte do tempo, é comum a formação de amizades em relações como as de pares, supervisores e mentorias (Sias et al., 2004), especialmente pela convivência cotidiana (Choi & Ko, 2020). Essas amizades são consideradas, normalmente, complexas e baseadas em confiança,

compromisso, reciprocidade e interesses comuns, não devendo ser confundidas com simples atitudes amigáveis (Berman et al., 2002).

A amizade no trabalho é parte da organização informal, surgindo espontaneamente entre colaboradores, fora da estrutura hierárquica formal (Braga et al., 2020). A amizade no trabalho é importante para gerar emoções positivas como felicidade e prazer, contribuindo para o florescimento e bem-estar laboral (Colbert et al., 2016). O estudo de Chen et al. (2024) realizado junto a trabalhadores de Taiwan indicou que a amizade favorece o comprometimento organizacional via bem-estar dos colaboradores. Já a pesquisa de Abdulmuhsin et al. (2025) inferiu que amizade apoia a gestão do conhecimento em uma universidade pública islâmica.

A amizade no trabalho tem se revelado um importante recurso social, representando um papel central na vida dos trabalhadores e contribuindo para a promoção de ambientes laborais mais saudáveis (Malheiros et al. 2024). Além de favorecerem o apoio socioemocional, tais relações contribuem para a construção de significados associados ao trabalho, fortalecem a identidade social dos indivíduos e influenciam seus processos de integração à cultura organizacional. Adicionalmente, podem repercutir em aspectos relacionados à permanência no emprego e às oportunidades de desenvolvimento e progressão na carreira (Pettinger, 2005).

Embora se reconheça que amizades no local de trabalho levam a resultados organizacionais desejáveis, um corpo crescente de pesquisa sugere complexidades e desvantagens importantes associadas a elas (Pillemer & Rothbard, 2018). As amizades nas organizações podem ser entendidas por uma perspectiva mista, uma vez que produzem simultaneamente benefícios relacionais e tensões organizacionais (Wang et al., 2025). Características definidoras da amizade (informalidade, voluntariedade, normas comunitárias e objetivos socioemocionais) estão em tensão com elementos do cotidiano organizacional (papéis formais, restrições involuntárias, normas de troca e objetivos instrumentais) e podem gerar desvantagens para indivíduos, grupos e para a organização (Pillemer & Rothbard, 2018).

A necessidade de conciliar o atendimento às normas organizacionais e as expectativas relacionadas ao papel de “amigo” pode gerar demanda excessiva aos indivíduos (Dietz & Fasbender, 2022). Essa sobrecarga emocional potencializa conflitos interpessoais e comportamentos de incivilidade contra colegas de trabalho, que também são afetados (Fasbender et al., 2023). O estreitamento dos vínculos de amizade no trabalho pode gerar um contágio emocional por meio de uma retroalimentação que produz imitação e alterações fisiológicas e psicológicas que levam o

Laços que Engajam: Contribuições das Relações de Amizade para o Engajamento no Trabalho

indivíduo a experimentar emoções semelhantes às da pessoa observada, potencializando disseminação de emoções positivas ou negativas em interações sociais (Hatfield et al., 1993).

O estudo de Wang et al. (2025) revela, além da ambiguidade de papéis, outros possíveis efeitos prejudiciais: a percepção de injustiça por parte dos funcionários; eventuais perdas de produtividade; comprometimento de decisões organizacionais; e o silenciamento de críticas, especialmente em ambientes cujo clima organizacional é caracterizado por alta competitividade.

2.3 Relação entre amizade e engajamento no trabalho

Segundo Malheiros et al. (2024), os estudos sobre amizade no trabalho têm crescido na literatura, com destaque para pesquisas quantitativas que analisam seus efeitos positivos e negativos. Destaca-se o estudo de Kalra (2014), que, ao investigar colaboradores terceirizados em Nova Deli, identificou uma correlação positiva entre amizade no trabalho e engajamento. Outros estudos também apontam resultados semelhantes, reforçando essa associação (Tabela 1).

Tabela 1

Estudos Sobre Amizade e Engajamento no Trabalho

Autores	Objetivo de pesquisa	Sujeitos e contexto de pesquisa	Conclusões
Yan et al. (2021)	Examinar a associação entre amizade no trabalho e engajamento, tendo como variável mediadora a ambiguidade de função.	285 empregados de hotéis turísticos internacionais de Taiwan.	Amizade no trabalho tem uma relação positiva com engajamento no trabalho.
Andika et al. (2023)	Investigar sistematicamente a influência da carga de trabalho, amizade, afetos positivos e engajamento na performance individual.	213 enfermeiros de centros de saúde em Kalimantan Ocidental, Indonésia.	Amizade no trabalho tem um relacionamento positivo e significativo no engajamento e na performance individual.
Khairy et al. (2023)	Investigar os efeitos de engajamento no trabalho, amizade no trabalho e cidadania organizacional no <i>branding</i> interno.	385 empregados de hotéis cinco estrelas na região metropolitana do Grande Cairo, Egito.	Amizade no trabalho tem um relacionamento positivo e significativo com engajamento
Siregar (2024)	Determinar o efeito da amizade no trabalho no engajamento, o efeito da amizade no trabalho e do engajamento na cidadania organizacional e o efeito da amizade no trabalho na cidadania organizacional pelo engajamento.	140 colaboradores da sede da Perumda Tirtanadi em Sumatra Setentrional, Indonésia.	Amizade no trabalho tem uma relação significativa com o engajamento no trabalho.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Yan et al. (2021) identificaram relação entre amizade e engajamento em uma pesquisa junto a empregados de hotéis em Taiwan, considerando a ambiguidade de função como variável mediadora. Andika et al. (2023) evidenciaram que a amizade impulsiona engajamento e desempenho de enfermeiros na Indonésia. Khairy et al. (2023) e Siregar (2024) confirmaram esses resultados em hotéis no Egito e em cola-

boradores na Indonésia, ressaltando o impacto positivo da amizade no engajamento e cidadania organizacional.

Adicionalmente, à luz do modelo das demandas e recursos de trabalho, a amizade no ambiente laboral configura-se como um recurso que atenua os efeitos adversos das demandas e contribui para elevar o engajamento. Isso ocorre porque tais relações fornecem suporte social, fortalecem a sensação de pertencimento e ampliam a capacidade dos colaboradores de lidar com pressões e desafios organizacionais (Ariya-buddhiphongs & Boonsanong, 2019; Yan et al., 2021; Andika et al., 2023).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta abordagem qualitativa e caráter descritivo, uma vez que busca compreender e descrever as características, percepções e nuances relacionadas ao fenômeno investigado. Trata-se de um estudo de campo, no qual a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, permitindo captar as interpretações, experiências e significados atribuídos pelos participantes ao contexto estudado.

O contexto da pesquisa compreende colaboradores terceirizados que atuam na Central de Fiscalização Administrativa de Contratos de um banco público brasileiro. A escolha desse cenário justifica-se pela natureza das atividades desempenhadas, que exigem intensa interação entre os trabalhadores, favorecendo a formação de vínculos interpessoais e relações de amizade no ambiente laboral. Além disso, o contexto investigado reúne profissionais submetidos a demandas organizacionais semelhantes, constituindo um ambiente propício para compreender como as relações de amizade podem influenciar o engajamento no trabalho.

A organização investigada é uma empresa de capital aberto, constituída sob a forma de sociedade de economia mista. Os participantes da pesquisa exerciam diferentes funções terceirizadas, incluindo os cargos de Apoio Administrativo, Auxiliar de Arquivo, Coordenador, Operador de Logística e Assistente de Apoio à Gestão. Essa diversidade funcional contribuiu para a obtenção de múltiplas perspectivas acerca do fenômeno estudado. A Tabela 2 apresenta o perfil dos entrevistados.

Tabela 2

Perfil dos Entrevistados

Entrevistado	Gênero	Idade	Cargo	Tempo na central
E1	Feminino	31	Assistente de Apoio à Gestão	10 meses
E2	Masculino	37	Assistente de Apoio à Gestão	8 meses
E3	Feminino	39	Operador de Logística	1 ano e 8 meses
E4	Feminino	40	Apoio Administrativo	3 anos
E5	Feminino	33	Apoio Administrativo	1 ano
E6	Feminino	27	Apoio Administrativo	2 anos e 4 meses
E7	Masculino	25	Operador de Logística	1 ano e 9 meses
E8	Masculino	26	Coordenador	1 ano e 8 meses
E9	Feminino	38	Operador de Logística	2 anos
E10	Feminino	34	Assistente de Apoio à Gestão	1 ano e 1 mês
E11	Feminino	31	Operador de Logística	1 ano e 9 meses

Fonte: Dados da pesquisa.

A central de fiscalização administra cerca de 50 colaboradores terceirizados, dos quais 15 foram selecionados com base nos critérios de acessibilidade e tempo de serviço igual ou superior a um ano. Destes, 11 colaboradores foram entrevistados, sendo devidamente codificados para garantir o sigilo de suas identidades. A escolha do número de entrevistas se justifica por conflitos de agenda que impossibilitaram que 4 empregados participassem do estudo, além da saturação das respostas a partir da 11ª entrevista, quando novas informações começaram a se repetir, não agregando mais pontos de vista significativos.

Foram realizadas entrevistas por meio de um roteiro semiestruturado, dividido em três blocos: (i) amizade no trabalho; (ii) contribuições para o engajamento; e (iii) dados demográficos (gênero, idade, cargo e tempo na central de fiscalização). O primeiro bloco, focado na amizade no trabalho, incluiu cinco perguntas abertas, elaboradas com base nas definições de Blau (1964), Auhagen e Von Salisch (1996), além de adaptações da *Workplace Friendship Scale*, desenvolvida e validada por Nielsen et al. (2000), que visa medir tanto a oportunidade quanto a prevalência das amizades no ambiente de trabalho. O segundo bloco foi fundamentado no *Utrecht Work Engagement Scale*, na versão validada por Martins e Machado (2022), que

Laços que Engajam: Contribuições das Relações de Amizade para o Engajamento no Trabalho

busca avaliar o nível de engajamento no trabalho. Foram elaboradas nove perguntas, três para cada dimensão do engajamento (Schaufeli et al., 2002).

Visando não moldar os dados às categorias pré-existentes do modelo quantitativo de engajamento (Schaufeli et al., 2002), foram elaboradas também perguntas que não se limitaram às categorias, possibilitando maior liberdade ao entrevistado, sem necessário foco nas dimensões dos modelos. Por exemplo, foram feitos questionamentos sobre consequências emocionais e profissionais da amizade no trabalho no intuito de ampliar e explicar as visões dos participantes.

As entrevistas foram realizadas em dezembro de 2024, de forma remota, utilizando os aplicativos *Google Meet* e *WhatsApp*, com duração média de 30 minutos, mediante consentimentos dos participantes obtidos antes da realização das entrevistas. A transcrição das entrevistas ocorreu em duas etapas: primeiramente, por meio do *software Clipto*, visando otimizar o tempo dedicado ao processo de transcrição; em seguida, houve cuidadosa revisão humana do texto transcrito para corrigir eventuais erros.

Posteriormente, as falas foram submetidas à análise de conteúdo, com o suporte do *software* ATLAS.ti, visando ampliar o rigor, a rastreabilidade e a sistematicidade da análise devido ao desenvolvimento estruturado de códigos, padronização de categorias, recuperação rápida de trechos codificados e revisão contínua da coerência analítica.

Com o auxílio dessa ferramenta, palavras, frases e parágrafos foram organizados em categorias definidas com base nos estudos de Blau (1964), Auhagen e Von Salisch (1996), Nielsen et al. (2000), Schaufeli et al. (2002) e Martins e Machado (2022). As categorias de análise descritas na Tabela 3 foram selecionadas com base nos principais elementos abordados na literatura sobre o tema.

Tabela 3

Categorias de Análise

Tema	Categoria	Subcategoria
Amizade no Trabalho	Definição de amizade	-
	Formação de amizades	-
	Prevalência	Confiança Manutenção da amizade
Contribuições da amizade para o engajamento no trabalho	Dedicação	Importância do trabalho
		Entusiasmo
		Pensamento inovador
	Vigor	Resiliência
		Energia e Vitalidade
		Força de vontade
Absorção	Percepção de tempo	
	Concentração	
Outras categorias relevantes	Imersão	
	Comunicação	-
	Apoio socioemocional	-
	Limites	-
	Contágio psicológico e emocional	-
	Relação hierárquica	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

Por fim, realizou-se a análise interpretativa das narrativas obtidas nas entrevistas, classificando-as de acordo com as categorias analíticas estabelecidas para o estudo. Tal procedimento permitiu estabelecer um diálogo entre as evidências empíricas e os construtos teóricos que fundamentam a pesquisa, favorecendo uma interpretação consistente dos resultados encontrados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Definição de amizade na visão dos trabalhadores pesquisados

Quanto à formação das amizades, os entrevistados destacaram que essa ocorre de maneira “espontânea, natural e orgânica, com a convivência mesmo” (E7), visão que também é indicada por Choi e Ko (2020). Além disso, os entrevistados desta pesquisa mencionaram como fundamentais a proximidade física, a recorrência das interações no ambiente de trabalho, o clima organizacional e o auxílio nas atividades laborais, sendo esses dois últimos elementos associados, respectivamente, às inferências de Fehr (1996) e de Furman (2001).

No ambiente pesquisado, observou-se que a prevalência das relações de amizade no trabalho está associada a elementos amplamente reconhecidos pela literatura (Blau, 1964; Fehr, 1996), tais como confiança, qualidade das interações, tratamento respeitoso, expectativa de reciprocidade e voluntariedade. Também foram destacados pelos entrevistados aspectos como respeito a limites, prestatividade, disponibilidade, comunicação e afinidade de valores, em consonância com Auhagen e Von Salisch (1996) e Berman et al. (2002).

Tabela 4

Articulação Teórico-empírica Relacionada às Categorias de Amizade

Dimensão	Subcategoria	Aspectos de amizade mencionados nesta pesquisa	Articulação teórica
Definição de amizade	-	A amizade no trabalho se define pelo tempo juntos, interesses e afinidades comuns, compartilhamento da vida pessoal, apoio socioemocional e companheirismo.	Berman, West e Richter Júnior (2002); Pettinger (2005); Argyle (2013); Choi e Ko (2020).
Formação de amizades	-	As amizades no trabalho são criadas por fatores como tempo de convivência, compartilhamento da vida pessoal, recorrência de interações sociais e cooperação durante a execução de tarefas.	Fehr (1996); Furman (2001); Choi e Ko (2020).
Prevalência	Confiança	A confiança entre amigos no trabalho se constrói pelo compartilhamento de gostos, crenças e valores, pelo atendimento das expectativas mútuas, respeito aos limites, disponibilidade, prestatividade e apoio socioemocional além das tarefas profissionais.	Blau (1964); Auhagen e Von Salisch (1996); Fehr (1996); Berman et al. (2002).
	Manutenção da amizade	Para os entrevistados, a manutenção da amizade se dá por fatores semelhantes aos citados no tópico da confiança, por exemplo o respeito aos limites, disponibilidade, prestatividade, afinidade de gostos, somados à expectativa de reciprocidade de tratamento e cooperação.	Blau (1964); Furman (2001); Berman, West e Richter Júnior (2002); Pillemer e Rothbard (2018).

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados sugerem que as relações de amizade no ambiente de trabalho são construídas de forma processual e dinâmica, sendo fundamentadas em interações marcadas pela comunicação efetiva, respeito mútuo, afinidades interpessoais e suporte recíproco. Ademais, valores relacionais, como honestidade, sinceridade e confiança, desempenham papel fundamental na consolidação desses vínculos, contribuindo para a qualidade das relações estabelecidas entre os colaboradores.

4.2 Contribuições da amizade para a dedicação dos trabalhadores pesquisados

Ao abordar, primeiramente, as contribuições para a dimensão da dedicação, foram analisadas as subcategorias “importância do trabalho”, “entusiasmo” e “pensamento inovador”. Na subcategoria importância do trabalho, a amizade contribui para ressignificar o valor das atividades realizadas, por meio de feedbacks, elogios e apoio entre colegas. Como relata E3: “[...] às vezes a gente não percebe o que a gente faz [...] é realmente preciso ouvir.” Esse reconhecimento fortalece a percepção de utilidade, como afirma E5: “[...] você está sendo útil, [...] seu trabalho está fazendo a diferença.” Tais efeitos alinham-se às ideias de Colbert et al. (2016), que destacam as emoções positivas associadas à amizade, e à perspectiva de cooperação de Furman (2001).

Na subcategoria entusiasmo, interações informais e descontraídas geram ânimo e bem-estar, como aponta E11: “[...] descontração [...] gera um entusiasmo para que a gente consiga ficar mentalmente saudável.” O apoio socioemocional também eleva o entusiasmo, especialmente em momentos de baixa produtividade: “[...] vão tentar, no dia que eu estiver menos produtivo, tentar me ajudar mais.” No entanto, interações negativas, como “fofocas” ou “rixas” (E5), podem prejudicar esse sentimento, conforme discutido por Pillemer e Rothbard (2018).

Em relação ao pensamento inovador, destacou-se novamente o papel do feedback, conforme relatado por E10: “[...] é essencial para que a gente saiba onde a gente está acertando e onde a gente está errando.” Nesse sentido, a troca de percepções entre colegas permite a valorização do trabalho do outro e reforça seu significado, gerando sentimentos positivos que impulsionam a inovação e o aprimoramento profissional. Isso está em consonância com a teoria de Colbert et al. (2016), que trata da motivação gerada pelas emoções positivas.

Essa motivação se estende também ao desenvolvimento profissional, especialmente no que diz respeito à capacitação. Como relatado por E4: “[...] houve um incentivo dos amigos para ir atrás de estudar novamente e procurar melhorias para mim dentro da minha área profissional.” Esse aspecto reforça que as amizades no ambiente de trabalho abrangem mais do que o apoio operacional, estendendo-se também ao estímulo ao crescimento pessoal e profissional. Com base nessas análises, a Tabela 5 sintetiza as contribuições da amizade para a dedicação no trabalho.

Tabela 5

Articulação Teórico-empírica Sobre as Contribuições da Amizade para a Dedicção

Dimensão	Subcategoria	Contribuições da amizade para dedicação encontradas nesta pesquisa	Articulação teórica
	Importância do trabalho	A amizade contribui para a valorização do trabalho quando um amigo elogia, oferece feedback ou traz uma nova perspectiva sobre as atividades do outro.	Furman (2001); Colbert et al. (2016).
Dedicção	Entusiasmo	Na parte do entusiasmo, as amigas contribuem com a prestação de apoio, seja motivacional, social ou emocional, o que chega a alcançar até mesmo temas que extrapolam o âmbito profissional.	Colbert et al. (2016); Pillemer e Rothbard (2018).
	Pensamento inovador	Os amigos promovem inovações no trabalho ao trazer novas perspectivas que impactam o cotidiano e a vida profissional.	Colbert et al. (2016).

Fonte: Elaborada pelos autores.

Embora diversos aspectos positivos tenham sido destacados, também foram identificadas algumas contribuições negativas, tais como a percepção de que a dualidade de papéis (amigo e empregado) por vezes gera dilemas e tensões que se apresentam como demandas adicionais que favorecem uma sobrecarga ocupacional. Esses achados vão ao encontro de estudos anteriores (Wang et al., 2025; Dietz & Fasbender, 2022; Schaufeli & Taris, 2014; Bakker & Demerouti, 2007), os quais indicam que a amizade no ambiente de trabalho pode atuar tanto como um recurso quanto como uma demanda laboral, especialmente no âmbito da dedicação, a depender da qualidade e da natureza das interações estabelecidas entre os indivíduos.

4.3 Contribuições da amizade para o vigor dos trabalhadores pesquisados

Para a dimensão do vigor, foram analisadas as subcategorias resiliência, energia e vitalidade e força de vontade. Quanto à resiliência, os entrevistados afirmaram que o companheirismo e o apoio socioemocional, tanto profissionais quanto pessoais, são

Laços que Engajam: Contribuições das Relações de Amizade para o Engajamento no Trabalho

essenciais para seu desenvolvimento no trabalho, em convergência com Argyle (2013). E2 destacou: “[...] os laços que eu fui criando aqui [...] me ajudaram nessa questão de ser resiliente, de ter calma e dar tempo ao tempo”, e relatou que amigos o encorajaram diante de incertezas sobre a efetivação, com frases como “você vai conseguir!”. Isso indica que a amizade também favorece a inserção dos trabalhadores na cultura organizacional e contribui para a manutenção do vínculo empregatício, corroborando as proposições de Pettinger (2005). Além disso, tais relações parecem auxiliar na redução das incertezas associadas à dinâmica do trabalho terceirizado, aspecto igualmente destacado por Ozelame et al. (2025).

Sobre energia e vitalidade, o companheirismo descrito por Argyle (2013) é fundamental, especialmente em tarefas conjuntas, como exemplificou E1: “tipo assim: ‘nossa, vou fazer isso aqui porque vou fazer com a minha equipe.’” A amizade também estimula momentos de descontração, como disse E7: “dá aquele ânimo a mais.” Porém, os efeitos dependem do tom das interações, positivo ou negativo, conforme discutem Colbert et al. (2016) e Pillemer e Rothbard (2018). E3 alertou: “Você chega, todo animado, e vê uma pessoa desanimada, e isso contagia mais do que você estar animado”. Tais achados evidenciam a presença de contágio emocional por retroalimentação, de acordo com o conceito proposto por Hatfield, Cacioppo e Rapson (1993).

Em relação à força de vontade, os participantes destacaram novamente a importância do apoio em momentos difíceis e do companheirismo, mostrando que a interação com amigos ajuda a amenizar problemas pessoais e fortalece a disposição para o trabalho, como relatou E3: “você esquece um pouco dos problemas que tá passando”. Os sentimentos positivos gerados pela amizade também são fatores de estímulo, conforme Colbert et al. (2016), expressos em frases como “traz harmonia no dia a dia” (E6) e “socializar é bom, ainda mais com pessoas que gostam de você” (E11). O reconhecimento profissional dessas relações foi citado como motivação, reforçando a percepção de valor do trabalho. A partir dessas discussões, elaborou-se a Tabela 6.

Tabela 6

Articulação Teórico-empírica Sobre as Contribuições da Amizade para o Vigor

Dimensão	Subcategoria	Contribuições da amizade para vigor encontradas nesta pesquisa	Articulação teórica
Vigor	Resiliência	A contribuição da amizade se dá pelo apoio socioemocional seja em assuntos do trabalho ou em aspectos da vida pessoal.	Pettinger (2005); Argyle (2013); Ozelame et al. (2025).
	Energia e Vitalidade	O companheirismo contribui para a energia e vitalidade junto ao apoio socioemocional, mas amigos também podem desmotivar-se pelo contágio de emoções positivas ou negativas.	Argyle (2013); Colbert et al. (2016); Pillemer e Rothbard (2018).
	Força de vontade	A força de vontade é contribuída pelo apoio que é oferecido pelos amigos em situações difíceis, assim como pelo companheirismo e o reconhecimento do trabalho.	Argyle (2013); Colbert et al. (2016).

Fonte: Elaborada pelos autores.

Dessa forma, assim como observado na dimensão da dedicação, a amizade no trabalho pode apresentar aspectos que tanto contribuem quanto prejudicam a dimensão do vigor, dependendo de como o vínculo se desenvolve no ambiente laboral. Retoma-se, portanto, a ideia de que esse tipo de relação pode ser percebido como um recurso ou uma demanda de trabalho, conforme sugerido por Bakker e Demerouti (2007).

4.4 Contribuições da amizade para a absorção dos trabalhadores pesquisados

Para a absorção, a presente análise desenvolveu as subcategorias percepção de tempo, concentração e imersão. Sobre a percepção da passagem do tempo, os entrevistados relacionaram mais ao trabalho em si do que às amizades, como afirmou E8: “influencia a questão de quão ocupado eu vou estar, porque se eu estou com meus amigos ou não, eu mantenho a postura no meu trabalho”, alinhado a Schaufeli et al. (2002). Porém, alguns destacaram que a presença dos amigos faz o tempo passar mais rápido, como E3: “[...] é como se a hora não passasse”, em consonância com Argyle (2013) e Colbert et al. (2016).

Laços que Engajam: Contribuições das Relações de Amizade para o Engajamento no Trabalho

Efeitos negativos da amizade no trabalho também foram mencionados. Quanto à concentração, foi ressaltado que amigos podem distrair. E4, por exemplo, afirmou: “dependendo do assunto que tiver, aí vai desconcentrar”. Além disso, “conversas paralelas” (E9) podem prejudicar outros, levando à necessidade de estabelecer limites, assim como afirma E8: “[...] eu sempre tento parar e dizer: ‘olha, vamos trabalhar para não atrapalhar a produtividade do fluxo lá’”. A presença desses efeitos negativos relacionados à desconcentração, distração (Pillemer & Rothbard, 2018) e à produtividade (Blau, 1964; Dietz & Fasbender, 2022) vão ao encontro de estudos mencionados no referencial teórico. Ainda assim, o apoio moral dos amigos pode ajudar a manter o foco, como apontado por E11: “[...] o apoio moral do outro é importante”, em convergência com inferências de Furman (2001).

Sobre a imersão, muitos relataram que amigos atrapalham, como E8: “quebra totalmente toda a linha de raciocínio”, em convergência com Pillemer e Rothbard (2018). Dessa constatação emerge a necessidade de definições de limites na convivência (Blau, 1964; Dietz & Fasbender, 2022), assim como mencionou E7: “Você [precisa] falar: ‘ó, agora eu preciso me concentrar’”. Contudo, momentos de descontração com amigos podem ajudar a clarear o raciocínio em tarefas difíceis, como E1 explicou: “às vezes você se distrair com alguma coisa até ajuda a tirar o foco, para quando você voltar, aquilo ali está mais claro na sua cabeça”, em consonância com Colbert et al. (2016). Com base na análise da absorção, tem-se a Tabela 7.

Tabela 7

Articulação Teórico-empírica Sobre as Contribuições da Amizade para a Absorção

Dimensão	Subcategoria	Contribuições da amizade para absorção encontradas nesta pesquisa	Articulação teórica
	Percepção de tempo	Observou-se que a amizade pouco influencia a percepção do tempo passando mais rápido, mas a ausência dos amigos e dos sentimentos positivos pode fazer os colaboradores sentirem que o tempo não avança.	Schaufeli et al. (2002); Argyle (2013); Colbert et al. (2016).
Absorção	Concentração	Os entrevistados concordaram que amizades podem desviar a atenção das tarefas, destacando a importância de limites para evitar prejuízos. Porém, o apoio moral dos amigos pode ajudar na concentração.	Blau (1964); Furman (2001); Pillemer e Rothbard (2018); Dietz e Fasbender (2022).
	Imersão	Os amigos podem interromper a imersão com interações fora do trabalho, destacando a necessidade de limites. Contudo, essas distrações em momentos difíceis podem ajudar a descansar e renovar a mente.	Blau (1964); Colbert et al. (2016); Pillemer e Rothbard (2018); Dietz e Fasbender (2022).

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados indicaram que a relação entre amizade e absorção foi percebida pelos trabalhadores predominantemente sob uma perspectiva negativa. Contudo, também emergiram elementos positivos associados a essa dimensão, sugerindo que seus efeitos variam em função da forma como as interações de amizade são estabelecidas e vivenciadas no ambiente de trabalho. Nesse sentido, tais relações podem assumir características de recursos ou demandas de trabalho, em consonância com o Modelo Demandas e Recursos do Trabalho proposto por Bakker e Demerouti (2007), a depender do contexto e da natureza das interações observadas.

4.5 Amizade no trabalho e suas interfaces com comunicação, apoio socioemocional, limites, contágio psicológico e emocional e relação hierárquica

Outras categorias relevantes emergiram dos dados analisados no que diz respeito às contribuições da amizade no trabalho para o engajamento: comunicação, apoio

Laços que Engajam: Contribuições das Relações de Amizade para o Engajamento no Trabalho

socioemocional, limites, contágio psicológico e emocional e relação hierárquica.

A comunicação foi o tema mais citado, com 61 menções, sendo fundamental para a amizade no trabalho, influenciando laços, confiança, apoio, limites, feedback e compartilhamento de experiências. Como disse E2: “quando há uma melhor comunicação, o entendimento entre as partes é melhor, as pessoas conseguem se entender mais e, com isso, diminuem as barreiras, tanto profissionais como pessoais”. Esse achado sugere que a comunicação constitui um elemento estruturante das relações de amizade, favorecendo a redução de barreiras interpessoais e o fortalecimento dos vínculos sociais estabelecidos no contexto organizacional, em consonância com as contribuições teóricas de Blau (1964), Furman (2001), Berman et al. (2002) e Argyle (2013).

Sobre apoio socioemocional, E11 relatou: “cheguei para mim com um copinho de café, colocou o leite na minha frente e falou assim: ‘tome, respire e depois você volte’”, evidenciando como esse suporte impacta dedicação, vigor e absorção, prevenindo o esgotamento, conforme Argyle (2013) e Furman (2001).

Quanto aos limites, essenciais para a dinâmica da amizade no trabalho, E7 destacou a importância do contexto (Fehr, 1996) e das expectativas da amizade alinhadas às do trabalho (Blau, 1964; Dietz & Fasbender, 2022): “[...] eu observo assim a dinâmica da rotina das pessoas. Qual é o limite e a intensidade, o nível e a quantidade em que elas querem que eu atue na vida delas”.

Ainda sobre os limites, E8 fez destaques para algumas questões éticas e de profissionalismo, expondo que é necessário “saber separar”, pois houve uma situação na qual ele teve a necessidade de chamar a atenção de um colaborador que era seu amigo, o que chateou o advertido. Tais posicionamentos demonstram que, em alguns momentos, há uma expectativa de uma das partes para que o amigo seja conivente com comportamentos contrários às regras, deveres e responsabilidades inerentes ao trabalho e à organização. Tais achados reforçam inferências de estudos anteriores de que a amizade no trabalho também pode gerar efeitos negativos relacionados ao silenciamento de críticas (Wang et al., 2025), dualidade de papéis (Dietz & Fasbender, 2022) e sobrecarga emocional (Fasbender et al., 2023; Ozelame et al., 2025).

Outro aspecto identificado refere-se ao contágio psicológico e emocional decorrente das relações de amizade no ambiente de trabalho, caracterizado pela absorção e replicação de estados afetivos entre os indivíduos. Os relatos de E4 e E2 evidenciam que emoções positivas, como felicidade e entusiasmo, tendem a ser compartilhadas entre amigos, assim como emoções negativas, a exemplo da tristeza e da raiva.

Conforme relatou E2, “às vezes a pessoa está em uma vibe tão ruim que, mesmo tentando ajudar, a gente acaba sendo contaminado”. Tal percepção sugere que as relações de amizade favorecem a circulação de estados emocionais entre os trabalhadores, influenciando suas experiências e comportamentos no contexto organizacional.

Esse achado encontra respaldo no conceito de contágio emocional por retroalimentação proposto por Hatfield et al. (1993), segundo o qual alterações fisiológicas e psicológicas levam os indivíduos a experimentar emoções semelhantes às observadas em outras pessoas. De modo complementar, os relatos também remetem a processos empáticos que podem produzir consequências tanto positivas quanto negativas para os envolvidos (Colbert et al., 2016; Pillemer & Rothbard, 2018). No contexto investigado, a disseminação de emoções negativas mostrou-se particularmente relevante, uma vez que, conforme argumentam Fasbender et al. (2023), esse processo pode contribuir para o aumento da exaustão ocupacional, favorecendo a emergência de conflitos interpessoais e comportamentos de incivilidade entre colegas de trabalho.

Sobre as relações hierárquicas, verticais e horizontais, E8 também destacou que a amizade entre superior e subordinado exige respeito às nuances dessa relação: “a pessoa precisa entender que existe essa subordinação e aceitar, ter responsabilidade e compreensão, porque muitas vezes pode haver confusão”. Isso reforça as influências do contexto (Fehr, 1996) e das expectativas da amizade que coexistem com as do trabalho (Blau, 1964; Dietz & Fasbender, 2022).

Em complemento, E6 ainda relata sobre o uso instrumental da amizade relatando que alguns colaboradores se aproximavam dos seus superiores para “se proteger ou conseguir vantagem”, seja por conta do desejo de obter estabilidade no seu emprego perante a incerteza do trabalho terceirizado (Ozelame et al., 2025) ou até mesmo para “conseguir uma vaga melhor” por fazer parte do grupo de amigos de um determinado funcionário concursado com maior poder de decisão. Nesse ponto, E6 colocou que tais interações têm implicações emocionais e profissionais uma vez que também podem ocorrer exclusões de colaboradores que não fazem parte da “panela”, conforme também visto por Mandarini e Sticca (2019) e Fasbender et al. (2023).

Diante dos achados relacionados às amizades no ambiente de trabalho e suas interfaces com a comunicação, o apoio socioemocional, os limites interpessoais, o contágio psicológico e emocional e as relações hierárquicas, a Tabela 8 apresenta uma síntese dos principais elementos identificados na pesquisa.

Laços que Engajam: Contribuições das Relações de Amizade para o Engajamento no Trabalho

Tabela 8

Síntese das Outras Categorias Relevantes

Dimensão	Síntese	Articulação teórica
Comunicação	Destacou-se que a comunicação é essencial para construir vínculos, confiança, apoio e compartilhar afinidades e expectativas na amizade no trabalho.	Blau (1964); Furman (2001); Berman et al. (2002); Argyle (2013).
Apoio socioemocional	O apoio socioemocional surge como uma forma de demonstração do companheirismo e cooperação em momentos de dificuldade, seja no trabalho ou na vida pessoal.	Furman (2001); Argyle (2013).
Limites	No contexto desta pesquisa, os limites surgem como consequência das expectativas que a díade pode criar por estar dentro do trabalho, sendo algo que vai determinar como essa relação irá ocorrer.	Blau (1964); Fehr (1996); Mandarinini e Sticca (2019); Dietz e Fasbender (2022); Fasbender et al. (2023).
Contágio psicológico e emocional	O contágio emocional, resultado da empatia na díade, pode gerar motivação ou desmotivação no trabalho.	Berman et al. (2002); Argyle (2013); Colbert et al. (2016); Pillemer e Rothbard (2018).
Relação hierárquica	Outro fator que define a amizade no trabalho é a necessidade de normas de convivência para conciliar as expectativas da amizade com as do ambiente hierárquico organizacional, além do potencial uso instrumental da amizade para superar incertezas próprias do trabalho ou obter vantagens.	Blau (1964); Fehr (1996); Mandarinini e Sticca (2019); Dietz e Fasbender (2022); Fasbender et al. (2023), Ozelame et al. (2025).

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 8 apresenta uma síntese das informações coletadas sobre essas categorias. É possível observar que elas perpassam o fenômeno da amizade no ambiente de trabalho, potencializando efeitos que podem favorecer indivíduos, equipes e organização, como também podem estimular tensões inter-relacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou como a amizade no trabalho contribui para o engajamento de empregados terceirizados em uma central de fiscalização de um banco público brasileiro. Os resultados revelaram que a amizade no trabalho não ocorre como um fenômeno exclusivamente positivo ou negativo para o engajamento. Seus efeitos dependem da qualidade das interações estabelecidas, das expectativas construídas na relação e da capacidade dos trabalhadores de conciliar as demandas da amizade com as exigências do contexto organizacional. Tais achados reforçam a compreensão da amizade como um recurso social capaz de fortalecer o engajamento, mas que também pode se converter em uma demanda ocupacional quando produz tensões emocionais, conflitos de papéis ou dificuldades relacionadas ao estabelecimento de limites interpessoais.

Considerando as três dimensões do engajamento analisadas, observou-se que a amizade apresentou maior potencial de contribuição para a dedicação e o vigor, principalmente por meio do apoio socioemocional, do reconhecimento interpessoal, da ressignificação do valor das atividades realizadas, do companheirismo e do fortalecimento do entusiasmo para o trabalho. Contudo, seus efeitos sobre a absorção revelaram-se mais ambíguos, uma vez que as mesmas interações capazes de gerar bem-estar, recuperação psicológica e renovação da disposição para o trabalho também podem favorecer distrações, interrupções e dificuldades de concentração. Esse resultado sugere que os benefícios da amizade não se distribuem de maneira homogênea entre as dimensões do engajamento, revelando nuances importantes para a compreensão do fenômeno.

Foram identificados elementos que perpassam a relação entre amizade e engajamento, especialmente a comunicação, o apoio socioemocional, o estabelecimento de limites, as relações hierárquicas e os processos de contágio emocional. Mais do que características periféricas, esses elementos mostraram-se mecanismos por meio dos quais a amizade produz seus efeitos sobre a experiência no trabalho. Assim, os resultados sugerem que não é a simples existência de vínculos de amizade que favorece o engajamento, mas a forma como esses vínculos são construídos, mantidos e gerenciados no cotidiano organizacional.

Efeitos positivos da amizade predominaram nesta pesquisa. Mas também foram identificadas consequências potencialmente prejudiciais das amizades no trabalho. Aspectos como dualidade de papéis, sobrecarga emocional, contágio de emoções

Laços que Engajam: Contribuições das Relações de Amizade para o Engajamento no Trabalho

negativas, dificuldades em separar interesses pessoais e profissionais e uso instrumental das relações evidenciam que a amizade pode gerar impactos para indivíduos, equipes e organizações. Os resultados reforçam a compreensão da amizade como um fenômeno complexo e ambivalente, cujos benefícios dependem do estabelecimento de limites claros e do respeito às responsabilidades profissionais e organizacionais.

Este estudo contribui ao seu campo de pesquisa ao evidenciar que a amizade no trabalho constitui um fenômeno relacional complexo, cujos efeitos sobre o engajamento podem ser simultaneamente positivos e negativos. Contribui também ao ampliar a compreensão do tema no contexto de trabalhadores terceirizados, sugerindo que características do vínculo empregatício influenciam as relações interpessoais. As contribuições empíricas desta pesquisa indicam que ambientes que favorecem interações saudáveis podem fortalecer o engajamento, o bem-estar e a cooperação, desde que sejam preservados limites éticos e profissionais na convivência entre os trabalhadores.

Como limitações da pesquisa, destaca-se o número de participantes entrevistados e a realização do estudo em apenas um contexto organizacional específico, fatores que restringem a generalização dos resultados. Adicionalmente, a utilização exclusiva de relatos dos participantes pode estar sujeita a vieses de memória, interpretação e deseabilidade social. Como sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se investigações sobre os mecanismos de contágio emocional e psicológico nas organizações, especialmente no que se refere aos seus efeitos negativos sobre o bem-estar e o desempenho profissional.

REFERÊNCIAS

- Abdulmuhsin, A. A., AL-Taie, A. A. A., Dbesan, A. H., Alkhwaldi, A. F., & Samara, H. (2025). Impact of the organizational dimension of workplace friendship on knowledge management processes: An Islamic higher education perspective. *Journal of Islamic Accounting and Business Research*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1108/JIABR-10-2023-0364>
- Alnagbi, M. A., Aldabbas, H., Gernal, L., Elamin, A. M., & Ahmed, A. Z. (2025). Work engagement and individual work performance in the UAE: The mediating role of work-life balance. *Frontiers in Sociology*, 10, Article 1567207. <https://doi.org/10.3389/fsoc.2025.1567207>

- Andika, W., Daud, I., Azazi, A., Setiawan, H., & Fitriana, A. (2023). Nurses' demands and resources at work: Workload, workplace friendship, positive affect, work engagement on performance. *Enrichment: Journal of Management*, 13(5), 3123–3135.
- Argyle, M. (2013). *The psychology of happiness*. Routledge.
- Ariyabuddhipongs, V., & Boonsanong, C. (2019). Workplace friendship, trust in the leader and turnover intention: The mediating effects of work engagement. *International Journal of Human Resource Studies*, 9(4), 184–204. <https://doi.org/10.5296/ijhrs.v9i4.15618>
- Auhagen, A. E., & Von Salisch, M. (Eds.). (1996). *The diversity of human relationships*. Cambridge University Press.
- Bakker, A. B., Albrecht, S. L., & Leiter, M. P. (2011). Work engagement: Further reflections on the state of play. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 20(1), 74–88. <https://doi.org/10.1080/1359432X.2010.546711>
- Bakker, A. B., & Demerouti, E. (2007). The job demands-resources model: State of the art. *Journal of Managerial Psychology*, 22(3), 309–328. <https://doi.org/10.1108/02683940710733115>
- Balaban, Ö., & Özsoy, E. (2016). Effects of workplace friendship on individual outcomes. *Bartın University Journal of Faculty of Economics & Administrative Sciences*, 7(13).
- Berman, E. M., West, J. P., & Richter Júnior, M. N. (2002). Workplace relations: Friendship patterns and consequences (according to managers). *Public Administration Review*, 62(2), 217–230. <https://doi.org/10.1111/0033-3352.00172>
- Blau, P. (1964). *Exchange and power in social life*. Wiley.
- Braga, N. L., de Carvalho, R. G., Martins, J. W. L., Matos, T. G. R., Maciel, R. H., & Lopes, I. P. (2020). Análise de redes sociais informais de amizade, confiança e aprendizagem em um restaurante. *Revista de Administração da UFSM*, 13, 1255–1271. <https://doi.org/10.5902/1983465932397>
- Chen, Y. C., Wang, Y. H., & Chu, H. C. (2024). Meta-analytic structural equation modeling for exploring workplace friendship, well-being, and organizational commitment. *Work*, 79(3), 1039–1053. <https://doi.org/10.3233/WOR-230482>

- Choi, Y., & Ko, S. H. (2020). Roses with or without thorns? A theoretical model of workplace friendship. *Cogent Psychology*, 7(1), Article 1761041. <https://doi.org/10.1080/23311908.2020.1761041>
- Colbert, A. E., Bono, J. E., & Purvanova, R. K. (2016). Flourishing via workplace relationships: Moving beyond instrumental support. *Academy of Management Journal*, 59(4), 1199–1223. <https://doi.org/10.5465/amj.2014.0506>
- Dietz, L., & Fasbender, U. (2022). Age-diverse workplace friendship: A systematic literature review and recommendations for future research. *Work, Aging and Retirement*, 8(2), 163–197. <https://doi.org/10.1093/workar/waab028>
- Fasbender, U., Burmeister, A., & Wang, M. (2023). Managing the risks and side effects of workplace friendships: The moderating role of workplace friendship self-efficacy. *Journal of Vocational Behavior*, 143, Article 103875. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2023.103875>
- Fehr, B. (1996). *Friendship processes* (Vol. 12). Sage.
- Furman, W. (2001). Working models of friendships. *Journal of Social and Personal Relationships*, 18(5), 583–602. <https://doi.org/10.1177/0265407501185002>
- Guimarães, D. E. L., Soares, C. S., Zonatto, V. C. S., Santos, E. A., & Gonzaga, R. P. (2023). Efeitos da justiça organizacional na relação entre consistência na gestão de desempenho e engajamento no trabalho. *Estudios Gerenciales*, 39(168), 368–378. <https://doi.org/10.18046/j.estger.2023.168.5951>
- Han, M., Hu, E., Zhao, J., & Shan, H. (2025). High performance work systems and employee performance: The roles of employee well-being and workplace friendship. *Human Resource Development International*, 28(1), 36–55. <https://doi.org/10.1080/13678868.2023.2268488>
- Hatfield, E., Cacioppo, J. T., & Rapson, R. L. (1993). Emotional contagion. *Current Directions in Psychological Science*, 2(3), 96–100. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.ep10770953>
- Kahn, W. A. (1990). Psychological conditions of personal engagement and disengagement at work. *Academy of Management Journal*, 33(4), 692–724. <https://doi.org/10.5465/256287>
- Kalra, S. (2014). Workplace friendship, employee engagement and job burnout: A case of relationship study in BPO sector of Delhi, NCR. *International Journal in Management & Social Science*, 2(12), 147–157.

- Khairy, H. A., Agina, M. F., Aliane, N., & Hashad, M. E. (2023). Internal branding in hotels: Interaction effects of employee engagement, workplace friendship, and organizational citizenship behavior. *Sustainability*, 15(5), Article 4530. <https://doi.org/10.3390/su15054530>
- Malheiros, M. B., Rossato, V. P., Wegner, R. D. S., & Andrade, T. D. (2024). Benefícios e desafios da amizade no ambiente de trabalho: Revisão sistemática e agenda de pesquisa. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 30(2), 1192–1220. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.410.136096>
- Mandarini, M. B., & Sticca, M. G. (2019). Fatores de risco psicossocial relacionados ao estresse em trabalhadores terceirizados: Uma revisão. *Psicologia em Pesquisa*, 13(1), 12–21. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2019.v13.23723>
- Martins, P. C. P., & Machado, P. G. B. (2022). Processo de validação de escala de engajamento no trabalho para população brasileira. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 38, Article e38511. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e38511.pt>
- Maslach, C., Jackson, S. E., & Leiter, M. P. (1997). *Maslach Burnout Inventory*. Scarecrow Education.
- Min, Y. A., Hao, M., Yang, X., Ling, D. Y., & Yuan, J. S. (2024). How employee corporate social responsibility participation promotes pro-environmental behavior. *Frontiers in Earth Science*, 12, Article 1393386. <https://doi.org/10.3389/feart.2024.1393386>
- Moraes, R. M. D., Istoe, R. S. C., & Miranda, V. A. (2023). How political skill and work engagement differ by hierarchical level: Evidence from Brazil. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 25(4), 533–550. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v25i4.4242>
- Nielsen, I. K., Jex, S. M., & Adams, G. A. (2000). Development and validation of scores on a two-dimensional workplace friendship scale. *Educational and Psychological Measurement*, 60(4), 628–643. <https://doi.org/10.1177/00131640021970655>
- Obregon, S. L., Schwaab, K. S., Lopes, L. F. D., & Ceretta, P. S. (2021). Engajamento no trabalho e síndrome de burnout: Uma análise estrutural com abordagem quantílica. *Revista Alcance*, 28(1), 67–81. [https://doi.org/10.14210/alcance.v28n1\(jan/abr\).p67-81](https://doi.org/10.14210/alcance.v28n1(jan/abr).p67-81)

Laços que Engajam: Contribuições das Relações de Amizade para o Engajamento no Trabalho

- Ozelame, A. C. L., Santos, L. F. L., Ruffatto, J., Dal Moro, L., & Costa, C. (2025). Terceirização e bem-estar no trabalho: Um estudo sobre insegurança laboral, identificação organizacional, engajamento e exaustão. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 25, Article e25945. <https://doi.org/10.5935/rpot/2025.25945>
- Pettinger, L. (2005). Friends, relations and colleagues: The blurred boundaries of the workplace. *The Sociological Review*, 53(2_suppl), 37–55. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2005.00571.x>
- Pillemer, J., & Rothbard, N. P. (2018). Friends without benefits: Understanding the dark sides of workplace friendship. *Academy of Management Review*, 43(4), 635–660. <https://doi.org/10.5465/amr.2016.0309>
- Poku, C. A., Bayuo, J., Agyare, V. A., Sarkodie, N. K., & Bam, V. (2025). Work engagement, resilience and turnover intentions among nurses: A mediation analysis. *BMC Health Services Research*, 25(1), Article 71. <https://doi.org/10.1186/s12913-025-12242-6>
- Porto, J. B., Oliveira-Silva, L. C., & Martins, E. C. (2019). Quanto mais melhor? O efeito da compatibilidade pessoa-trabalho no engajamento. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 19(4), 827–835. <https://doi.org/10.17652/rpot/2019.4.17418>
- Presbitero, A., Fujimoto, Y., & Lim, W. M. (2025). Employee engagement and retention in multicultural work groups: The interplay of employee and supervisory cultural intelligence. *Journal of Business Research*, 186, Article 115012. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2024.115012>
- Salanova, M., & Schaufeli, W. B. (2008). A cross-national study of work engagement as a mediator between job resources and proactive behaviour. *The International Journal of Human Resource Management*, 19(1), 116–131. <https://doi.org/10.1080/09585190701763982>
- Santos, F. B. D., Lourenção, L. G., Vieira, E., Ximenes, F. R. G., Oliveira, A. M. N. D., Oliveira, J. F. D., ... Arroyo, T. R. (2021). Estresse ocupacional e engajamento no trabalho entre policiais militares. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(12), 5987–5996. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.14782021>

- Santos, M. M. O., Quel, L. F., Vieira, A. M., & Rosini, A. M. (2019). Indicadores de desempenho e engajamento profissional em organizações inovadoras. *Revista de Gestão e Secretariado*, 10(1), 192–212. <https://doi.org/10.7769/gesec.v10i1.874>
- Schaufeli, W. B., & Bakker, A. B. (2004). Job demands, job resources, and their relationship with burnout and engagement: A multi-sample study. *Journal of Organizational Behavior*, 25(3), 293–315. <https://doi.org/10.1002/job.248>
- Schaufeli, W. B., Salanova, M., González-Romá, V., & Bakker, A. B. (2002). The measurement of engagement and burnout: A two sample confirmatory factor analytic approach. *Journal of Happiness Studies*, 3(1), 71–92. <https://doi.org/10.1023/A:1015630930326>
- Schaufeli, W. B., & Salanova, M. (2011). Work engagement: On how to better catch a slippery concept. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 20(1), 39–46. <https://doi.org/10.1080/1359432X.2010.515981>
- Schaufeli, W. B., & Taris, T. W. (2014). A critical review of the job demands-resources model: Implications for improving work and health. In G. F. Bauer & O. Hämmig (Eds.), *Bridging occupational, organizational and public health: A transdisciplinary approach* (pp. 43–68). Springer. https://doi.org/10.1007/978-94-007-5640-3_4
- Schultz, Á. L. V., Dotta, R. M., Stock, B. S., & Dias, M. T. G. (2022). A precarização do trabalho no contexto da atenção primária à saúde no sistema prisional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(12), 4407–4414. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222712.11402022>
- Sias, P. M., Heath, R. G., Perry, T., Silva, D., & Fix, B. (2004). Narratives of workplace friendship deterioration. *Journal of Social and Personal Relationships*, 21(3), 321–340. <https://doi.org/10.1177/0265407504042835>
- Silva, F. F. R., Paschoal, T., & Coelho Júnior, F. A. (2024). Engajamento no trabalho e identificação com o propósito organizacional: Um estudo no Senado Federal. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 22, Article e92710. <https://doi.org/10.19094/contextus.2024.92710>
- Siregar, M. A. F. (2024). Pengaruh workplace friendship terhadap organizational citizenship behavior dengan work engagement sebagai variable mediasi pada kantor pusat Perumda Tirtanadi Sumatera Utara. *Jurnal Akuntansi, Manajemen dan Ilmu Ekonomi (Jasmien)*, 5(1), 532–541.

Laços que Engajam: Contribuições das Relações de Amizade para o Engajamento no Trabalho

- Wang, S., Liu, Y., Lou, Z., & Chen, Y. (2025). The double-edged sword of workplace friendship: Exploring when and how workplace friendship promotes versus inhibits voice behavior. *The Journal of General Psychology, 152*(1), 1–35. <https://doi.org/10.1080/00221309.2024.2334723>
- Yan, C. H., Ni, J. J., Chien, Y. Y., & Lo, C. F. (2021). Does workplace friendship promote or hinder hotel employees' work engagement? The role of role ambiguity. *Journal of Hospitality and Tourism Management, 46*, 205–214. <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2020.12.009>

Eros, Thanatos, e Ideal do Eu no Conto *Ligeia*, de Edgar Allan Poe

José Martins

Instituto Superior Miguel Torga - jpedrofsmartins@gmail.com

Henrique Testa Vicente

Instituto Superior Miguel Torga - henrique.t.vicente@gmail.com

Carlos Farate

Instituto Superior Miguel Torga - ccfarate@gmail.com

Resumo

Ligeia é uma obra literária escrita por Edgar Allan Poe, publicada pela primeira vez em 1838, que retrata um amor obsessivo do narrador – frequentemente interpretado como alter ego do escritor – pela sua falecida esposa, Lady Ligeia, cuja figura ressurgue fantasmaticamente no desfecho da ficção narrativa. Nesta investigação, os autores exploram o funcionamento mental do narrador, em analogia autobiográfica com o autor da obra, partindo da hipótese de que a narrativa traduz aspetos significativos da sua vida psíquica, no quadro de uma análise de conteúdo psicanalítico da narrativa centrada nos conceitos freudianos da dualidade de Eros e de Thanatos e da sublimação poética narcísica do eu ideal no ideal do eu.

O artigo é estruturado pela triangulação dos dados recolhidos relativamente ao percurso existencial e literário de Edgar Allan Poe, à desconstrução da trama ficcional da narrativa romanceada e aos conceitos psicanalíticos selecionados, de modo a identificar indícios das suas manifestações no conto, nas suas per-

sonagens e no possível funcionamento psíquico do autor.

A análise de conteúdo psicanalítico revelou que a pulsão de morte opera pela compulsão de repetição da experiência traumática da perda originária, reencenada a cada passo na narrativa, sendo finalmente resolvida pela restituição narcísica fantasmática do objeto idealizado, que restaura o eu ideal ferido pela recuperação da relação idealizada associada a Lady Ligeia. Este processo autoriza o eu ideal a manter o investimento idealizado do amor materno originário e concretiza alucinatoriamente, na poética do sonho narrado, o desejo egóico de superação da perda traumática originária. Finalmente, o conto parece configurar a reparação fantasmática de tonalidade onírica (dream-like) do ideal do eu adulto do narrador-autor, ou do autor-narrador, sob o modo do wish-fulfillment que faz reviver fantasmaticamente o objeto perdido, pela sua imortalização pelo sujeito da narrativa.

Palavras-chave: Dualidade da pulsão de vida e da pulsão de morte, Ideal do Eu, *Ligeia*, Edgar Allan Poe.

Eros, Thanatos, and the Ideal of the Ego in Edgar Allan Poe's short story "Ligeia"

Abstract

Ligeia is a literary work written by Edgar Allan Poe, first published in 1838, which depicts the obsessive love of a narrator—often interpreted as the writer's alter ego—for his deceased wife, Lady Ligeia, whose figure phantasmatically reemerges at the conclusion of the narrative. In this investigation, the authors explore the narrator's mental functioning through an autobiographical analogy with the author, advancing the hypothesis that the narrative reflects significant aspects of the author's psychic life, within the framework of a psychoanalytic content analysis grounded in the Freudian concepts of the duality of Eros and Thanatos and the narcissistic poetic sublimation of the ideal ego into the ego ideal.

This article is structured around a triangulation of data drawn from Edgar Allan Poe's existential and literary trajectory, the deconstruction of the fictional plot, and the selected psychoanalytic concepts, in order to identify traces of their manifestation within the tale, its characters, and the possible psychic function-

ing of the author.

The psychoanalytic content analysis revealed that the death drive operates through the compulsion to repeat the traumatic experience of the originary loss, continuously reenacted throughout the narrative and ultimately resolved through the phantasmatic narcissistic restitution of the idealized object, which restores the wounded ideal ego by reclaiming the idealized elation associated with Lady Ligeia. This process enables the ideal ego to maintain the idealized investment in the originary maternal love and hallucinatorily fulfills, within the poetics of the narrated dream, the egoic wish to overcome the primordial traumatic loss. Finally, the tale appears to configure a phantasmatic, dream-like reparation of the adult ego ideal of the narrator-author—or author-narrator—, operating in the mode of wish-fulfillment, through which the lost object is phantasmatically revived via its immortalization within the narrative discourse.

Keywords: Duality of life drive and death drive, Ego ideal, Ligeia, Edgar Allan Poe.

INTRODUÇÃO

O percurso existencial

Nascido em Boston, a 19 de Janeiro de 1809, Edgar Allan Poe viu os seus primeiros anos de vida suscetibilizarem-no a uma instabilidade psíquica estrutural, que marcou decisivamente a sua vida e obra literária, sempre profundamente entrelaçadas. Filho de pais tuberculosos, o infante experimentou precocemente o impacto

traumático da separação – num primeiro momento, o desaparecimento misterioso do pai David Poe Jr. em julho de 1810, seguido dos longos meses de declínio da mãe Elizabeth Arnold Poe, até à sua morte em dezembro de 1811 (Bonaparte, 1933/1949).

Assim, a um mês de completar três anos de idade, a vida de Edgar Poe parecia vaticinada a um destino implacável: órfão, sem herança e entregue precariamente aos cuidados da companhia teatral dos falecidos progenitores. Foi a sua beleza e inteligência singulares que terão atraído o interesse e o instinto maternal de Frances Keeling Allan, esposa de John Allan, o que resultou numa adoção e na mudança drástica do seu destino. John Allan, descrito como um homem autoritário, cumpridor dos modelos educacionais mais severos da época, parece ter agido como uma figura parental castradora durante a infância e a adolescência de Poe. Já Frances, tratada em várias cartas por "Ma", parece ter assumido uma atitude piedosa e protetora em contraste com a severidade do pai adotivo. Acabou assim por ter o papel de figura maternal marcante e protetora que salvaguardou a permanência do jovem Poe no seio familiar, obviando à repetição da desagregação da família originária. Talvez por isto, os atritos no relacionamento afetivo de Edgar e John tenham sido inúmeros, sendo Frances a figura parental afetuosa e mediadora, verdadeira figura materna substituta para o jovem Edgar, ao longo da sua vinculação com a família (Bonaparte, 1933/1949).

Aos seis anos de idade, durante uma viagem com a família adotiva pela Escócia e Inglaterra, iniciou a trajetória académica numa escola privada em Stoke Newington, nos arredores de Londres. Frequentou-a durante cinco anos e era descrito como um rapaz esperto, desenvolto tanto nos estudos como nas atividades desportivas; obteve notas altas como estudante de latim, e familiarizou-se desde logo com autores britânicos como Shakespeare e Walter Scott (Kennedy, 2001). Após complicações nos negócios empresariais de John Allan, que levaram à viagem à Europa, Edgar foi retirado da escola em Stoke Newington e regressou ao continente americano, onde continuou a receber educação em Richmond, sob a orientação dos melhores tutores que a cidade oferecia. Também nessa época, as descrições relativamente à sua supremacia na formação intelectual e à sua notável habilidade física levaram à sua conquista do estatuto de um dos mais cotados alunos de Richmond (Pruette, 1920).

A partir de 1826, com a entrada na Universidade da Virgínia, em Charlottesville, a sua vida voltou a tomar um rumo negativo. Apesar de, nos tempos iniciais, continuar a mostrar um grande talento académico, com aptidões para a matemática, botânica e outros ramos das ciências naturais (Baudelaire, 1852/2008), parece ter sido

durante esse percurso acadêmico que se iniciaram os comportamentos errantes que o acompanharam ao longo da sua vida – entre eles, os vícios do jogo e do alcoolismo. Segundo Bonaparte (1933/1949), essas condutas parecem reenviar à tentativa de superação das dificuldades vividas nessa época, sobretudo financeiras, o que culminou na deriva em dinâmicas aditivas, que acabaram por colocá-lo invariavelmente em situação de dívida quase permanente e conduziram ao abandono dos estudos universitários, no mesmo ano da sua entrada.

No regresso à residência dos Allan em Richmond, a tensão no relacionamento entre Edgar e o pai adotivo intensificou-se. A partir das cartas trocadas em março de 1827 é possível perceber que foi neste período que se deu o abandono de Edgar da residência familiar: *"My determination is at length taken — to leave your house and endeavor to find some place in this wide world, where I will be treated — not as you have treated me (...) Again, I have heard you say (when you little thought I was listening and therefore must have said it in earnest) that you had no affection for me"* (Poe, 1948, p. 7). Para além da ausência de afetividade, Edgar acusa ainda John Allan de não aceitar o seu gosto pela literatura ou o talento literário que começava a despontar.

Como consequência do conflito, o jovem Edgar parte para Boston, onde fica novamente condenado à pobreza, renunciada desde muito cedo na sua vida. De modo a contrariá-la, apoia-se nos seus escritos, e, ainda em 1827, publica *Tamerlane and other poems*, a sua primeira coletânea de poemas, com forte influência e inspiração em Lord Byron. Esta publicação atraiu uma atenção inicial sobre a sua obra, e permitiu-lhe, muito particularmente, saborear o prazer de ser um autor precoce, já que alguns dos poemas tinham sido escritos quando tinha apenas doze anos, um feito nunca antes alcançado por outro poeta de língua inglesa (Pruette, 1920).

A despeito da precocidade e da genialidade no campo literário, Edgar começa a evidenciar uma personalidade inconstante e incontrolável, marcada pela instabilidade emocional e pela pusilanimidade. Acentuam-se igualmente as condutas compulsivas que alternam entre a sobriedade e a embriaguez. Ainda assim, sem o efeito degradante e tóxico que a bebida lhe causava, era descrito como uma pessoa graciosa, bastante respeitável, afável e serena. Já nos momentos mais sombrios, era imprudente na sua aparência, tornava-se violento e temperamental, roçava a ofensa com a sua linguagem insolente e agressiva; era em todos os aspetos intoleravelmente indecente (Briggs, 1877).

A sua personalidade é ainda marcada pelo egoísmo e pela vaidade, expressos em gestos de arrogância intelectual impulsiva, não raro menosprezivos. A este propósito,

manifestava um marcado desprezo por tudo aquilo que interpretava como sendo da ordem da ignorância arrogante: numa carta endereçada a Mrs. Sarah Helen Whitman, com data de 18 de outubro de 1848, pode ler-se "*whether in literature or in society, I have seldom refrained from expressing, either directly or indirectly, the pure contempt with which the pretensions of ignorance, arrogance, or imbecility inspire me*" (Poe, 1948, p. 394). Foi essencialmente esse desprezo e a necessidade de reconhecimento da sua própria superioridade intelectual – visíveis nas suas críticas literárias – que se tornaram a marca d'água da atitude depreciativa em relação ao outro. A este propósito, Baudelaire (1857/2012) considera que Poe parecia não se interessar por nada que o afastasse da literatura e do anseio de reputação literária.

Apesar do seu génio ter sido reconhecido pelo povo americano, o positivismo e o orgulho dominantes na mentalidade de uma nação que se fortalecia industrialmente, conduziam à desvalorização de temas como o isolamento, a melancolia e a dor que o autor, inspirado pela trajetória existencial, transmitia na sua obra (Baudelaire, 1852/2008). Com efeito, a sua primeira coletânea não obteve o sucesso financeiro desejado, o que obviou a que Poe pudesse subsistir da atividade literária e o obrigou a alistar-se no exército em maio de 1827 (Bonaparte, 1933/1949). Mas a inspiração poética nunca o deserta e escreve o *El Aaraaf*, que dois anos mais tarde irá integrar o seu segundo livro, inspirado em P. B. Shelley, *Al Aaraaf, Tamerlane and Minor Poems* (Fisher, 2008).

Também volta a experienciar a perda material e afetiva que acompanha a sua vida desde muito cedo, já que, enquanto decorria o seu serviço militar, a 28 de fevereiro de 1829, a sua mãe afetiva, Frances Allan, morre, em Richmond, vitimada por doença desconhecida. A perda de mais uma figura materna impactou Poe fortemente, sob a forma de um "luto" psíquico muito doloroso que, mais uma vez, o desregulou emocionalmente. Desaparece, assim, o elo afetivo à família Allan, o que reacende os atritos relacionais entre Edgar e John. No entanto, Poe mantinha a esperança de receber alguma herança e de poder dedicar-se na totalidade à sua arte, o que nunca aconteceu. Como consequência, entrou na Academia Militar de West Point, claramente contra a sua própria vontade, e preparou aquele que viria a ser o seu último volume de poesia publicado em vida, intitulado *Poems*. Até à morte do pai adotivo, em março de 1834, o conflito manteve-se, e os seus relacionamentos fundamentaram-se sobretudo nas tentativas desesperadas de Edgar em receber algum dinheiro que o tirasse do estado de pobreza em que subsistia (Bonaparte, 1933/1949; Fisher, 2008).

Após a dispensa por desobediência em West Point, no mesmo ano de entrada (1830), regressou a Baltimore e instalou-se na casa da sua tia viúva, Maria Clemm, e da sua prima de primeiro grau, Virgínia Clemm. Os seis anos que se seguiram – alguns dos quais envoltos em mistério – foram marcados por períodos de grande precariedade e de pobreza, mas também de avanços significativos na sua produção artística.

O dinamismo que a carreira de Poe começava a alcançar foi, contudo, abruptamente interrompido. A sua presunção relativamente à estabilidade financeira alcançada pelo crescente reconhecimento do seu trabalho, conduziu-o, em 1836, à decisão de casar com a sua prima Virgínia, uma jovem sem um cêntimo em seu nome, também ela condenada a um fatídico destino. Virgínia, a sua "*darling*", "*Sissy*" ou "*little wifey*" (Kennedy, 2001, p. 35) tinha treze anos na altura do casamento, enquanto Poe contava vinte e sete anos. Era uma figura infantil inocente e frágil, dotada de um rosto de expressão angelical e de uma beleza muito atraente (Bonaparte, 1933/1949).

A natureza incestuosa e, em aparência, sexualmente amorfa, de um relacionamento pautado essencialmente pelo respeito e pela devoção narcísica do objeto idealizado, poderá reenviar à reflexão imaginária do eu ideal de Poe numa infante-musa, que satisfaz momentaneamente um ideal do eu em busca de reparação. Por outro lado, o carácter inefável deste relacionamento sexual-amoroso é ainda reforçado por outros dados da realidade. Em primeiro lugar, há evidências de que Virgínia sofria de tuberculose, doença que, ao progredir, pode ter contribuído para o desenvolvimento precoce de uma impotência libidinal invalidante (Pruette, 1920). Por outro lado, a interpretação psicológica do conteúdo do conto "*Loss of Breath*" permite especular sobre a possibilidade de uma confissão metafórica da impotência do próprio Poe (Warner, 1991). Finalmente, Virgínia era extremamente nova para a intimidade sexual adulta, o que parece indicar que a natureza íntima dessa vinculação tenha sido pautada pelo carácter idealizado, narcísico e da ordem da dependência afetiva.

Nesta linha de pensamento, esta relação conjugal poderá ter um carácter sublimatório da perda precoce do objeto de amor originário idealizado, já que, no plano simbólico, Virgínia, além do idílio da beleza pura e inocente, parece atuar como a substituta psíquica de Elizabeth Arnold Poe, mãe e primeiro objeto de amor, perdido quase à nascença. Uma tal interpretação remete-nos à ideia de que Poe terá escolhido Virgínia como objeto de substituição, preservando, de forma inconsciente, uma fidelidade emocional a esse amor primordial (Bonaparte, 1933/1949). Nesse sentido,

Virgínia passa a representar tanto o ideal romântico de Poe quanto o seu ideal narcísico e poético.

As complicações surgiram algures em 1842, com Virgínia a sofrer uma hemorragia pulmonar, que a deixou às portas da morte (Kennedy, 2001). Estava dado o mote do seu destino fatal, em revivescência fantasmática da perda traumática do objeto de amor originário idealizado. Virgínia Clemm faleceu em dezembro de 1847, mais uma vítima da tuberculose, espectro mortífero que perseguirá o autor até à sua própria morte.

A doença de Virgínia desperta a insanidade, fá-lo perder totalmente a razão e reacende o alcoolismo atávico. Os últimos dois anos de vida do autor foram mergulhados em estados de perturbação psíquica, marcados por episódios recorrentes de depressão e de uma melancolia profunda, traços estes notoriamente perceptíveis em *Ullume* (1847) ou *Annabel Lee* (1849). Poe sofria de insónias, a escuridão e a solidão enlouqueciam-no de terror (Bonaparte, 1933/1949). Não raro, era encontrado em estados de intoxicação e envolveu-se ainda em dois casamentos falhados, com Sarah Helen Whitman e Elmira Royster (Baudelaire, 1852/2008). Neste período, surgem também indícios claros de pensamentos suicidários, "*It is no use to reason with me now; I must die. I have no desire to live since I have done 'Eureka'. I could accomplish nothing more*" (Poe, 1948, p. 452) e existem fortes evidências indiretas e testemunhais da ocorrência de, pelo menos, uma tentativa gorada (Bonaparte, 1933/1949; Kennedy, 2001).

A evolução terminal da doença e a morte de Virgínia constituíram, para Poe, a revivescência traumática da primeira perda trágica: a perda da mãe, Elizabeth. A estas somam-se ainda as perdas de Frances e de Helen Stanard¹, que completam um conjunto de "lutos" que o autor nunca conseguiu elaborar na sua plenitude. Parecem não subsistir dúvidas de que a maneira como Poe olhou para o mundo, através dos olhos do seu errático e melancólico ser, acabou por ser espelhada em comportamentos autodestrutivos, e teve influência decisiva na repetição de eventos trágicos que marcou a sua existência. Ora, essa vinculação intensa e desorganizada e os múltiplos desfechos trágicos da sua curta existência influenciam marcadamente a sua obra lite-

¹ Jane Stith Craig Stanard, frequentemente referida como "Helen" Stanard, era a mãe de um amigo e colega escolar de Poe, em Richmond. Considerada uma das figuras femininas mais significativas da sua adolescência, é frequentemente apontada como inspiração para o poema *To Helen* (Pruette, 1920). Numa carta dirigida a Sarah H. Whitman, Poe descreveu-a como "the first, purely ideal love of my soul" (Poe, 1948, p. 385). A sua morte prematura, em abril de 1824, constituiu uma experiência de perda marcante para o jovem autor (Bonaparte, 1933/1949).

rária, já que inspiram o universo poético genial que foi construindo ao longo do tempo. As mulheres que marcaram a sua vida foram, assim, imortalizadas em personagens ficcionais como Ligeia, Berenice, Morella, Eleonora ou Madeline, figuras femininas profundamente simbólicas da fusão entre idealização romântica e morte, tão características da estética poeana.

Morreu em 1849, e a sua morte está envolvida, tal como a sua vida, em mistério, pela natureza desconhecida e enigmática das circunstâncias que a rodearam. Terá sido vítima de um assassinato com motivações políticas, de doença crónica ou de *délirium tremens* (Kennedy, 2001; Baudelaire, 1852/2008; Bonaparte, 1933/1949; Fisher, 2008). Esta ambiguidade em relação às circunstâncias da sua morte trágica, bem como a muitos acontecimentos igualmente trágicos do seu percurso existencial, contribui para alimentar o mito acerca da vida e da morte deste vulto literário genial e idiossincrático, cujo final abrupto parece reescrever, na realidade, a poesia ficcional dos mistérios que permeiam a sua riquíssima produção literária.

O mundo literário de Poe

O tema da morte foi o centro gravitacional da narrativa poeana. Como escreveu Bachelard (1942/1989), "*O humano, em Poe, é a morte. Descreve-se uma vida pela morte*" (p. 48). Esse seu interesse compulsivo pela dimensão da morte marca a sua obra através dos mais diversos cenários: surgem as aparências cadavéricas, a fenomenologia do morrer, a cena do leito de morte, os efeitos da decomposição, os pormenores do enterro, a compulsão de infligir a morte a outrem, a reanimação dos mortos, entre outros temas do mesmo jaez (Kennedy, 1987). Poe mostrava um fascínio peculiar, uma verdadeira atração pelos mistérios do túmulo e da sepultura, bem como um desejo de investigar esse processo de desintegração da vida – o que deu origem à ideia (que o atormentou ao longo dos tempos) de que os mortos nunca estão completamente mortos para a consciência (Pruette, 1920).

O tema em questão dominava, assim, o imaginário de Poe e impulsionava-o para a escrita. Consequentemente, o autor recorreu ao género literário gótico para simbolizar estados de espírito de personagens atormentadas pelas insinuações da morte, da insanidade ou de outras formas de aniquilação e caos que se afastam de uma reconciliação racional (Kennedy, 1987; Unrue, 1995). Na sua obra, tudo representa uma sombra difundida numa "*mistura confusa de prazeres e de dores fantasmagóricas*" (Baudelaire, 1852/2008, p. 15).

No movimento estético e criativo, persiste uma reencenação da experiência traumática da perda objetual que se sobrepõe simbolicamente ao desejo de um reencontro com esse objeto perdido. O mito da morte e a compulsividade pelo estado de não-vida parecem constituir uma tentativa de sublimar a dor da perda e a melancolia que marcaram a vida do autor. Nesse sentido, o movimento literário de Poe configura-se como um desenvolvimento catártico dessa experiência com a morte.

Em *The Philosophy of Composition*, Poe (1846/1981) considera que a sua situação poética mais apelativa é a morte de uma bela mulher, "*the death (...) of a beautiful woman is, unquestionably, the most poetical topic in the world*", sobretudo quando descrita no tom melancólico do "*bereaved male lover*" (p. 158). A morte funde-se, portanto, com a beleza, que, para o autor, representa "*that intense and pure elevation of soul*", "*the excitement, or pleasurable elevation of the soul*" (p. 155). Assim, a beleza sobrepõe-se à verdade e à paixão na sua hierarquia estética e só poderá ser plenamente alcançada através daquilo que, para Poe, simboliza a beleza *per se*: a figura feminina. Estes seres femininos, místicos na sua essência, arquétipos da perfeição e da divindade, são personificados como objetos de amor e encarnações dos ideais e das virtudes que o próprio autor deseja e admira. São símbolos amorosos sublimados, mas de um amor morto ou perdido, pois a beleza em Poe esteve sempre ligada a uma "*tristeza indefinida*" (Magistrale & Poger, 1999, p. 12). É apenas através da densificação da ausência e do desaparecimento mortal que essas figuras poeanas podem transcender-se no ideal do eu literário.

No ensaio metapsicológico sobre *O estranho* (1919/1996, p. 256), Freud afirma que as manifestações mais fortes do conceito de "estranho" se associam "*à morte e aos cadáveres, ao retorno dos mortos e a espíritos e fantasmas*". Ora, a transcendência da figura feminina em Poe não assume apenas um efeito de beleza e sublimidade, mas é também inspirada por esse efeito de estranheza, sobretudo através das mortes misteriosas e da espiritualidade que as envolve. Na perspectiva proposta por Nadal (2016), essa estranheza, à semelhança do trauma, comporta uma dimensão assombiante, marcada pela incerteza e pelo retorno intrusivo do passado, que induz o leitor à hesitação entre o real e o imaginário. O que, finalmente, correlaciona a obra de Poe com as características proeminentes do cânone fantástico (Todorov, 1970/1977). Estamos, assim, perante a habitual tríade temática poeana da morte, da figura feminina (simbolizante da beleza) e da melancolia, uma triangulação marcante na sua obra.

Nesse cânone fantástico, enquadra-se *Ligeia*. A trama ficcional retrata um imaginário amoroso de índole transferencial, já que o intenso e misterioso *élan* amoroso é

relatado por um narrador autodiegético, ao qual nunca é atribuído um nome próprio. O objeto de contemplação deste último é Lady Ligeia, um ser superior tanto física quanto moralmente, notável pelo seu carácter, pela sua inteligência e erudição (Bonaparte, 1933/1949), o que simboliza tanto o amor real quanto a sua sublimação para Poe.

O conto desenvolve-se em torno das reminiscências que atormentam um narrador profundamente melancólico, enredado num "luto" patológico dominado por vícios opióides; Poe recorre ao terror gótico – a um terror iminente – para dar forma a uma narrativa enigmática que faz vacilar a interpretação do leitor entre o sonho e a alucinação. Apesar da fatalidade de Lady Ligeia, esta nunca deixa de ser o elemento fundamental em torno do qual a narrativa se organiza na consciência da personagem que nos relata a história.

O *dénouement* do conto (que será analisado adiante) é a unidade diferenciadora que destaca este conto fantástico na coorte dos restantes contos que abordam a habitual tríade temática da "morte de uma bela mulher" e que, fundamentalmente, nos remetem à ideia fulcral de que no imaginário fantasmático desta obra, a morte é concebida como uma realidade que pode ser ultrapassada.

À luz do modelo freudiano de análise literária e artística, os mecanismos que conduzem à elaboração de uma obra de arte simetizam-se aos mecanismos que conduzem à elaboração de um sonho (Bonaparte, 1933/1949). Em *Ligeia*, essa fonte de criação inconsciente é reconhecida. Na verdade, o próprio autor direcionamos para esta ideia, ao escrever a Sarah Helen Whitman "*The poem [\"To Helen\" – of 1848] which I sent you contained all the events of a dream which occurred to me soon after I knew you. Ligeia was also suggested by a dream – observe the eyes in both tale and poem.*" (Quinn, 1941/1963, p. 271). Também no prefácio de *Eureka*, dedicou o poema "*to the dreamers and those who put faith in dreams as in the only realities*" (Poe, 1848, p. 5), o que reforça a importância que Edgar Allan Poe sempre atribuiu ao conteúdo onírico, ao que é latente e ao modo como este influencia a sua obra.

Na estrutura narrativa de *Ligeia*, a ausência de uma temporalidade e de um espaço objetivo fortalece o carácter fantástico e onírico do conto. Toda a trama é construída através das reflexões do narrador a respeito da morte de Lady Ligeia nas quais o tempo adquire uma conotação misteriosa, já que o desenrolar do conto não apresenta um tempo cronológico linear e a única referência temporal só aparece no epílogo: "*Seria talvez meia-noite, ou porventura mais cedo ou mais tarde, quando um soluço, abafado e suave, mas muito nítido, me despertou em sobressalto do meu devaneio. Senti*

que vinha do leito de ébano, do leito de morte" (Poe, 1838/2014, p. 706). O espaço, constituído pelo típico ambiente fúnebre e gótico, acompanha esta instabilidade temporal, sendo que as únicas referências a um espaço definido, a um lugar concreto, só pode ser lido no início da narrativa – "*numa grande e velha cidade em ruínas, à beira do Reno*" (p. 695) – e após a descrição da morte de Lady Ligeia, na referência pelo narrador a uma "*das mais ermas e menos frequentadas regiões da bela Inglaterra*" (p. 702).

A expressão de Eros, de Thanatos e do Ideal do Eu

Em *Além do princípio do prazer* (1920/1996), Freud propõe uma nova dualidade pulsional: as pulsões de morte, ligadas miticamente a *Thanatos*, são simultaneamente complementares e opostas às pulsões de vida, ligadas a *Eros*. As pulsões de vida e de morte são então "*entidades míticas*" (Freud, 1933/1996, p. 104) no interior de uma teoria pulsional que, a par da teoria da libido e a teoria do narcisismo, constitui a tríade que alicerça a teoria da sexualidade freudiana (Roudinesco & Plon, 1998).

A partir dos pressupostos de que "*o objetivo de toda a vida é a morte*" e de que toda a vida é inevitavelmente precedida por um estado de não-vida (Freud, 1920/1996, p. 48), Freud desenvolve o conceito de pulsão de morte, como manifestação intrapsíquica que tende para a destruição das unidades vitais, para a igualização radical das tensões e cuja finalidade é reconduzir o que está vivo a um estado inorgânico, logo à morte do sujeito (Kristeva, 1987/2024; Laplanche & Pontalis, 1967/2001). A hipótese que sustenta a segunda teoria das pulsões decorre da descoberta da compulsão de repetição, como manifestação clínica da pulsão de morte, já que direciona o sujeito a um "além do princípio do prazer", operado pela repetição de situações dolorosas e pela reencenação traumática de experiências passadas. Na perspectiva de Roudinesco e Plon (1998), a compulsão de repetição é uma forma de masoquismo primário que induz ao redireccionamento de uma autodestrutividade pulsional e anti-objetal para o eu do sujeito em sofrimento.

Em Poe, parte-se da hipótese de que o seu funcionamento psíquico é dominado pela pulsão de morte, mediada pela compulsão de repetição e pela reencenação da experiência traumática da perda originária. A sua obra está impregnada de pulsão de morte, de um narcisismo de morte, que assume também um papel significativo na sua vida e se reflete nos comportamentos de adição ao jogo e ao álcool que resultam numa existência calamitosa. Também os pensamentos suicidários explicitados pelo autor e, sobretudo, a possibilidade de uma tentativa de suicídio são expressão desse

modo de funcionamento, que Freud (1917/1996) considerava uma atualização da pulsão de morte através do *acting out*.

Em contrapartida, Freud (1933/1996) salientou que a pulsão de morte "*não pode deixar de estar presente em todo o processo vital*" (p. 116) e, nesse sentido, persiste um confronto permanente com as pulsões de vida ou *Eros*. Apesar da mútua dependência entre ambas, as pulsões de vida antagonizam a fragmentação somatopsíquica das pulsões de morte. Se, por um lado, as pulsões de morte funcionam segundo um princípio de descarga total, as pulsões de vida manifestam-se pela tendência à constituição e preservação das unidades vitais – sendo que *Eros* representa esse símbolo da luta pela vida, orientada para a sua conservação e renovação (Laplanche & Pontalis, 1967/2001). Ainda que *Ligeia* se encontre fortemente centrado na atração pela morte, observa-se que o combate pela vida, deslocado em parte para o êxtase do belo e para a fragilidade do sublime, está igualmente presente ao longo da narrativa, sendo que o seu desfecho remete para um triunfo fantasmático dessa pulsão vital.

Relativamente ao ideal do eu (*Ichideal*), a sua conceptualização foi também um marco essencial no pensamento freudiano, e o seu desenvolvimento beneficiou de diversos aperfeiçoamentos no desenvolvimento da metapsicologia psicanalítica desde as reformulações iniciais de Freud em 1914, em que surge como herdeiro do narcisismo primário, até à sua mutação definitiva nas *Novas Conferências Introdutórias* de 1933 (Roudinesco & Plon, 1998; Sandler et al., 1963). Mesmo se a análise de todos os desenvolvimentos ao longo da obra de Freud não é o escopo deste trabalho, é importante fazer referência aos pressupostos teóricos mais importantes, a fim de ilustrar a hipótese da importância deste conceito na interpretação psicanalítica de *Ligeia*.

A grande reformulação do conceito inicia-se na obra *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, na qual Freud (1921/1996) propõe que a formação do ideal do eu se realiza através da identificação ao objeto idealizado – sendo que essa identificação representa para o autor "*a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa*" (p. 109), e é a partir do lugar do ideal do eu, que o sujeito internaliza esse objeto de fascinação amorosa. Nesta perspetiva, o conceito é apresentado pela primeira vez como um produto da identificação com as figuras parentais ou com os seus substitutos sociais.

Em *O Ego e o Id*, dois anos mais tarde, o ideal do eu é enriquecido pela adjunção do supereu, instância de regulação do desejo idealizado de perfeição que o sujeito estabelece para si próprio, numa procura de satisfação egóica que o aproxime narcisicamente do eu ideal originário que fundamenta o ideal do eu (Lacan, 1953-

54/1975). O supereu condensa então a demanda de regulação egóica colocada pelo outro, pela sociedade, que é substanciada pela autocensura, como forma de recuo crítico da consciência em face das exigências de satisfação libidinal egóica (Roudinesco & Plon, 1998). Finalmente, o ideal do eu e o supereu são herdeiros do complexo de Édipo, que estrutura a sexualidade do sujeito, o que implica que sejam a marca d'água da resolução da fase positiva do complexo de Édipo, autorizando a identificação do ego infantil aos imagos parentais internalizados (Sandler et al., 1963).

Na *Conferência XXXI, A Dissecção da Personalidade Psíquica*, o ideal do eu obtém finalmente a conceptualização definitiva. Neste trabalho, que apresenta detalhadamente as origens do supereu, Freud (1933/1996) consolida a separação parcial entre as duas instâncias psíquicas, já que o ideal do eu se torna nada mais do que "*o precipitado da antiga imagem dos pais*" ou "*a expressão de admiração pela perfeição que a criança então lhes atribuía*" (p. 74). Nesse sentido, o ideal do eu passa a ser analisado não como análogo ao supereu, mas como uma das suas funções com raízes nas identificações parentais primitivas (Novey, 1959), uma instância "*que o estimula e cuja exigência por uma perfeição sempre maior ele se esforça por cumprir*" (Freud, 1933/1996, p. 74).

O ideal do eu, que representa então esse modelo de perfeição a ser atingido, é constituído, fundamentalmente, pelo processo psíquico da idealização narcísica, refletido no engrandecimento do objeto de investimento libidinal (Laplanche & Pontalis, 1967/2001). Trata-se, segundo Nunberg (1932/1955), de uma formação que se desenvolve a partir da imagem idealizada dos objetos amados. Ora, como já foi mencionado, esse processo psíquico encontra expressão evidente na obra de Poe, na qual a idealização da figura feminina se destaca como elemento fundamental. No conto *Ligeia* é notória a presença desse objeto idealizado, personificado na personagem de Lady Ligeia, esse ser grandioso e etéreo que ultrapassa os limites da vida, e que, por conseguinte, pode ser hipotetizado como manifestação do ideal do eu do narrador *in nomine* Edgar Allan Poe. Além disso, a abordagem de Murray (1964) relativa à ascensão do ideal do eu enquanto esforço para restaurar as relações perdidas com a mãe primária conduz à pergunta estruturante desta análise: será Lady Ligeia uma representação simbólica de Elizabeth Arnold Poe?

METODOLOGIA

Baudry (1984) propôs quatro abordagens metodológicas que ampliam as possibilidades interpretativas de uma obra de arte, fora do “*setting*” clínico: tratar a obra como um estudo de caso, ignorando a sua natureza “como se”; interpretá-la como uma forma de associação livre, articulando-a à vida psíquica do autor; realizar uma análise temática e relacioná-la com o funcionamento psíquico do autor; e, por fim, compreender a reação do leitor como uma expressão contratransferencial.

Na presente investigação, que se inscreve nestes fundamentos, o trabalho subdividiu-se em duas fases: num primeiro momento, explora-se o percurso existencial de Edgar Allan Poe e as suas temáticas literárias recorrentes, seguindo-se uma revisão teórica dos conceitos psicanalíticos em análise; num segundo e último momento, recorre-se a uma análise do seu conto *Ligeia* e procede-se a uma triangulação dos dados recolhidos com os aportes freudianos do dualismo pulsional e do ideal do eu, procurando indícios que remetam às suas manifestações na trama, nas personagens ficcionais e no funcionamento psíquico do autor.

ANÁLISE DESCRITIVA DA TRAMA FICCIONAL²

O conto inicia-se com o acesso a memórias do passado de um narrador que sofre de reminiscências em relação à perda da sua falecida esposa, Lady Ligeia. A narração envolve-se num registo fragmentado e onírico que contribui para a construção de um ambiente narrativo pautado pelo absurdo e pelo contraditório. Desde os momen-

² Este artigo reformula três ilustrações de Wilfried Satty, incluídas em *The Illustrated Edgar Allan Poe* (1976), que acompanham o conto *Ligeia*. Satty (nascido Wilfried Podreich em 1939, em Bremen, Alemanha) cresceu entre as ruínas da Segunda Guerra Mundial, um cenário que moldou profundamente a sua imaginação visual (Albright, 1976; Coulthart, 2005). Depois de se fixar em São Francisco em 1961, destacou-se como artista gráfico, herdando e reinventando as técnicas de colagem de Max Ernst. A sua obra-prima, *The Illustrated Edgar Allan Poe*, resulta do encontro tardio com Poe, oferecendo, segundo Albright (1976), uma leitura despojada dos clichés hollywoodianos e mais próxima do espírito visionário do autor. Para Coulthart (2005, p. 249), o volume de Satty “permanece entre as melhores coleções ilustradas de Poe, um feito singular num campo já tão saturado”. O impacto estético deve-se, em parte, ao uso de gravuras: ao manipular imagens contemporâneas à escrita de Poe, Satty produz o efeito de observar ilustrações do século XIX “através dos olhos de um viciado em ópio ou de um sonhador febril”, correspondendo à atmosfera alucinatória e mórbida que atravessa toda a prosa do escritor.

tos iniciais, o narrador apresenta sinais de deturpação mnésica, declarando não se recordar precisamente quando e onde conheceu a sua esposa, ou que "*nunca soube o seu nome paterno*" (Poe, 1838/2014, p. 695). Paradoxalmente, acede à sua reconstrução imagética no mais ínfimo detalhe. Esta tensão entre a distorção e a evocação intensifica a dimensão do sublime poeano, refletido na figura feminina que encarna o modelo arquetípico do processo criativo do autor. Assim, Lady Ligeia torna-se a personificação do romance, cuja apresentação ao longo do conto se constrói fundamentalmente sobre o detalhe superlativo (Zlotnick-Woldenberg, 1999).

A minuciosa descrição da aparência física e da inteligência de Lady Ligeia introduz o processo de idealização de que esta personagem é objeto. O narrador atribui-lhe uma beleza singular e requintada, distante dos padrões comuns da humanidade, o que a alia ao sobrenatural e à dimensão mística. Algumas evidências textuais exemplificam este processo: a sua pele é comparada ao "*mais puro marfim*"; o seu nariz não tem "*perfeição comparável*"; a sua boca como "*o esplendor de tudo o que é celestial*"; os seus dentes que refletem uma "*luz sagrada*"; o seu queixo gracioso remete à "*espiritualidade dos gregos*"; e, por último, os seus olhos que contêm um poder hipnótico, relacionando-a com uma beleza equivalente aos "*seres que estão acima ou fora da Terra*" ("*infinita superioridade*", visceralmente ligado à metafísica e capaz de subjugar o próprio pensamento do narrador) (Poe, 1838/2014, p. 699).

Poe (1838/2014) recorre à mitologia para evocar essa sua inspiração elevada à condição do absoluto e do celestial, descrevendo-a como uma figura "*mais estranhamente divina do que as fantasias que pairavam sobre as almas adormecidas das filhas de Delos*" (p. 696). Esta fase essencialmente descritiva remete-nos, portanto, ao desejo, ao fascínio amoroso e ao engrandecimento do objeto, cuja acumulação de traços extraordinários serve à construção simbólica da personagem enquanto objeto idealizado. Lady Ligeia surge, assim, como um objeto investido pelo ideal do eu, que encarna enquanto projeção desse modelo de perfeição a ser atingido.

Tal como foi referido na análise ao mundo literário do autor, a personagem feminina poeana tende a transcender-se através da densificação da ausência. Em *Ligeia*, nota-se que essa ausência é demarcada desde os momentos iniciais da narrativa: "*... basta-me esta doce palavra – Ligeia – para trazer de novo à vista, na minha imaginação, a imagem daquela que não pertence já a este mundo*" (Poe, 1838/2014, p. 695). A personagem é, desde logo, apresentada como morta, e instaura-se como símbolo de um amor perdido que se funde simultaneamente ao sublime e à morte.

Em função dessa ausência do objeto idealizado, a trama desenvolve-se como narração melancólica. Conforme refere Pruette (1920), esta é a condição que aproxima os narradores poeanos a um carácter autobiográfico, visto que, tal como o autor, são homens perseguidos por um destino implacável, vítimas da melancolia, da tristeza, da monomania e do neuroticismo.

O narrador revive enquanto relembra intensivamente o período entre o adoecimento e a morte da sua esposa, o que pode ser compreendido como uma reencenação da experiência traumática e dolorosa. Esta reincidência compulsiva no evento traumático associa-se à compulsão de repetição, tal como foi descrita por Freud (1920/1996) enquanto tendência da sobreposição da pulsão de morte à pulsão de vida, que conduz inconscientemente o sujeito a uma dinâmica regressiva e, portanto, à réplica da experiência dolorosa. A forma como a melancolia se opõe à aceitação da perda do objeto em *Ligeia* – à semelhança da impossibilidade de aceitação do “luto” que marcou repetitivamente a existência de Poe – permite-nos identificar um forte ponto de contacto entre o funcionamento psíquico do narrador e o do autor.

Sete anos após a primeira publicação de *Ligeia*, o autor decide incorporar no conto, o seu recente poema *The Conqueror Worm* (1845). Ora, *O Verme Triunfante* (na tradução portuguesa) simboliza a inevitabilidade da morte perante a fragilidade do Homem, ao retratar uma humanidade indefesa que é devorada pelo “verme” (Bonaparte, 1933/1949, p. 230). No contexto da obra em análise, o poema inscreve-se como uma composição de Lady Ligeia, que solicita ao narrador que lhe repita os “versos que ela própria compusera” (Poe, 1838/2014, p. 700) na recordação do momento iminente à sua fatalidade. Poe consegue assim o dispositivo poético mais apelativo, na medida em que a morte de Lady Ligeia, como personagem que constitui o objeto ideal e o elemento que transcende o belo, torna-se uma inevitabilidade. E *O Verme Triunfante* representa, portanto, um elemento que nos introduz ao espetáculo paradigmático da morte poeana.

Apesar do conto gravitar pela reminiscência do adoecimento e da morte da personagem, o discurso narrativo remete-nos simultaneamente ao plano fantasmático da luta pela vida. O narrador evoca a resistência de Lady Ligeia diante da morte, o que lhe impõe uma sensação de impotência discursiva: “As palavras são impotentes para traduzir uma ideia adequada da ferocidade da resistência com que ela se debateu contra a Sombra” (Poe, 1838/2014, p. 699).



Ilustração 1

Título: “She died...”

Tema/Conteúdo: Descrição e morte de Ligeia

Fonte literária: Edgar Allan Poe, Ligeia (1838)

Autor da ilustração: Wilfried Satty, The Illustrated Edgar Allan Poe (1976)

Essa capacidade extraordinária da personagem, também visível nas referências do narrador à *"intensidade do seu louco desejo de viver"* ou à *"ávida veemência do desejo de viver – apenas de viver"* (pp. 699–700), reflete-se literariamente no desafio simbólico a esse *"verme"* que Poe incorpora em 1845. Esta inserção não só simboliza a inevitabilidade da morte de Lady Ligeia, como permite analisar o carácter combativo da personagem perante a sombra, chegando-se a questionar a própria invencibilidade da morte: *"Não haverá este vencedor de ser alguma vez derrotado?"* (p. 701). Tal tensão enquadra o conto na tensão simbólica entre Eros e Thanatos.

Na verdade, essa tensão entre a vida e a morte instaura-se na epígrafe do conto, na qual Poe insinua que o poder da vontade humana pode superar os limites da finitude (Bonaparte, 1933/1949):

E ali reside a vontade, que não morre. Quem conhece os mistérios da vontade, bem como a sua força? Porque Deus não é mais que uma grande vontade que impregna todas as coisas por virtude da sua intencionalidade. O homem não se entrega aos anjos, nem inteiramente à morte, a não ser pela fraqueza da sua débil vontade. (Poe, 1838/2014, p. 695)

A morte pode, assim, ser ultrapassada no plano da fantasia em *Ligeia*. As palavras da epígrafe, atribuídas a Joseph Glanvill, reaparecem ao longo do conto como múltiplas menções a Lady Ligeia, o que direciona o leitor para a sua fixação no desejo de viver eternamente. Esta ideia vincula-se a *"uma parte do seu carácter"* (Poe, 1838/2014, p. 698) e culmina no momento antecedente à sua morte, quando a personagem murmura repetidamente as palavras finais de Glanvill: *"O homem não se entrega aos anjos, nem inteiramente à morte, a não ser pela fraqueza da sua débil vontade."* (p. 701). Neste momento da narrativa, Poe vaticina o destino de Lady Ligeia, mas prenuncia simultaneamente ao leitor a iminência de um acontecimento extraordinário que poderá atingir o êxtase da fantasia.



Ilustração 2

Título: “My memory flew back, (oh, with that intensity of regret!) to Ligeia, the beloved, the august, the beautiful...”

Tema/Conteúdo: Casamento e morte de Lady Rowena

Fonte literária: Edgar Allan Poe, Ligeia (1838)

Autor da ilustração: Wilfried Sattý, The Illustrated Edgar Allan Poe (1976)

Na narração do período pós-morte de Lady Ligeia, a trama desloca-se para um ambiente gótico, onde se intensifica o efeito fantasmagórico característico da estética poeana. Numa "*sensação de completo abandono*" e movido por uma "*leve esperança de aliviar*" o seu sofrimento, o viúvo instala-se numa abadia inglesa, distante e desabitada. É neste lugar misterioso, "*com muitas melancólicas e veneráveis recordações*", rodeado por uma "*verdejante decadência*", que se encena a experiência do "luto" sob o domínio da melancolia. Este período de "luto" acentua a veneração obsessiva por Lady Ligeia, por parte de um narrador que, sob o efeito de um investimento intenso no objeto de amor perdido, atinge um estado de "*loucura incipiente*". E é somente a partir dessa loucura, "*num momento de alienação mental*", que o personagem-narrador recorre ao mecanismo de substituição e se casa com a "*sucessora da inesquecível Ligeia – Lady Rowena de Trevanion, de Tremaine*" (Poe, 1838/2014, p. 702).

Sucedese uma descrição minuciosa do quarto nupcial em que o casamento acontece. O ambiente sinistro e bizarro é ilustrado pelas comparações a um desenho gótico, integrante de um leito "*encimado por um dossel semelhante a uma mortalha*" e rodeado de figuras com a "*aparência de simples monstruosidades*" (Poe, 1838/2014, p. 703). De acordo com Zlotnick-Woldenberg (1999), a longa descrição simboliza uma projeção do desespero e da depressão do narrador perante a perda da esposa. Para Bonaparte (1933/1949), este cenário sombrio e medieval provém das reminiscências da infância de Poe, associadas ao estilo gótico vivenciado aquando da mudança com a família Allan para território inglês. Neste sentido, a espacialidade em *Ligeia* pode ser compreendida não só como representação gótica, mas também como projeção psíquica de Poe relativamente ao isolamento e à impossibilidade da elaboração da perda que experienciou repetidamente

Lady Rowena é personificada como antítese de Lady Ligeia, tanto a nível físico como relacional. Fisicamente, Rowena é apenas representada "*de cabelos loiros e olhos azuis*" (Poe, 1838/2014, p. 702), uma ínfima descrição que parece simbolizar a diferenciação contrastante com Lady Ligeia, que possuía um cabelo "*de um negro de asa de corvo*" (p. 696) e olhos dessa mesma tonalidade (Bonaparte, 1933/1949).

Além disso, se Lady Ligeia representa a personificação do romance poeano, Rowena parece estar associada à mundanidade e ao materialismo (Zlotnick-Woldenberg, 1999). Se Lady Ligeia constitui o objeto idealizado, Rowena surge como um objeto cujo investimento libidinal se projeta num estado psíquico de ódio e de rejeição. O narrador odeia Rowena e admite que obtém prazer com o distanciamento afetivo e a ausência de amor no relacionamento (Zlotnick-Woldenberg, 1999).

A partir do adoecimento de Rowena, inscreve-se a hipótese de um narrador alucinado e de um clímax fantasmático que incorpora as manifestações do *Unheimlich* freudiano. O efeito de estranheza começa a insinuar-se de forma discreta, pela descrição de que Rowena começara a ouvir sons ou "*estranhos movimentos entre as tapeçarias*" (Poe, 1838/2014, p. 704). O delírio poético funde-se com a fragilidade psíquica do narrador, que, após a morte de Ligeia, se tornou um "*escravo compulsivo das malhas do ópio*" (p.702) e se envolve ainda mais no seu consumo imoderado. A atmosfera alucinatória intensifica-se com a narração de circunstâncias de natureza delirante – roçam o seu corpo objetos palpáveis, vê sombras, ouve passos – e a influência do sobrenatural reflete-se nas visões de que no copo de vinho receitado a Rowena pelos médicos, caem "*três ou quatro grandes gotas de um líquido brilhante, cor de rubi*" (p. 705). Ainda que o narrador atribua a causa dessas aberrações perceptivas ao consumo, os efeitos descritos ultrapassam o delírio individual e têm impacto efetivo. A saúde de Rowena deteriora-se e a personagem sucumbe à morte.

À luz da doutrina freudiana, a realização alucinatória do desejo através do sonho, reenvia à importância do princípio do prazer na atividade onírica (Freud, 1920/1996, p. 41). Em *Ligeia*, as experiências narradas alucinatoriamente remetem a um estado *dream-like*, que aproxima a obra a essa função de concretização alucinatória dos desejos fortes e ocultos tanto do seu narrador quanto de Poe, na medida em que a personagem assume um cariz autobiográfico. Sejam os relatos fantasmagóricos ligados ao adoecimento e à morte de Rowena, seja a recordação mítica da divinal Lady Ligeia no papel de objeto idealizado e expressão do eu ideal do narrador-autor, ambos permitem hipotetizar o desejo imaginário de eliminar a primeira como forma mágica de trazer a segunda à vida. A este propósito, o desenrolar da trama pode ser entendido como tentativa inconsciente de *wish-fulfillment*, que, sob a forma alucinatória do sonho, sobrepõe desejo e realidade ficcional.

No momento que antecede a constatação da doença de Rowena, "*da qual tardava em restabelecer-se*", o narrador devaneia o regresso de Lady Ligeia e induz-nos à possibilidade do *wish-fulfillment*:

Na excitação dos meus sonhos de opiómano (visto que os grilhões da droga me aprisionavam habitualmente), chamava em voz alta o seu nome, no silêncio da noite, ou no meio dos abrigados recessos dos vales durante o dia, como se, por virtude da ânsia incontida, da paixão solene, do ardor insaciável da saudade que

sentia da desaparecida, a pudesse trazer de volta aos caminhos que abandonara (ah, seria para sempre?) nesta terra. (Poe, 1838/2014, p. 704)

Mais adiante, intensificam-se as alucinações sobre o seu reaparecimento. No clima estranho e fantasmagórico do quarto nupcial, as visões do narrador de que pairava "*uma sombra ténue e indefnida, de aspeto angelical*" (Poe, 1838/2014, p. 705), entrecruzam-se com a introdução inicial de Lady Ligeia como um ser que "*aparecia e desaparecia como uma sombra*" (p. 696).

Segue-se o *dénouement* da estória, que parece confirmar os pressupostos da análise de conteúdo psicanalítico da obra. Com o aproximar do desfecho, Poe volta a explorar a tensão entre vida e morte. Rowena parece ter ressuscitado, oscilando entre os estados biológicos de vida e de não-vida. Nos meandros psíquicos da hesitação experienciada pelo narrador alucinado, inscrevem-se os devaneios reiterados sobre Lady Ligeia, que acompanham o decrescendo da vitalidade de Rowena. Finalmente, "*Rowena quebrara por completo os grilhões da morte*" (Poe, 1838/2014, p. 707), mas a recuperação da lucidez onírica do narrador reconduz o leitor ao drama da ressurreição. Lady Ligeia retorna à vida, através do corpo de Lady Rowena.

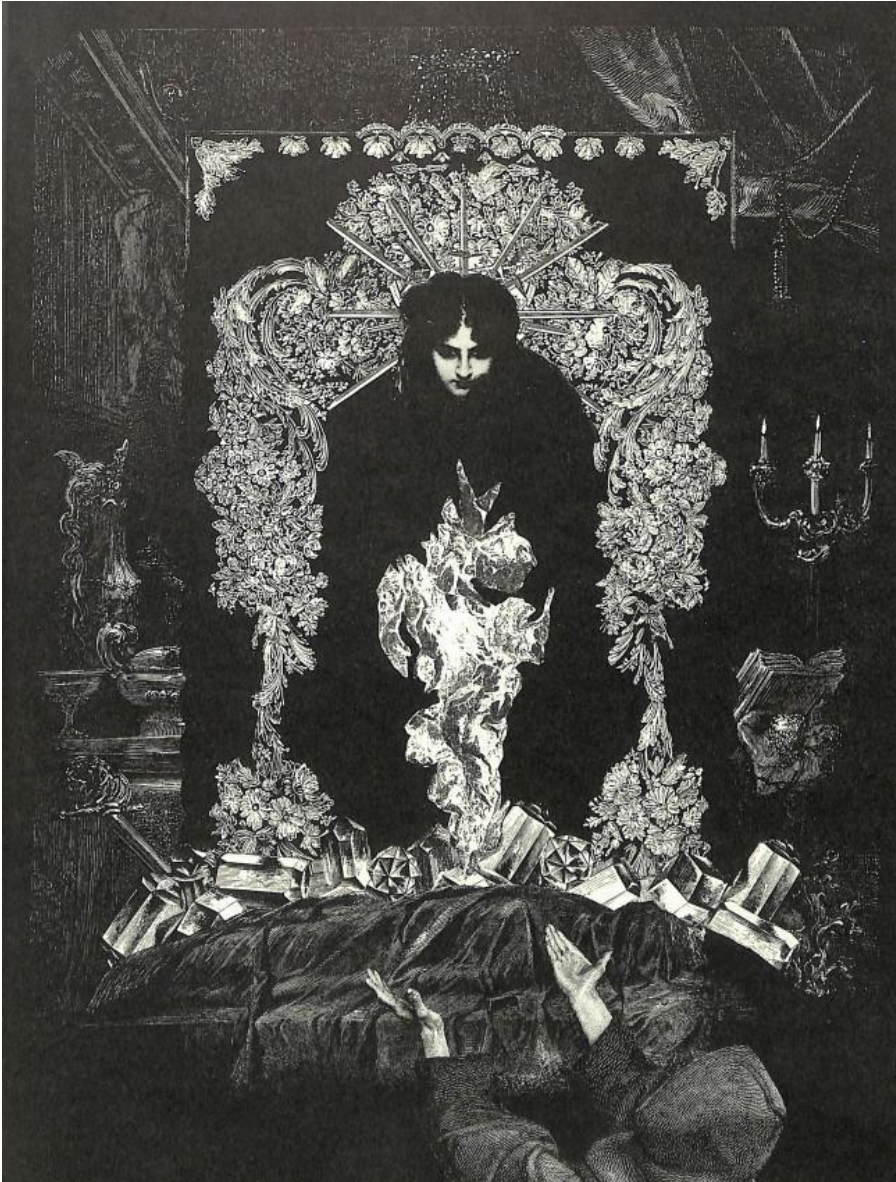


Ilustração 3

Título: "...the black, and the wild eyes of my lost love..."

Tema/Conteúdo: Visões do narrador

Fonte literária: Edgar Allan Poe, Ligeia (1838)

Autor da ilustração: Wilfried Satt, The Illustrated Edgar Allan Poe (1976)

A personificação de Lady Ligeia é, então, símbolo do triunfo de *Eros*, motivado pelo investimento libidinal intenso e erotizado no objeto amado. A resistência sobrenatural que lhe é atribuída na sua luta simbólica contra a morte, reflete as funções que atribuímos a *Eros* tanto de oposição à fragmentação induzida pela pulsão de morte, como no seu papel de luta pela vida, pela sua conservação e renovação (Laplanche & Pontalis, 2001).

Na perspectiva freudiana de 1917, o ideal do eu participa na construção da narrativa onírica, uma vez que, regulado pelo supereu, o binómio ideal do eu-supereu introduz a censura consciente que autoriza o trabalho do sonho (Freud, 1917/1996). Por conseguinte, esta instância ideal responsabiliza-se pelo conteúdo manifesto do sonho, sublimando os desejos mais profundos do eu em representações oníricas, o que permite analisar o seu papel em *Ligeia* enquanto instância que orienta os devaneios oníricos do narrador e se esforça por cumprir uma unidade de perfeição cada vez maior.

A relação entre o narrador e a personagem feminina pode ser interpretada, numa perspetiva psicológica, como uma vinculação dual que remete ao laço primordial entre mãe e filho. Desde o primeiro contacto, a sua figura é encontrada tal como uma criança encontra a sua mãe – sem esforço, sem procura, sem memória do encontro, nem conhecimento das suas origens ou do “*nome paterno*” (Bonaparte, 1933/1949). Ademais, a entrega do narrador à orientação metafísica é marcada por uma “*infantil confiança*” (Poe, 1838/2014, p. 699), tal como a criança que obedece espontaneamente à autoridade amorosa da figura materna (Vuković, 2019). A ausência final da personagem, destino traumático prenunciado, reencena psiquicamente a sensação de “*completo abandono*” (Poe, 1838/2014, p. 702), que reforça a comparação do narrador a “*uma criança buscando às apalpadelas entre as trevas da ignorância*” (p. 699). Esta sensação de abandono recorda a experiência precoce de Poe na pós-morte de Elizabeth, período da infância em que ficou momentaneamente órfão e entregue aos cuidados da companhia teatral dos progenitores falecidos.

A revivescência nostálgica remete, assim, ao desejo latente de retorno da personagem idealizada e alinha-se com a perspetiva de Murray (1964) quanto à ascensão do ideal do eu enquanto esforço para restaurar a relação perdida com o objeto de amor originário. Neste sentido, a recordação da sua morte pode ser compreendida como um *reenactment* ficcional da perda originária de Poe.

Em *Ligeia*, a manifestação desta dinâmica psíquica clarifica-se na oposição entre a figura de Lady Ligeia, objeto sublime ligado à pulsão de vida, e a de Lady Rowena,

objeto frustrador e rejeitado, portador do carácter persecutório simbolicamente condensado no fantasma de atração pela morte. Desta forma, é a partir da idealização do objeto e de um ideal do eu que busca essa figura materna que a morte é derrotada no plano fantasmático.

Por outro lado, a morte de Rowena torna-se necessária à concretização do desejo no plano de fantasia do conto. Nesse sentido, esta personagem estabelece o elo com *Thanatos*. Através do narrador, Poe projeta a sua agressividade contra Rowena, na medida em que esta representa a profanação da memória sagrada de Lady Ligeia, cujo valor simbólico se alia à figura materna idealizada (Bonaparte, 1933/1949).

O triunfo fantasmático de Lady Ligeia sobre a morte projeta-se numa ressurreição ficcional que alcança o êxtase da realização do desejo. O reencontro com o objeto ideal atinge, assim, a sua plenitude. Em *Ligeia*, a morte é contrariada pela força do desejo de *Eros*, simbolicamente ligada à figura feminina que vive eternamente na consciência de Poe. A pulsão de vida triunfa, assim, sobre a pulsão de morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa vida marcada por uma existência precária e turbulenta, Edgar Allan Poe deixou-nos uma obra idiossincrática, que não só elevou o romantismo gótico a um novo patamar estético, como lhe assegurou um lugar entre os maiores vultos da história da literatura. As marcas das sucessivas perdas, de “lutos” não elaborados e do trauma cumulativo (Khan, 1963) encontram-se refletidas tanto na vida errante, permeada de comportamentos disruptivos que vaticinavam um destino trágico, como numa obra literária genial, na qual a sombra da pulsão de morte é predominante. Parece, assim, que Poe nunca conseguiu desvincular-se totalmente dessa força simbólica de *Thanatos*, que o atraiu incessantemente para explorar o abismo e a decadência.

Em contrapartida, como observou Silverman (1991), Poe tratou a morte, em várias das suas histórias, como uma mera ilusão ou um erro, o que sugere uma tentativa inconsciente de superá-la através da ficção. É precisamente nessa via imaginária que se inscreve *Ligeia*, uma obra tão enigmática quanto inovadora, na qual o desejo triunfa sobre a dissolução.

Numa inversão do motivo clássico da morte feminina na obra poeana, a morte de Rowena não se instala como efeito recorrente de transcendência, mas antes como

condição necessária à concretização do desejo inconsciente. Rowena é o corpo passivo, o veículo da pulsão de morte em *Ligeia*, cuja eliminação possibilita o ressurgimento do objeto idealizado e sublime, que alcança os limites da transcendência através da ressurreição.

Entre Lady Ligeia e Elizabeth Arnold Poe estabelece-se um vínculo simbiótico fundamental. Segundo Bonaparte (1933/1949), a única lembrança concreta que o jovem Edgar reteve após a morte da sua mãe foi um medalhão com o seu retrato. Nesse retrato, tornam-se evidentes algumas semelhanças físicas com a personagem de Lady Ligeia. Para além da idealização a que a personagem é submetida, Bonaparte sublinha "a suave proeminência das regiões superiores às têmporas", o cabelo "naturalmente ondulado", "a graciosidade da largura" do seu queixo e os seus "grandes olhos" como traços partilhados por ambas. Curiosamente, Poe compara ainda o nariz da personagem a "graciosos medalhões", o que reforça os indícios da sua inspiração no objeto materno para a criação ficcional de Lady Ligeia (Poe, 1838/2014, pp. 696–697; Bonaparte, 1933/1949, pp. 225–226).

Para além dos traços físicos que aproximam Elizabeth de Lady Ligeia, também a experiência da morte as interliga. Ambas sucumbem a uma doença repentina, cujos sinais de aproximação à morte se manifestam na aparência cadavérica e decadente. É plausível que Poe tenha presenciado esses sinais do adoecimento abrupto na sua mãe, da mesma forma que o narrador da estória assiste, de modo impotente, à deterioração e morte da esposa. É essa a lembrança que domina a psique do autor e influencia os padrões estéticos personalizados e intimamente ligados ao complexo materno. Assim, a frágil atriz permaneceu para o autor como o protótipo do belo (Bonaparte, 1933/1949), imortalizada não só na sua memória, como também na sua obra.

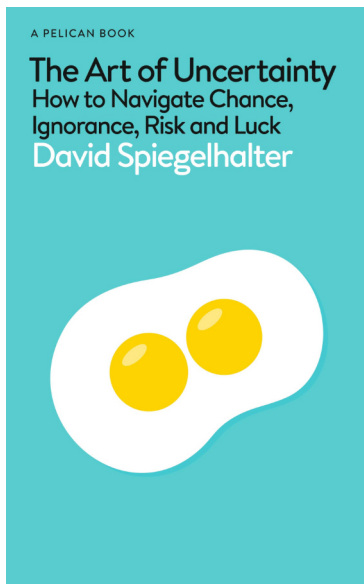
Ao ler o desfecho do conto, entendemos que a ressurreição de Lady Ligeia demonstra a obsessão de Poe em continuar a escrever enredos que envolvem o regresso dos mortos, como uma forma de lidar com o seu próprio passado traumático (Silverman, 1991). Trata-se, então, de uma obra profundamente pessoal, na qual os movimentos mais profundos da psique do autor são encenados sob a forma poética da concretização ficcional do desejo básico de Edgar Allan Poe: o retorno ao objeto materno originário idealizado, precocemente perdido na sua infância. Nesse sentido, mesmo que *Ligeia* não seja considerada o *magnum opus* pela crítica literária, a sua densidade simbólica e emocional explica a razão pela qual esta foi a obra que o autor elegeu como a mais significativa da sua extensa criação.

REFERÊNCIAS

- Albright, T. (1976). Introduction. Em W. Satty, *The illustrated Edgar Allan Poe*. Warner Books.
- Bachelard, G. (1989). *A água e os sonhos: Ensaio sobre a imaginação da matéria* (A. P. Danesi, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1942)
- Baudelaire, C. (2008). *Edgar Allan Poe* (M. D. Soares, Trad.). Alma Azul. (Obra original publicada em 1852)
- Baudelaire, C. (2012). Prefácio: Outras anotações sobre Edgar Poe. Em E. A. Poe, *Contos de imaginação e mistério*. Tordesilhas. (Texto original publicada em 1857)
- Baudry, F. (1984). An essay on method in applied psychoanalysis. *The Psychoanalytic Quarterly*, 53
- Bonaparte, M. (1949). *The life and works of Edgar Allan Poe: A psycho-analytic interpretation* (J. Rodker, Trad.). Imago Publishing Co. (Obra original publicada em 1933)
- Briggs, C. F. (1877, 13 de dezembro). *The personality of Poe*. The Edgar Allan Poe Society of Baltimore. <https://www.eapoe.org/papers/misc1851/cfb18771.htm>
- Coulthart, J. (2005). Sandoz in the rain: The life and art of Wilfried Satty. *Strange Attractor Journal*, 2, 234–251.
- Fisher, B. F. (2008). *The Cambridge introduction to Edgar Allan Poe*. Cambridge University Press.
- Freud, S. (1996). Luto e melancolia. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*
- Freud, S. (1996). O “Estranho”. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*
- Freud, S. (1996). Além do princípio do prazer. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*
- Freud, S. (1996). Psicologia de grupo e a análise do ego. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*
- Freud, S. (1996). Novas conferências sobre psicanálise. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*
- Kennedy, J. G. (1987). *Poe, death, and the life of writing*. Yale University Press.

- Kennedy, J. G. (2001). A brief biography. Em J. G. Kennedy (Ed.), *A historical guide to Edgar Allan Poe*
- Khan, M. M. (1963). The concept of cumulative trauma. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 18(1), 286–306. <https://doi.org/10.1080/00797308.1963.11822932>
- Kristeva, J. (2024). *Black sun: Depression and melancholia* (L. S. Roudiez, Trad.). Columbia University Press. (Obra original publicada em 1987)
- Lacan, J.-M. (1975). *Le séminaire, livre 1: Les écrits techniques de Freud*. Seuil. (Obra original publicada em 1953–1954)
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (2001). *Vocabulário de psicanálise* (P. Tamen, Trad., 4ª ed.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1967)
- Magistrale, T., & Poger, S. (1999). *Poe's children: Connections between tales of terror and detection*. Peter Lang.
- Murray, J. M. (1964). Narcissism and the ego ideal. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 12(3), 477–511. <https://doi.org/10.1177/000306516401200302>
- Nadal, M. (2016). Trauma and the uncanny in Edgar Allan Poe's "Ligeia" and "The Fall of the House of Usher". *The Edgar Allan Poe Review*, 17
- Novey, S. (1959). The role of the superego and ego-ideal in character formation. Em M. Levitt (Ed.), *Readings in psychoanalytic psychology*
- Nunberg, H. (1955). *Principles of psychoanalysis: Their application of the neuroses* (M. Kahr & S. Kahr, Trans.). International Universities Press. (Obra original publicada em 1932)
- Poe, E. A. (1848). *Eureka: A prose poem*. Geo. P. Putnam.
- Poe, E. A. (1948). *The letters of Edgar Allan Poe* (J. W. Ostrom, Ed., Vols. 1–2). Harvard University Press. (Cartas originais escritas entre 1824 e 1849)
- Poe, E. A. (1981). The philosophy of composition. Em F. C. Prescott (Ed.), *Selections from the critical writings of Edgar Allan Poe* (2ª ed., pp. 150–166). Gordian Press. (Texto original publicada em 1846)
- Poe, E. A. (2014). Ligeia. Em *Todos os contos*
- Pruette, L. (1920). A psycho-analytical study of Edgar Allan Poe. *The American Journal of Psychology*, 31
- Quinn, A. H. (1963). *Edgar Allan Poe: A critical biography* (6ª ed.). Appleton-Century-Crofts Inc. (Obra original publicada em 1941)

- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise* (V. Ribeiro & L. Magalhães, Trads.). Zahar.
- Sandler, J., Holder, A., & Meers, D. (1963). The ego ideal and the ideal self. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 18
- Sattly, W. (1976). *The illustrated Edgar Allan Poe*. Warner Books.
- Silverman, K. (1991). *Edgar Allan Poe: Mournful and never-ending remembrance*. HarperCollins.
- Todorov, T. (1977). *Introdução à literatura fantástica* (M. O. Braga, Trad.). Moraes Editores. (Obra original publicada em 1970)
- Unrue, D. H. (1995). Edgar Allan Poe: The romantic as classicist. *International Journal of the Classical Tradition*, 1
- Vuković, K. (2019). “All the events of a dream”: The “real” Ligeia from Homer to Poe. *PsyArt*, 23, 152–186.
- Warner, S. L. (1991). Princess Marie Bonaparte, Edgar Allan Poe, and psychobiography. *Journal of the American Academy of Psychoanalysis*, 19
- Zlotnick-Woldenberg, C. (1999). Edgar Allan Poe’s “Ligeia”: An object-relational interpretation. *American Journal of Psychotherapy*, 53



RECENSÃO CRÍTICA

CRITICAL REVIEW

The Art of Uncertainty: How to Navigate Chance, Ignorance, Risk and Luck.

David Spiegelhalter

Pelican, 2024

512 pp.

ISBN 978-0-241-65862-8

The Art of Uncertainty: How to Navigate Chance, Ignorance, Risk and Luck, de David Spiegelhalter, pode ser lido como um livro de maturidade intelectual. Não é apenas mais um volume de divulgação estatística, nem uma simples sequela ampliada de *The Art of Statistics* (Spiegelhalter, 2019). A obra propõe uma síntese mais ambiciosa: pensar, em conjunto, a probabilidade, a ignorância, o risco, a causalidade, a previsão, a comunicação pública da ciência e a experiência humana de viver sem garantias. A ambição é grande, mas o livro sustenta-a com disciplina formal, clareza pedagógica e uma rara combinação de rigor e tato.

A tese central aparece cedo e organiza todo o volume: “uncertainty is a relationship” [“a incerteza é uma relação”] (Spiegelhalter, 2024, Introdução). A formulação é breve, mas tem alcance considerável, porque afasta duas ilusões simétricas. Por um lado, a ideia ingênua de que a incerteza é uma névoa puramente subjetiva; por outro, a convicção positivista de que ela é apenas uma propriedade objetiva do mundo, pronta a ser medida independentemente de quem pergunta, do que se sabe

e dos modelos utilizados. Ao insistir que a incerteza nasce da relação entre sujeito, objeto, contexto e conhecimento, Spiegelhalter torna possível uma ética da humildade epistémica sem a transformar em relativismo.

Daí resulta uma segunda formulação decisiva: a definição da incerteza como “the conscious awareness of ignorance” [“a percepção consciente da ignorância”] (Spiegelhalter, 2024, Capítulo 1). Esta definição dá ao livro densidade epistemológica e humana. A ignorância não surge como simples falha da ciência, mas como condição estrutural da ação. O mérito de Spiegelhalter está em recusar que esse diagnóstico conduza ao desespero ou à paralisia. Pelo contrário, propõe uma pedagogia do não-saber bem administrado: quantificar quando se pode, distinguir quando não se pode, explicitar pressupostos, calibrar julgamentos, desconfiar da sobreconfiança, reconhecer a inadequação dos modelos e comunicar tudo isto com franqueza.

É neste ponto que o livro se aproxima de Kahneman (2011) e de Tetlock e Gardner (2015), sem se reduzir a nenhum deles. De Kahneman herda a vigilância contra a intuição precipitada e a confiança excessiva; de Tetlock e Gardner recupera a valorização da calibração, das regras de pontuação e do estilo mental da “raposa” contra o “ouriço”. Spiegelhalter vai, porém, além desta dupla herança: acrescenta uma história da probabilidade, uma reflexão explícita sobre sorte e acaso, uma atenção contínua aos modelos científicos e uma preocupação concreta com a tradução pública do risco. Se *Thinking, Fast and Slow* ajuda a perceber por que razão julgamos mal, *The Art of Uncertainty* procura mostrar como poderíamos julgar melhor; se *Superforecasting* ensina a prever com disciplina, Spiegelhalter pergunta ainda como comunicar, governar e decidir quando o mundo excede a previsão.

A estrutura do volume é um dos seus maiores méritos. Os primeiros capítulos constroem o vocabulário necessário: a definição de incerteza, a passagem da linguagem verbal às probabilidades, as regras elementares da teoria probabilística, as coincidências, a sorte e a aleatoriedade. A partir daí, o autor sobe de escala: bayesianismo, ciência, confiança nas análises, causalidade, previsão, desastre, incerteza profunda, comunicação e decisão. A ordem dos capítulos forma progressivamente um leitor mais capaz. Spiegelhalter não pressupõe especialização, mas também não condescende: ensina sem infantilizar. É um feito raro num domínio em que a exposição tende a oscilar entre o tecnicismo excludente e a simplificação excessiva.

O capítulo filosófico sobre probabilidade merece destaque especial. Ao discutir a célebre provocação associada a Bruno de Finetti, tal como é apresentada por Spiegelhalter, “Probability does not exist” [“A probabilidade não existe”] (Spiegelhalter,

2024, Capítulo 3), o autor não está a praticar um mero jogo intelectual. Está a assinalar que as probabilidades não são termómetros: não se leem diretamente do mundo como quem mede a temperatura. Dependem de modelos, convenções, informação e julgamento. Esta tese é decisiva para todo o restante livro, porque explica, ao mesmo tempo, por que razão precisamos das probabilidades e por que razão devemos tratá-las com disciplina crítica. É também aqui que a obra se distingue de uma visão vulgar da estatística como fábrica de certezas. A probabilidade, para Spiegelhalter, não elimina a incerteza; torna-a habitável.

Igualmente relevante é a forma como o autor articula ciência e política sem cair na arrogância tecnocrática nem na suspeita anticientífica. Nos capítulos sobre pandemia, causalidade, clima, crime, previsão e desastre, o livro insiste em três ideias: os modelos são indispensáveis, mas insuficientes; a evidência deve ser graduada, mas não fetichizada; e a comunicação pública deve ser honesta acerca dos limites do conhecimento disponível. Esta é uma lição preciosa num tempo em que a linguagem da certeza reaparece tanto no populismo político como no mau jornalismo, por vezes com a mesma estrutura retórica: simplificar, dramatizar, ocultar pressupostos e apresentar como inevitável aquilo que é apenas provável, contestável ou incompletamente conhecido.

As reservas a assinalar incidem menos sobre aquilo que o livro diz do que sobre o que, por economia de forma, deixa apenas entrevisto. A discussão da incerteza profunda é importante, mas poderia dialogar mais demoradamente com a literatura sobre resiliência, governação de futuros, ciência pós-normal e limites da quantificação. Do mesmo modo, a análise do poder social dos números, da desigualdade na distribuição da autoridade epistémica e da política institucional da peritagem surge mais como pano de fundo do que como objeto central. Estas limitações não enfraquecem a obra; antes ajudam a situar o seu género. *The Art of Uncertainty* é um ensaio estatístico de alto nível com vocação pública, não uma teoria social total da incerteza.

É também por isso que o livro se mostra tão valioso. Oferece à esfera pública algo particularmente necessário: uma defesa forte da quantificação sem idolatria dos números; uma defesa da ciência sem culto da infalibilidade; e uma defesa da prudência sem desistência da ação. O fecho do volume, quando o autor convida o leitor a “embrace it” [“abraçá-la”] (Spiegelhalter, 2024, Capítulo 16), não soa a fórmula inspiracional fácil. Depois de mais de trezentas páginas a mostrar como se pensa melhor em condições de não-saber, o imperativo final adquire espessura ética.

Não se trata de amar a incerteza de forma ingénuas; trata-se de a reconhecer, disciplinar e habitar sem mentira.

Em suma, Spiegelhalter escreveu menos um manual do que uma arte liberal da incerteza para o século XXI. O livro não substitui tratados especializados de probabilidade, nem trabalhos monográficos sobre previsão, risco ou comunicação científica. Mas faz uma coisa que esses tratados raramente conseguem: compõe uma visão ampla, intelectualmente séria e publicamente útil do que significa viver entre o acaso, a evidência incompleta, os modelos falíveis e as decisões inevitáveis. Nessa síntese reside a sua principal originalidade. Não é a originalidade da descoberta isolada; é a originalidade, mais difícil, da síntese convincente.

REFERÊNCIAS

- Kahneman, D. (2011). *Thinking, fast and slow*. Farrar, Straus and Giroux.
- Spiegelhalter, D. (2019). *The art of statistics: Learning from data*. Pelican.
- Spiegelhalter, D. (2024). *The art of uncertainty: How to navigate chance, ignorance, risk and luck*. Pelican.
- Tetlock, P. E., & Gardner, D. (2015). *Superforecasting: The art and science of prediction*. Crown.

Luís Cunha

Instituto Superior Miguel Torga - luiscunha@ismt.pt

FICHA TÉCNICA

Diretor: **Vasco Almeida**

Conselho de Redação/Associated Editors: **Fernanda Daniel, Henrique Vicente, Inês Amaral, Maria João Barata**

Conselho Editorial/Editorial Board:

Ana Albuquerque Queiroz, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

Ana Maria Botelho Teixeira, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Ana Maria Loffredo, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo

Arley Andriolo, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Carlos Flores Jacques, School of Humanities and Social Sciences, Al Ahkawayn University Ifrane, Marrocos

Fernanda Rodrigues, Faculdade de Ciências Sociais, Mestrado em Serviço Social, Universidade Católica Portuguesa, Braga

Francisco Esteves, Departamento de Psicologia Social e das Organizações, ISCTE-IUL - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa

Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal RN

Isabel Soares, Departamento de Psicologia Aplicada, Universidade do Minho, Braga

José A. Bragança de Miranda, Departamento de Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

José Carlos Zanelli, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis SC

José Esteves Pereira, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

José Marques Guimarães, CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Porto

José Paulo Netto, Escola de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro

José Pedro Leitão Ferreira, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

José Pinheiro Neves, Departamento de Sociologia ICS, Universidade do Minho

José Pinto Gouveia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Jorge Trindade, Instituto de Psicologia, Porto Alegre

Lúcia Barroco, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Leny Sato, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo

Manuel Morgado Rezende, Programa de Graduação em Psicologia da Saúde, Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

Maria Carmelita Yasbek, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Maria José Aguilar Idáñez, Departamento de Derecho de Trabajo y Trabajo Social, Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca

Maria Nunes Dinis, Division of Social Work, California State University, Sacramento, USA

Mathilde Neder, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Núcleo de Psicologia Hospitalar e Psicossomática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Paula Cristina Tavares, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Paulo Coelho de Araújo, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Paulo César Sandler, Sociedade Brasileira de Psicanálise

Pedro Nobre, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

Yara Frizzera Santos, Escola de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica Belo Horizonte MG

Editor e Proprietário:
Instituto Superior Miguel Torga
NIPC 900201835
Sede de Redação:
Largo da Cruz de Celas n.º 1
3000-132 Coimbra

Design, Paginação e Web:
Paulo Pratas
ISSN: 2184-3929
ERC: 127497

